

# ALAVOURA

ANO XLV

OUTUBRO-DEZEMBRO DE 1941



BOLETIM MENSAL DA  
SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA  
E DA  
CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

# Sociedade Nacional de Agricultura

## Publicações em distribuição aos socios:

- Anais do I Congresso de Leite e Derivados (1 vol.)  
Anais da II Semana do Leite (folheto)  
Anais da II Conferencia Nacional de Pecuaria (1 vol.)  
Anais da I Conferencia Nacional Algodoeira (3 vols.)  
O Ceará Economico — *Dr. Souza Pinto* (folheto)  
A conquista do pão — *R. Fernandes e Silva* (folheto)  
A cultura do fumo e o seu preparo — *J. Silverio Guimarães* (folheto)  
Fatos Economicos — *Miguel Calmon* (brochura)  
O algodão e a solidariedade internacional — *Miguel Calmon* (folheto)  
Politica Comercial Pan-Americana — *Arthur Torres Filho* (folheto)  
Aspétos leiteiros brasileiros — *Otto Frensel* (folheto)  
Aspéto atual da Industria de Laticinios no Brasil — *L. Gonçalves Vieira* (folheto)  
O cultivo da batata e a importação de suas sementes no Brasil — *Arsène Puttemans* (folheto)  
Expansão Economica do Brasil — *Arthur Torres Filho* (1 vol.)  
As Municipalidades e o momento economico brasileiro — (1934) *Arthur Torres Filho*.  
Escola de Horticultura Wenceslau Bello — Publicações n. 2 e 3  
Cooperativismo e Organização Rural — *Dr. Antonio de Arruda Camara* (folheto)  
Curso de Melhoramento de Plantas — Germinação do Grão de Pólen e Fecundação nos vegetais ginospermas — *Dr. Geraldo Goulart de Silveira* (III folheto)

A Secretaria da S. N. A., mediante pedido do socio quite, enviará imediatamente as publicações pedidas. Para o interior, deverá o interessado juntar ao pedido \$400 de selo, em se tratando de folheto e \$800, para maior numero de publicações ou por volume.

# Proposta para Socio

O abaixo assignado propõe para socio effectivo da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA :

Nome por extenso .....

Nacionalidade ..... Profissão .....

Endereço para carga .....

Endereço para correspondencia .....

Nome ou os nomes de fazendas que possui, o Municipio ou Municipios em que estiverem

.....

.....

.....

Genero de culturas a que se dedica .....

.....

.....

Variedade de gados que cria .....

.....

.....

E' a propriedade registrada no Ministerio da Agricultura? .....

Em caso negativo, a Sociedade encarrega-se de promovê-lo, a pedido do interessado.

OBSERVAÇÕES .....

.....

.....

.....

.....

....., de .....

Juntar 40\$000 em registrado com valor declarado, em vale postal.

Assignatura do proponente

Assignatura do proposto

.....

## CAPITULO II DOS ESTATUTOS

### DOS SOCIOS

Art. 9 — A Sociedade admite as seguintes categorias de socios:

Effectivos, correspondentes, honorarios, benemeritos, filiados e remidos.

§ 1.º — Serão socios effectivos as pessoas naturaes ou juridicas, inclusive corporações ou organizações de caracter official que, domiciliadas no paiz, forem propostas, de conformidade com os Estatutos e contribuirem, sendo individuaes, com a joia de 50\$000 e a annuidade de 40\$000, e, sendo collectivas, com a joia de 150\$000 e a annuidade de 100\$000.

§ 2.º — Serão socios correspondente as pessoas ou associações, com residencia ou séde no estrangeiro, que forem escolhidas pela Directoria em reconhecimento dos seus meritos e dos serviços que puderem ou quizerem prestar á Sociedade.

§ 3.º — Serão socios honorarios as pessoas que prestarem a Sociedade e á producção serviços tão relevantes que a Directoria os julgue merecedores desse titulo.

§ 4.º — Serão socios benemeritos as pessoas que por sua dedicação e serviços excepçionaes á Sociedade e á producção, forem, por proposta da Directoria e a juizo da Assembléa Geral, dignas dessa investitura.

§ 5.º — Serão socios filiados as associações agricolas ou de classes directamente ligadas á producção do Districto Federal, que contribuirem som a joia de 50\$000 e annuidade de 100\$000.

§ 6.º — Serão socios remidos os que estando em condições de ser aceitas como effectivos ou filiados, pagarem, de uma só vez, a joia e 10 unidades.

Art. 10 — Os filiados e as corporações officiaes deverão declarar o seu desejo de compartilhar das vantagens de socios da Sociedade, ficando a acceitação dependente de resolução da Directoria:

§ Unico. — Os demais socios effectivos e os remidos deverão ser propostos, por indicação de um ou mais socios, á Directoria, que deliberará a respeito.

Art. 11 — Os socios filiados designarão um representante que participará das sessões; terá para esse fim, qualidade de Director e cujo mandato, que terminará sempre com o da Directoria, poderá ser renovado, a juizo da instituição respectiva entendendo-se que a reconducção tenha sido feita, se aviso em contrario não for recebido pela Sociedade.

Art. 12 — Os socios honorarios e correspondentes não poderão ter ingerencia alguma na direcção da Sociedade, mas gosarão de todas as demais vantagens de socios, inclusive do direito de propor á Directoria qualquer medida que julgarem util á instituição e ás classes que esta representa.

§ Unico. — Aos socios honorarios e correspondentes serão expedidos, gratuitamente, os diplomas.

Art. 13 — Poderão remir-se, em qualquer tempo os socios effectivos e filiados, sendo para esse fim, contado um terço das annuidades pagas até o maximo de um conto de réis.

*Em virtude de resolução de Directoria foi suspensa, até posterior deliberação, a joia de 50\$000 cobrada aos socios individuaes e de 100\$000 aos socios collectivos.*

# A LAVOURA

## SUMÁRIO

Cooperativismo . . . . .	1
Falecimentos . . . . .	3
Noções fundamentais sobre o mendelismo. . . . .	7
Dificuldades para a exportação de Bananas. . . . .	16
Romile Boehmeria (Nivea) . . . . .	23
O Cooperativismo escolar e a mentalidade rural. . . . .	26
Amparo á Borracha . . . . .	27
Padronização . . . . .	34
Zebú gado de corte . . . . .	36
As matas influem nos regimes pluviometricos . . . . .	37
Uma riqueza inexplorada . . . . .	38
A. S. G. P. empenhada em conseguir em Goiaz o tipo ideal do Boi para o corte. . . . .	39
Festa das arvores. . . . .	40
Observações e pesquisas da peste suina no Brasil. . . . .	43
Conselho Federal do Comércio Exterior. . . . .	66
Sociedade Nacional de Agricultura . . . . .	91

RIO DE JANEIRO  
Papellaria Mendes - Ouvidor, 60

1941

## SUMARIO

1	Cooperativismo
2	Latifundios
7	Notas fundacionais sobre o movimento
10	Iniciativas para a exportação de bananas
21	Revista Documenta (Nº 1)
20	O cooperativismo escolar e a metodologia atual
27	Tempo e hora em
31	Patronização
30	Novo ciclo de corte
37	As novas indústrias nos regimes plurisetoriais
38	Uma técnica melhorada
39	A. S. G. M. empreitada em conexão com o ideal
39	do Iloí para o corte
40	Lista das árvores
43	Observações e pesquisas da parte sobre no Brasil
65	Conselho Federal do Comércio Exterior
91	Sociedade Nacional de Agricultura

# A LAVOURA

BOLETIM MENSAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA  
E DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Dr. ARTHUR TORRES FILHO

Director

Dr. ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Responsavel e Gerente ROBERTO DIAS FERREIRA — Redactor-Secretario L. MARQUES POLIANO

Toda a correspondencia deve ser dirigida para a Redação, Largo de S. Francisco, 3 — 2.º, Salas 202-6

RIO DE JANEIRO

ANNO XLV

RIO DE JANEIRO

Outubro-Dezembro de 1941

## COOPERATIVISMO

Arthur Torres Filho

*Sempre fui adepto fervoroso da applicação do Cooperativismo no meio brasileiro, porque se trata de uma fórmula de redenção econômico-social aceita por todos os povos civilizados, dentro dos seus princípios a que deve obedecer, não servindo de instrumento na luta de classes e despojado de quaisquer ideologias. Na agricultura, precisamente, é onde pode encontrar condições mais favoráveis para seu desenvolvimento, desempenhando um complexo de funções econômicas em proveito da iniciativa particular e no do superior interesse da Nação. Para se ajuizar dessa afirmativa bastará que se atente na estrutura, característica e eficiência do cooperativismo na organização agrária de todos os países modernos, de vez que se acomode ao senso realístico das necessidades da agricultura e da economia nacional. Cabe às cooperativas solidarizarem interesse individuais no interesse da coletividade e o lucro restituído aos produtores e consumidores livremente associados. Por isso mesmo, foi que Verganini disse que elas, suprimindo o ganho ilícito, criam uma economia nova. É o sistema que pode apresentar base econômica sólida "em face do caos econômico presente, um meio eficaz de superar a crise e impedir desastres.*

*A Dinamarca, onde as sociedades cooperativas constituem fatores decisivos de organização agrícola, pode servir de exemplo, justificando perfeitamente o titulo do livro de Mrs Agnes Rothery: — "Dinamarca, reino do juízo".*

*Os sítiantes dinamarquêsese vestem-se e alimentam-se bem e têm boa instrução e não são apenas capazes de viver, mas tambem de conomizar, mesmo numa propriedade de quatro hectares.*

*No Brasil, não obstante a precaridade dos meios de trabalho, pela falta de aparelhamento material e de organização econômica, do esforço do agricultor vive a Nação. Nesse trabalho penoso e muitas vezes injustamente apreciado, estão mais de nove milhões de brasileiros com suas famílias. Temos de valorizar esse trabalho e nunca impedir que possa o agricultor auferir as vantagens dele oriundas.*

*A organização dos mercados para os produtos da agricultura será a chave do problema, para tanto carecemos melhorar os métodos de produção, agremiando os agricultores em cooperativas de produção, venda e crédito, modificando-se os métodos de distribuição e venda. O crédito agrícola terá influencia decisiva na obra de reforma agrária que necessitamos empreender.*

*Representa o cooperativismo, acima de tudo, uma formula de justiça social, que a todos deve amparar indistintamente, como povo em diversos graus de enriquecimento econômico, principalmente no meio rural, não pode e não deve ficar o cooperativismo subordinado ao espirito de classe. Será com a fragmentação da propriedade rural, como felizmente se está processando em várias regiões do país, auxiliada pelo cooperativismo, que poderemos criar no Brasil uma economia nova, sem os abalos sociais observados em outras nações. Restará sabermos traçar por legislação adequada os rumos de inteligente politica agrária, escoimada de sectarismo doutrinario, fazendo-a presidir de espirito de unidade para estabelecer a disciplina econômica sob a égide do Estado.*

*A obra cooperativista, para alcançar mos o sistema econômico exigido pela nossa agricultura, terá de se desenvolver, portanto, dentro de moldes universalmente aceitos. Os problemas econômicos e comerciais relacionados com a agricultura, para serem resolvidos, não poderão prescindir do auxilio desse sistema. Embora os principios cooperativistas sejam universais, como disse, eles exigem o preparo do ambiente, principalmente pela*

educação do povo. Nunca poderá ser obra de imposição do Poder Público que, quando muito, poderá orienta-lo e fiscaliza-lo, dentro de normas preestabelecidas. Exemplos já temos, e bem sugestivos, no Brasil, onde verificamos o sucesso do cooperativismo justamente quando surge sem bajefos materiais do Estado, toda vez que a massa trabalhadora, especialmente no regime da pequena propriedade agrícola, se acha preparada a recebê-lo pelo espírito de solidariedade.

Os homens que lutam com as mesmas dificuldades econômicas são levados a reconhecer que tem necessidades comuns e buscam sua salvação na associação dos esforços e na aplicação de meios comuns. Encontra-se essa comunidade de condições na base de toda criação cooperativista.

Há os que negam a praticabilidade nos meios rurais brasileiros, mas eu não participo desse negativismo, e de que tenho razão ai estão as provas da vitória do sistema em inúmeras regiões agrícolas do país em toda zona colonial do Rio Grande do Sul, preparando ali uma economia nova sem exemplo na America do Sul, em Santa Catarina; na Paraíba; em São Paulo; no Ceará; no Rio Grande do Norte e em outros Estados. Isso demonstra a difusão da idéia e a grande vantagem que os seus adeptos anunciam.

Si com o sindicalismo unitário da Constituição de 10 de novembro se procura evitar a destruição e a luta de classes, busca não-se a colaboração, bem se pode compreender o papel do cooperativismo. A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, unidas por livre vontade e que, sob a base da igualdade, transferem algumas de funções econômicas a uma empresa comum. Não pode ser acimada de finalidade puramente materialista porque assegura a prática do auxilio mútuo, desenvolvendo-se entre pobres, ajastando a miséria, criando uma comunidade enobrecida pelo amor ao proximo.

"O cooperativismo aparenta com o socialismo pelo fato de, como esse, visar a transformação da ordem econômica existente, que lhe parece não somente injusta, mas anti-econômica, isto é, prenhe de delapdações e de explorações. O cooperativismo difere do socialismo quando considera que explorado é o consumidor e não o assalariado; e o fim vizado é a abolização do lucro e a eliminação de toda majoração sobre o custo da produção, ou, em outras palavras, o estabelecimento do justo preço" (Charles Gide e Rist — Historia das doutrinas econômicas).

Quatro princípios básicos caracterizam a cooperativa: é uma união de fracos, é uma instituição de caracter econômico, é uma iniciativa popular de reivindicação social, não é corporação de oficio. Extendendo sua esfera de ação e seus beneficios a todos os homens de boa vontade, o cooperativismo não arrasta á luta de classes. Pelo contrário procura eliminá-la pela solidariedade, e por essa mesma razão representa o sistema econômico-social mais aceito universalmente, o mais perfeito e o que mais eficazmente pode contribuir para a solução da questão social.

Abrange a cooperação grande número de espécie de cooperativas, que surgem de acôrdo com a prática e para fins diversos em cada país. Vemos na Inglaterra, em maior número as de consumo; na França as de produção; na Alemanha as de crédito; na Dinamarca as rurais; nos Estados Unidos as de crédito embora nesses países vinguem e prosperem as de outros tipos.

Segundo o professor Fábio Luzzatto citado por D. Boréa no seu notavel tratado de cooperação: "a legislação não é um instrumento de relojoaria, e a elasticidade deve ser uma das suas qualidades essenciais principalmente quando deve adaptar-se a uma extrema variedade de objetos, de pessoas e lugares, de tempo e de mercado, como succede com as associações econômicas em geral e para a atividade cooperativa em particular".

O cooperativismo, que hoje congrega mais de 200 milhões de seres humanos, nada tem a ver com as lutas de classes e nem se lhe pode aplicar fronteiras classistas. A obra que se está realizando no país da sindicalização, deverá obedecer ao espírito de unidade sindical para os fins do corporativismo, podendo encontrar forte apoio do cooperativismo livre, como fórmula pacifica de defesa de interesse de caracter econômico.

Pode-se assim compreender a alta significação das palavras do Presidente Getúlio Vargas: "Numa época em que se reconhece, sem discrepâncias, o primado do interesse social sobre o individual, a organização cooperativista tem essencial relevo". E disse mais S. Ex.: "Cogita-se de ampliar e dar nova estrutura ás células da nossa organização econômica para amparo dos produtores".

Dentro, portanto, das finalidades justas do cooperativismo, não deve haver doutrinas, mas sim a preocupação sincera e patriótica de colaborar na solução pacifica da defesa dos nossos mais lidimos interesses econômicos.

"La cooperación solo puede triunfar paulatinamente, de manera gradual, porque la instrucción, y la educación y la conciencia cooperativa se forman mediantela persuasión y con imposiciones".

Precisamos abrir horizontes claros á grandeza econômica do Brasil, traçando rudos internos e a garantia dos externos na lu a tornar mais eficiente a defesa dos mercados conseguirmos temos de ir decididamente ao encontro da competição comercial. E para tanto devemos organizar a para solidarizar-se coontro da classe rural, preservando-a de agimos de inteligente política agrária, de modo a os supremos interesses do Estado.

# FALECIMENTOS

"A LAVOURA" abre espaço em suas colunas para registrar e prantear a perda de tres colaboradores de primeira plana.

Embora ocorridos em épocas diversas, a homenagem, a que se associa a Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, não é fora de tempo, antes se torna oportuna, como fecho de um balanço que, ao lado de acontecimentos faustos, de êxitos e méatas atingidas em uma ininterrupta atividade de quasi meio século, em prol da lavoura, assinala a instituição fatos, como êsses, dignos de lamentar-se e que constituem, por assim dizer, o acervo negativo de todas as campanhas vitoriosas.

Com a nossa saudade, ficam aqui os infaustos eventos, com a nossa gratidão imorredoura aos que se foram.

## CEL. CORNELIO LIMA

Antigo sócio e diretor desta Sociedade, faleceu a 28 de Setembro de 1941 o Sr. Cel. Cornelio Lima, cujos traços biográficos assim resumimos:

Nascido a 24 de Março de 1849, em S. João Nepomuceno, Estado de Minas, foi na idade de 6 anos, com seus progenitores para Cantagalo, Estado do Rio.

Seu Pai, que era negociante, estabeleceu-se nêsse Município, onde o matriculou no Colégio Blatter, transferindo-o depois, para o Colégio Marinho, no Rio de Janeiro, onde obteve o necessario preparo para cursar a Escola Central de Engenharia, que frequentou até o 3.º ano, não podendo prosseguir, devido á sua aparentemente débil compleição. Precisando recorrer a clima mais favorável, foi para Juiz de Fora, onde se empregou como ajudante em uma casa bancária.

Voltou mais tarde ao Rio e já revigorado, quando se fundou o Banco do Comércio, para o qual entrou onde prestou serviços durante alguns anos, deixando êsse emprego para se estabelecer com o comércio de Comissões de café, em que labutou durante alguns anos, deixando-o, afinal, para dirigir a sua fazenda de São Marcos, herdade de seu sogro Marcos Lengruber, de quem sua esposa era filha única.

Foi assim que possuio escravos, por herança do seu casal, mas nunca transacionou nessa espécie de mercadoria humana. Em vez de compra-los, para atender ao aumento de suas lavouras, como todos faziam, preferiu mandar vir colonos italianos, de sorte que, quando veiu a Lei Aurea, tinha mais colonos do que escravos, que passavam de uma centena; e desde o começo, declarara livres na pia baptismal, os nacítuos, filhos de suas escravas.

Ensinava-lhes a ler, de sorte que, com o decorrer dos anos, tornaram-se até eleitores.

Foi deputado no Estado do Rio, desde 1901 a 1909, militando no partido chefiado por Nilo Peçanha que, quando Vice-Presidente da República, em exercício, instalou o Ministério da Agricultura. Nesse novo departamento, Cornelio Lima ocupou a chefia de uma secção, cargo êsse em que se aposentou.

Foi Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, ao lado do Dr. João Batista de Castro e de outros devotados amigos da lavoura, sob a presidência do inolvidável Wenceslau Bello.

Dedicado aos progressos da Agricultura, indústria que abraçou, publicou vários artigos, que eram lidos com interesse, e também sôbre a pesca, que saíram na "Voz do Mar."

Quando Cornelio Lima completou 90 anos, mas ainda forte, publicou nesta revista o seu último artigo, no qual se despedia dos seus leitores.

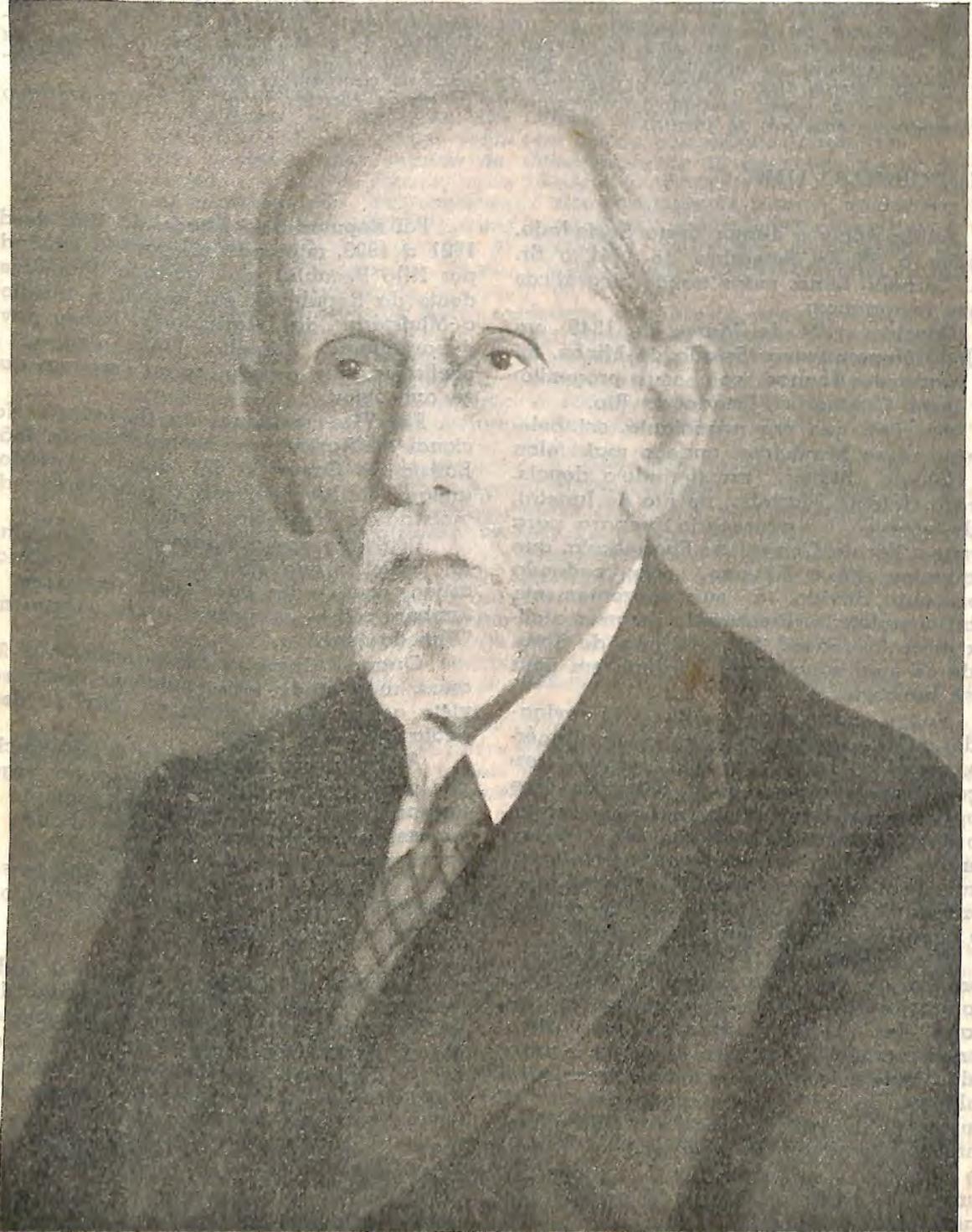
Atribuia sua longividua á resistência dos seus órgãos vitais, e ao regime vegetariano, que adotou, comendo somente o necessário para viver e tendo abolido a carne durante mais de 40 anos.

E' infinita a longa série de artigos sôbre agricultura e economia que publicou, dentre os quais citamos:

A Pesca no Brasil; O Peixe e o Gelo; Ensino e Indústria da Pesca; Possibilidades de Pesca; A Pesca Lacustre no Estado do Rio; A Agricultura e a Pesca; Indústria da Pesca; Exportação do Café e do Cacau no Brasil; Defesa da Produção do Cacau; Comércio de Cacau no Brasil; O Cacau no Brasil, Lavoura de Cacau; Destilação de Davés Baixos; Como se pode evitar a super-produção sem precisar restringir o plantio do Café; Monocultura e Super-produção; Alcool Motor da Mandioca; A Fécula e o Alcool da Mandioca; Fibricultura; As Fibras Téxteis no Brasil; Plantas Fibro-

sas; Plantas Silvestres; Palmeira Babassú; Palmeira Carnáuba; Israelitas versus Agricultura; Os Judeus acusados injustamente; Os Judeus na Agricultura; História dos Judeus; Cultivo da Baixada; Bacia do Rio São João; Dissecamentos de Pântanos; Api-

cultor; Cultura e Preparo da Baunilha; Fruta-Pão; Arrôz Gordo, completo, versus Arrôz magro, bagaço; Antiga Fesendinha da Gávea; Atrasidistas; A Sorte dos Inventores; Manna-Cassia; Reminiscência do Século Passado; O Estado de Mato Grosso.



Coronel Cornelio Lima

Nesta revista, são suas últimas publicações:

1928. — Outubro — "A Fibra de Bananeira".

Novembro — A Pesca Lacustre do Estado do Rio.

Dezembro — Desfibração.

1929 — Março — A Agricultura e a Pesca.

1930 — Janeiro, — O Cacau no Brasil.

Fevereiro — As Fibras Têxteis no Brasil.

Maio — A Exportação do Café e do Cacau.

Junho — Dessecamento de Terrenos Brejosos.

1933 — Julho A Barra do Rio São João.

Setembro — Monocultura e Superprodução.

Outubro — Inimigos do Progresso.

Novembro — Israelitas versus Agricultura.

1934 — Fevereiro — As Riquezas do Brasil Central.



### JOSE' MENDES DE BRITO

Nascido a 28 de Agosto de 1905, em Belém do Pará, ingressou como funcionário da Sociedade em 1.º de Fevereiro de 1924, como auxiliar da Biblioteca.

O seu trabalho meticuloso, o método que imprimia a todo o serviço, indicou-o pouco tempo depois a lugar de maior dinamismo: o do protocolo e expedição. Nêsse trabalho, pôde revelar-se, com as qualidades de que dispunha, o "the right man in the right place". E nunca mais, até morrer, puderam os seus chefes dispensar-lhe os serviços nêsse setôr. Era uma espécie de arquivo vivo e de todos os papeis e detodos os fatos administrativos dava no-

tícia imediata, — sem recorrer ás fichas de contrôle — serviço que, aliás, mantinha sempre em dia e magnificamente organizado.

Moço, ainda, foi roubado á vida e ao convívio de seus companheiros e de sua família, que constituiu após haver ingressado no quadro dos funcionários da Sociedade.

Faleceu a 12 de Outubro de 1941, de uma moléstia súbita, tendo a Sociedade prestado várias homenagens á sua memória, inclusive a aprovação de um voto de pesar em Sessão de Diretoria. Deixou viúva, D. Martha Nise Mendes de Britto e dois filhinhos menores.



### JULIO HOMEM JORGE

O mais antigo funcionário da Sociedade — a história viva da instituição que quasi viu fundar.

Nascido a 11 de Dezembro de 1855, na Ilha de S. Jorge do Arquipélago dos Açores (Portugal), faleceu em 20 de Setembro de 1941.

Ingressou nos serviços da Sociedade em 1 de Novembro de 1903, por ocasião da Exposição e Congresso Internacionais dos Aparelhos a Alcool, realizado pela Sociedade naquele ano, nesta Capital.

Daí por diante Julio Homem Jorge se tornou indispensável.

A distribuição de plantas e sementes que na época era feita pela Sociedade, com um movimento que ainda hoje causa surpresa, teve no velho auxiliar o seu principal elemento.

Embora modesto, os seus serviços podem ser considerados como dos mais preciosos na vida da Sociedade e, dentre êsses, são de citar:

Embalagem de todo o material destinado á Secção do Brasil da Exposição de Turim — Roma — 1905.

Iluminação de grande parte da cidade, com aparelhos a alcool, por ocasião da greve da vacina obrigatória, mais comumente chamada de "quebra lampeão";

Embalou e acompanhou os mostruários da Exposição Brasileira de Montevidéo em 1909; e muitas outras, que se pautam pelas numerosas exposições e congressos realizados pela Sociedade desde a sua admissão.

Inteligente e operoso, dispunha o antigo Chefe da Portaria da Sociedade de uma fórmula química de sua autoria utilizada (e com exito, conforme o comprova com o mostruário mandado a Turim) na conservação de frutas, mesmo as de grande porte, sem perda da côr e consistência. Mamões e melancias chegaram á Europa com êsse processo de conservação, em ótimo estado.

Antigo comissário do Lloyd, a sua lealdade e honestidade valeram-lhe por ocasião da Revolta de 1891 cargos de comissão relevantes naquela empresa.

Ha muito tempo — cerca de 6 anos — achava-se Julio Homem Jorge aposentado pela própria Sociedade, por falta de vista. O seu falecimento causou entre os seus antigos companheiros — funcionarios e directores grande consternação e a Diretoria associou-se a todas as homenagens póstumas que lhe foram justamente tributadas.

Deixou prole numerosa e, apesar de nascido fora do Brasil era brasileiro como os que mais o fossem.

# NOÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE MENDELISMO

**GERALDO GOULART DA SILVEIRA**

Engenheiro agrônomo

Prof. catedrático da Escola de Horticultura  
"Wenceslau Bello"

## Tres pares de caracteres alelomorfos

Estudámos, no capítulo anterior, o cruzamento de ervilhas (*Pisum sativum*, família das leguminosas, sub-família Papilionoidea), levando em consideração dois pares de caracteres alelomorfos.

Seguindo raciocínio idêntico, podemos explicar qual a composição dos indivíduos quando o cruzamento é feito levando em consideração três pares de caracteres alelomorfos, uma vez que a segregação segue a regra geral já estabelecida, em virtude da independência dos caracteres.

Exemplifiquemos, mais uma vez com a ervilha.

Seja o cruzamento de uma ervilha homozigota de haste alta, flores axilares e pétalos vermelhos, com outra, também homozigota, de porte reduzido, flores terminais e pétalos brancos.

Quando se realiza o cruzamento de tais plantas, verifica-se que os indivíduos que aparecem na primeira geração, apresentam porte elevado, flores axilares e pétalos vermelhos.

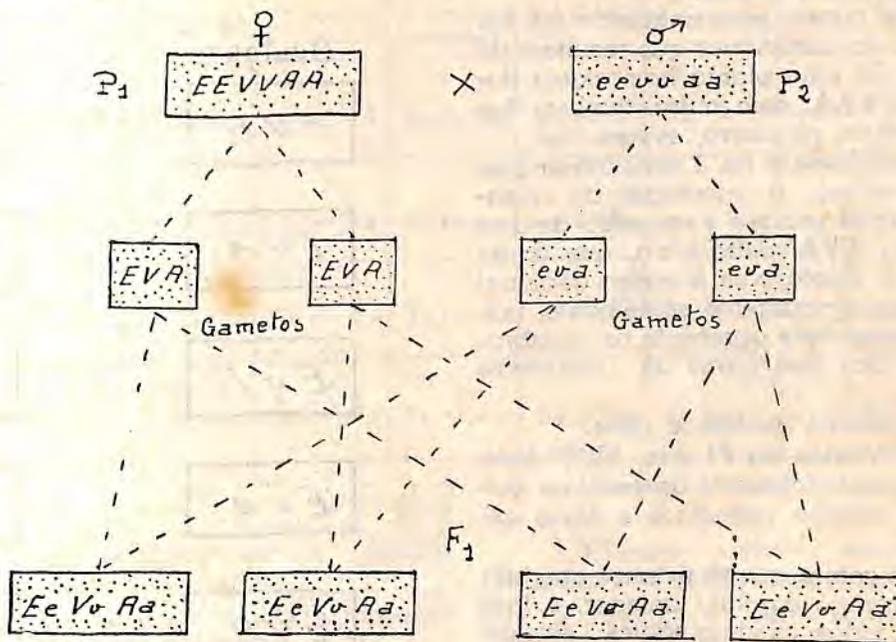


Fig 1

Vejamos, inicialmente, o aspecto dos indivíduos da primeira geração.

Quando a dominância é perfeita, do cruzamento de dois indivíduos homozigotos para um triplo par de caracteres alelomorfos, um com os membros dominantes e outro com os membros recessivos, resultam, na primeira geração, indivíduos fenotipicamente semelhantes ao genitor que apresenta os membros dominantes dos três pares de caracteres alelomorfos".

De acordo com os estudos que fizemos nos capítulos anteriores ficamos sabendo que:

- a) o porte elevado da ervilha é dominante sobre o porte anão;
- b) a coloração vermelha dos pétalos é dominante sobre a coloração branca;
- c) a disposição axilar das flores é dominante sobre a disposição terminal.

Designemos por "E" "V" e "A" os fatores correspondentes, respectivamente, ao

porte elevado, á coloração vermelha dos pétalos e á disposição axilar das flores.

Os seus recessivos, isto é, os fatores correspondentes ao porte anão, á coloração branca dos pétalos e á disposição terminar das flores, serão, portanto, representados, respectivamente, por "e", "v" e "a", de acordo com a notação já estabelecida.

Assim sendo, temos que:

Genótipo EEVVAA — representa uma planta homocigota e dominante para os tres caracteres, isto é, que possui porte elevado, pétalos vermelho e flores axilares.

Genótipo eevvaa — representa uma planta homocigota e recessiva para os tres caracteres, isto é, cujo porte é baixo, os pétalos são brancos e as flores terminais.

A planta EEVVAA, de acordo com o que já sabemos, dará gametos com a seguinte composição germinal.

óvulos — EVA

grãos de pólen — EVA

Da mesma maneira, a planta eevvaa, dará gametos com a seguinte composição:

óvulos — eva

grãos de pólen — eva.

Veamos agora, esquematizado na fig. 1, o aspecto dos indivíduos que resultam do cruzamento de uma planta homocigota dominante EEVVAA, com outra, também homocigota, porém recessiva, eevvaa.

Observando-se a fig. 1 constata-se que, qualquer que seja a orientação do cruzamento realiza-se sempre o encontro de dois gametos, um, EVA, outro eva, que darão origem a um zigoto com a carga germinal EeVvAa, fenotipicamente semelhante, portanto, ao genitor que apresenta os membros dominantes dos tres pares de caracteres alelomorfos.

E em resumo, podemos dizer:

"Os indivíduos da F1 são, 100% heterocigotos e fenotipicamente apresentam porte elevado, pétalos vermelhos e flores axilares.

De acordo com o que já tivemos oportunidade de dizer no capítulo anterior, é indiferente que todos os dominantes estejam reunidos num genitor e todos os recessivos no outro, ou que eles estejam repartidos entre os dois genitores.

Assim, por exemplo, a primeira geração será a mesma quer se realize o cruzamento de uma planta cujo genótipo seja EEVVAA como outro eevvaa, como o cruzamento de uma planta cuja genótipo seja EEVVaa com outra com a composição eevvAA, ou, então, uma EEvvaa com outra cuja composição seja eeVVAA, e assim sucessivamente, pois, em todos os casos, o genótipo dos indivíduos da primeira geração será sempre EeVvAa.

Uma vez conhecida a primeira geração, vejamos agora o aspecto dos indivíduos da F2, o que se obtém, como já é de nosso conhecimento, autofecundando um indivíduo da F1, ou, então, cruzando dois deles, pois todos eles apresentam a mesma carga germinal.

"Quando a dominância é perfeita do cruzamento de dois indivíduos heterocigotos, contendo cada um deles os dois membros de tres pares alelomorfos, resultam indivíduos que apresentam a seguinte relação fenotípica 27:9:9:9:3:3:3:1".

Veamos a explicação de tal fato.

Seja, por exemplo, o cruzamento de dois indivíduos da F1, isto é, cuja carga germinal seja EeVvAa.

Tal planta dará os seguintes gametos:

óvulos — EVA, EVa, EvA, Eva, eVA, eVa, evA, eva.

grãos de pólen — EVA, EVa, EvA, Eva, eVA, eVa, evA, eva

conforme está esquematizado na fig. 2.



Fig 2

Como sabemos, cada um dos tipos de óvulos pode ser fecundado por um dos tipos de grãos de pólen acima descritos.

Vejamos, portanto, através da fig. 3, quais as combinações possíveis entre os diferentes tipos de óvulos e de grãos de pólen.

Conforme indica o quadro representativo, existem 64 combinações possíveis.

Tais combinações, grupadas de acordo com os diferentes genótipos, são:

2EeVVaa — porte elevado, pétalos vermelhos e disposição terminal.

4 EeVvaa — porte elevado, pétalos vermelhos e disposição terminal.

1 EEvvAA — porte elevado, pétalos brancos e disposição axilar.

4 EEvvAa — porte elevado, pétalos brancos e disposição axilar.

2 EevvAA — porte elevado, pétalos brancos e disposição axilar.

2 EevvAa — porte elevado, pétalos brancos e disposições axilar.

	<i>EVA</i>							
<i>EVA</i>	<u>EEVVAA</u>	EEVVAAa	EEVvAA	EEVvAa	EeVVAA	EeVVAAa	EeVvAA	EeVvAa
<i>EVa</i>	EEVVAAa	<u>EEVVaa</u>	EEVvAa	EEVvaa	EeVVAA	EeVVaa	EeVvAa	EeVvaa
<i>EvA</i>	EEVvAA	EEVvAa	<u>EEvvAA</u>	EEvvAa	EeVvAA	EeVvAa	EeVVAA	EeVVAAa
<i>Eva</i>	EEVvAa	EEVvaa	EEvvAa	<u>EEvvaa</u>	EeVvAa	EeVvaa	EeVVAA	EeVVAAa
<i>eVA</i>	EeVVAA	EeVVAAa	EeVvAA	EeVvAa	<u>eeVVAA</u>	eeVVAAa	eeVvAA	eeVvAAa
<i>eVa</i>	EeVVAAa	EeVVaa	EeVvAa	EeVvaa	eeVVAA	<u>eeVVaa</u>	eeVvAa	eeVvaa
<i>evA</i>	EeVvAA	EeVvAa	EeVVAA	EeVVAAa	eeVvAA	eeVvAa	<u>eevvAA</u>	eevvAAa
<i>eva</i>	EeVvAa	EeVvaa	EeVVAA	EeVVAAa	eeVvAa	eeVvaa	eevvAA	<u>eevvaa</u>

Fig 3

1 EEVVAA — porte elevado, pétalos vermelhos e disposição axilar.

2 EEVVAAa — porte elevado, pétalos vermelhos e disposição axilar

2 EEVeAA — porte elevado, pétalos vermelhos e disposição axilar.

4 EEVvAA — porte elevado, pétalos vermelhos e disposição axilar.

4 EeVe AA — porte elevado, pétalos vermelhos e disposição axilar.

8 EeVeAa — porte elevado, pétalos vermelhos e disposição axilar.

1 EEVvaa — porte elevado, pétalos vermelhos e disposição terminal.

2 EEVvaa — porte elevado, pétalos vermelhos e disposição terminal.

1 EEvvaa — porte elevado, pétalos brancos e disposição terminal.

2 Eevvaa — porte elevado, pétalos brancos e disposição terminal.

1 eeVVAA — porte anão, pétalos vermelhos e disposição axilar.

2 eeVVAAa — porte anão, pétalos vermelhos e disposição axilar.

2 eeVvAA — porte anão, pétalos vermelhos e disposição axilar.

4 eeVvAa — porte anão, pétalos vermelhos e disposição axilar.

1 eeVvaa — porte anão, pétalos vermelhos e disposição terminal.

1 eevvAA — porte anão, pétalos brancos e disposição axilar.

2 eeVvαα — porte anão, pétalos vermelhos e disposição terminal.

2 eevvAα — porte anão, pétalos brancos e disposição axilar.

1 eevvaa — porte anão, pétalos brancos e disposição terminal.

Como vemos, a segregação genéptica é, pois:

$$8:4:4:4:4:4:2:2:2:2:2:2:2:2:2:2:1:1:$$

$$1:1:1:1:1:1$$

Grupando agora de acordo com os diferentes fenótipos, achamos:

27 plantas de porte elevado, pétalos vermelhos e flores axilares.

1 planta de porte anão, pétalos brancos e flores terminais.

o que confirma a segregação fenotípica acima enunciada, isto é: 27:9:9:3:3:3:1.

Se verificarmos a relação fenotípica, para cada fator separadamente, acharemos:

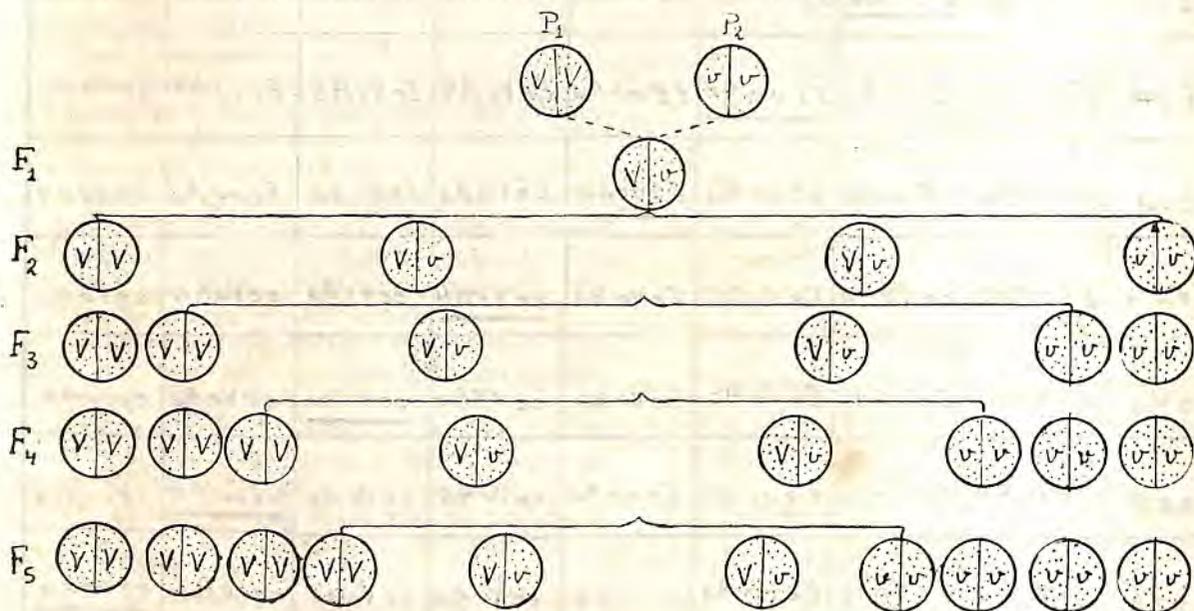
1.º) 48 plantas com porte elevado e 16 plantas com porte anão.

2.) — 48 plantas cujos pétalos são vermelhos e 16 cujos pétalos são brancos.

3.º) 48 plantas cujas flores são axilares e 16 cujas flores são terminais.

Em todos os casos a relação é 48:16 isto é:

1.º) 3 plantas com porte elevado para 1 com porte anão.



Esquema Mendeliano relativo a um par alelomorfo  
 Dominância perfeita

Fig 4

9 plantas de porte elevado, pétalos vermelhos e flores terminais

9 plantas de porte elevado, pétalos brancos e flores axilares.

9 plantas de porte anão, pétalos vermelhos e flores axilares.

3 plantas de porte elevado, pétalos brancos e flores terminais.

3 plantas de porte anão, pétalos vermelhos e flores terminais.

3 plantas de porte anão, pétalos brancos e flores axilares.

2.º) 3 plantas cujos pétalos são vermelhos para 1 cujos pétalos são brancos.

3.º) 3 plantas cujas flores são axilares para 1 cujas flores são terminais.

Tal fato já era esperado, em virtude do que ficou demonstrado quando estudamos o caso de um par de caracteres alelomorfos, uma vez que já sabemos que existe uma independência de caracteres.

Vejamos agora, tal como fizemos no capítulo anterior, algumas outras deduções.



Vejamos agora a frequência dos heterozigotos, ainda até a 11.<sup>a</sup> geração.

**Heterozigotos Vv**

Gerações	Frequências	
	1	2
F1	1	1
F2	$\frac{2}{4}$ ou $\frac{1}{2}$	
F3	$\frac{2}{8}$ ou $\frac{1}{4}$	
F4	$\frac{2}{16}$ ou $\frac{1}{8}$	
F5	$\frac{2}{32}$ ou $\frac{1}{16}$	
F6	$\frac{2}{64}$ ou $\frac{1}{32}$	
F7	$\frac{2}{128}$ ou $\frac{1}{64}$	
F8	$\frac{2}{256}$ ou $\frac{1}{128}$	
F9	$\frac{2}{512}$ ou $\frac{1}{256}$	
F10	$\frac{2}{1024}$ ou $\frac{1}{512}$	
F11	$\frac{2}{2048}$ ou $\frac{1}{1024}$	

Conforme podemos verificar observando o quadro acima, na 11.<sup>a</sup> geração o número de indivíduos heterozigotos já é muito reduzido, pois, representa apenas

$\frac{1}{1024}$  de toda a população

Assim sendo, da 11.<sup>a</sup> geração em diante, considera-se, praticamente, toda a população constituída por indivíduos homozigotos para um determinado caracter.

Vejamos agora, algumas fórmulas fundamentais que facilitam os cálculos nos trabalhos de genética.

I) — A frequência relativa de homozigotos dominantes ou recessivos (VV ou vv), em uma dada geração, é calculada pela fórmula:

$$\frac{2^n - 1}{2^n}$$

Nesta fórmula, n representa a geração.

Assim, por exemplo, na 6.<sup>a</sup> geração, o número de homozigotos VV ou vv, é —  $2^{6-1}$  ou  $2^5 - 1$  ou  $32 - 1 = 31$ , conforme se

$\frac{2^6}{64}$   $\frac{64}{64}$   $\frac{64}{64}$  pode verificar o quadro relativo á frequência dos homozigotos.

II) — A frequência relativo do heterozigotos em uma dada geração, é calculada pela fórmula:

$$\frac{1}{2^{n-1}}$$

Nesta fórmula, n representa a geração. Assim, por exemplo, na 6.<sup>a</sup> geração, o número de heterozigotos Vv é:  $\frac{1}{2^{6-1}}$   $\frac{1}{32}$

ou  $\frac{1}{32}$ , conforme se pode verificar no

quando o n.<sup>o</sup> de pares é 1  $2^1 = 2$  gametos quadro relativo á frequência dos heterozigotos.

III) O número de gametos da segunda geração é fornecida por  $2^n$ .

Nesta fórmula, n representa o número de pares alelomorfos. Assim sendo, temos que:

quando o n.<sup>o</sup> de pares é 2  $2^2 = 4$  gametos  
quando o n.<sup>o</sup> de pares é 3  $2^3 = 8$  gametos e assim sucessivamente, conforme se acha esquematizado nas figuras 5-I, 5-II e 5-III.

IV) O número absoluto de combinações de gametos na segunda geração é dado por  $4^n$ .

Nesta fórmula, n representa o número de pares alelomorfos. Assim sendo, temos que:

quando o n.<sup>o</sup> de pares é 1 —  $4^1 = 4$  combinações.

quando o n.<sup>o</sup> de pares é 2  $4^2 = 16$  combinações.

e assim sucessivamente, conforme se acha esquematizado nas figuras 6-I e 6-II.

V) O número de combinações homozigotas na segunda geração é dado por  $2^{2n}$ , sendo n o número de pares alelomorfos.

Assim sendo, temos que:

quando o n.<sup>o</sup> de pares é 1 .....  $2^1 = 2$

quando o n.<sup>o</sup> de pares é 2 .....  $2^2 = 4$

quando o n.<sup>o</sup> de pares é 3 .....  $2^3 = 8$

e assim sucessivamente, conforme já verificamos nos problemas anteriores.

VI) O número de combinações heterozigotas na segunda geração é dado pela fórmula  $4^n \cdot 2^n$ , a qual n. representa o número de pares alelomorfos.

E' fácil compreender a razão de ser desta fórmula uma vez que já vimos, linhas acima, que o número absoluto de combinações é dado por  $4n$  e que o número de combinações homozigotas é dado por  $2^n$ .

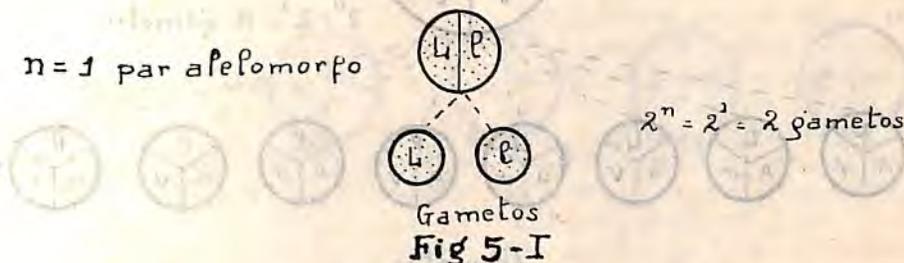
Dominante — E' o membro do par de caracteres alelomorfos que encobre o outro quando estão reunidos — E' o caracter aparente na primeira geração.

Fenótipo — E' o que o indivíduo aparenta ser.

Fatores — O mesmo que gens.

Flôr — Orgão de reprodução dos vegetais fanerógamos.

$n = 1$  par alelomorfo



VII) O número total de genótipos na segunda geração é dado por  $m$ , sendo n o número de pares alelomorfos.

Desses genótipos,  $2^n$  são homozigotos e a diferença  $3^n - 2^n$ , representa os genótipos heterozigotos conforme já tivemos oportunidade de verificar nos capítulos anteriores.

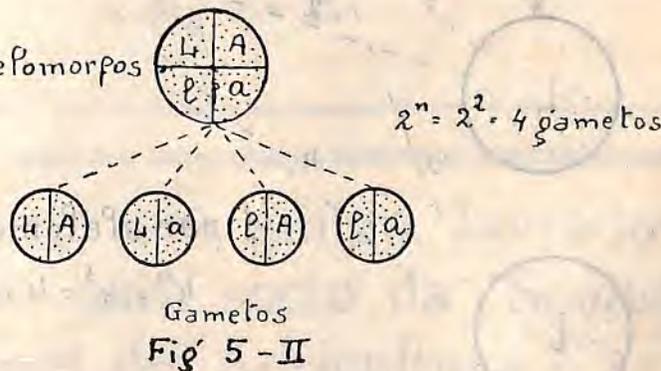
Corola — Segundo verticilo protetor da flor — Conjunto de pétalos.

Flor axilar — Flor que se encontra situada na axila.

Flor terminal — Flor que se encontra situada na região terminal de um ramo.

Gameto — Célula sexual, haploide, masculina ou feminina.

$n = 2$  pares alelomorfos



VIII) A segregação fenotípica na segunda geração é dada pelo desenvolvimento do binômio  $(3+1)^n$ .

De fato, já vimos nos capítulos anteriores que a segregação fenotípica é:  
a) 3:1 quando se trata de um par alelomorfo, isto é,  $(3+1)$

b) 9:3:3:1, quando se trata de dois pares alelomorfos, isto é,  $(3+1)^2$  ou  $3^2+3+1 \times 3+1+1^2$ .

c) 7:9:9:9 : 3:3:3:1 quando se trata de três pares alelomorfos, isto é,  $(3+1)$  ou:  $3^3+3^2 \times 1+3^2 \times 1+3 \times 1^2+3 \times 1^2+3 \times 1^2+1^3$

**Vocabulário dos termos técnicos empregados**

união de gametos de qualidade genética diferente.

Genótipo — E' o conjunto de gens que um indivíduo possui.

Heterozigoto — O mesmo que impuro — Os indivíduos heterozigotos resultam da união de gametos de qualidade genética diferente.

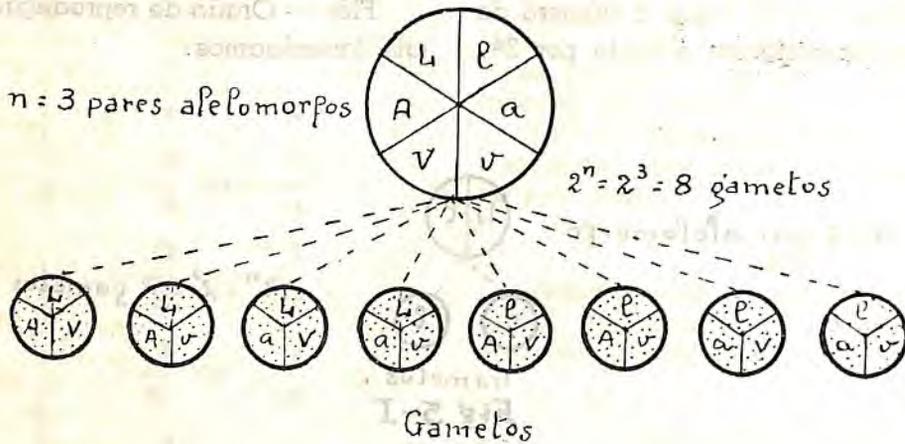
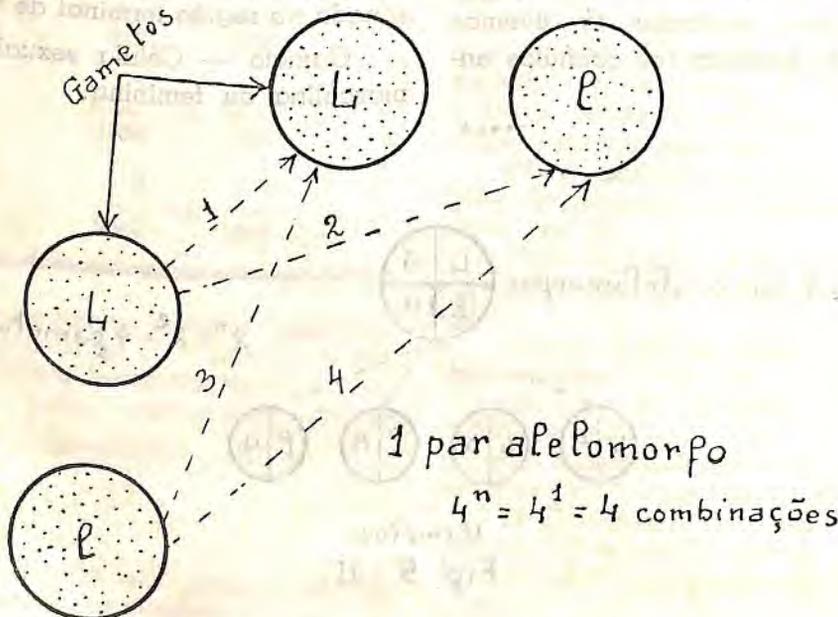


Fig 5 - III

Autopolinização — Queda do grão de pólen sobre o estigma da mesma flor que o produziu.

Gameto feminino — Nos vegetais fanerógamos o gameto feminino é a oosfera.

Homozigoto — O mesmo que puro — Os indivíduos homozigotos resultam da união de gametos da mesma qualidade genética.



Fig' 6 - I

Gameto masculino — Nos vegetais fanerógamos o gameto masculino é o anterozoide.

Gen — E' a potencialidade de um determinado caráter que se supõe existir no cromozômio.

Leguminosa — Família de vegeais da classe Dicotiledônea, série Rosales, a qual pertencem a ervilha, o guando, o feijão, a soja, etc.

Ovário — Região inferior do carpelo onde estão alojados os óvulos dos vegetais angiospermos.

O'vulos — Corpúsculos em geral ovóides ou arredondados, que se encontram presos nas placentas do ovário.

Pares alelomorfos — Denominam-se alelomorfos os caracteres que formam pares antagônicos.

Pétalos — Peças florais que formam a corola. O mesmo que pétalas.

Polen — Granulações encontradas nos sacos polínicos, que contem a célula reprodutora masculina dos vegetais fanerógamos..

Recessivos — E' o membro do par de caracteres alelomorfos que fica encoberto, na primeira geração pelo dominante. O mesmo que latente.

Semente — O'vulo depois de fecundado e desenvolvido.

Zigoto — O mesmo que celululo-ovo, isto é, o que provem da fecundação de uma oosfera por um anterozoide.

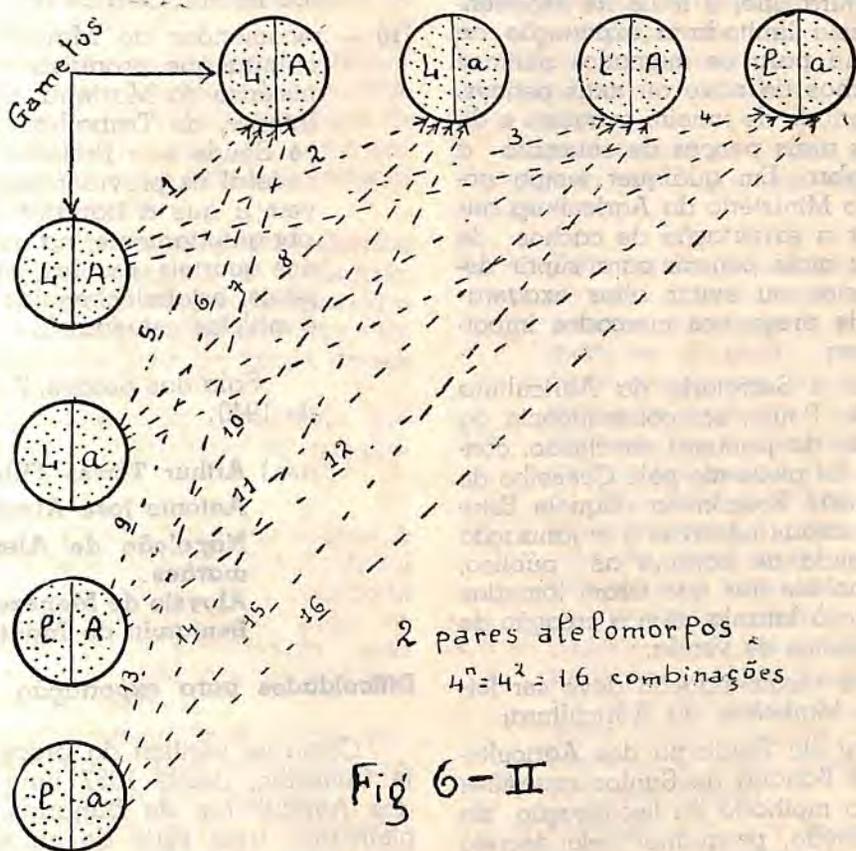


Fig 6-II

PROPONHA um seu amigo, lavrador ou criador, para socio da Sociedade Nacional de Agricultura  
 Utilize a formula destacavel, apenas a este numero.

# DIFICULDADES PARA A EXPORTAÇÃO DE BANANAS

O Sr. Arthur Torres Filho, representante da Confederação Rural Brasileira no Conselho Federal do Comércio Exterior, apresentou á consideração daquele Conselho o seguinte parecer :

Relatado o processo e discutido o parecer da Câmara de Produção, Consumo e Transportes, resolveu aprovar e encaminhar ao plenário para deliberação a seguinte proposição:

- "a) — recomendar ao Ministerio da Agricultura que, a título de experiência, seja limitada a exportação de banana para os mercados platinos a cachos de nove ou mais pencas, no período de janeiro a agosto e de oito a mais pencas de setembro a dezembro. Em qualquer tempo poderá o Ministério da Agricultura autorizar a exportação de cachos de oito a mais pencas para suprir deficiências ou evitar altas exageradas de preço nos mercados importadores;
- "b) — sugerir à Secretaria da Agricultura de São Paulo, em consequência da adoção da primeira conclusão, conforme foi pleiteado pelo Conselho de Expansão Econômica daquele Estado, medidas relativas à organização da venda de banana ao público, nos moldes das que foram tomadas quanto à laranja, com a criação de entrepostos de venda;
- "c) — idêntica recomendação deve ser feita ao Ministério da Agricultura;
- "d) — solicitar do Sindicato dos Agricultores de Banana de Santos sugestões para a melhoria da fiscalização da exportação, porquanto pelo decreto n. 334, de 15 de março de 1938, essa fiscalização já é exercida pelo Ministério da Agricultura;
- "e) — solicitar, ainda, do mesmo Sindicato indicações relativas ao número de viagens necessárias, a quantidade de cachos por viagem e ao calendário que mais convém aos exportadores transporte pelo Loide Brasileiro;
- "f) — paracogitar-se da proteção à industrialização da banana, solicitar do referido Sindicato os seguintes esclarecimentos:
- "1) — quais as indústrias que poderão dar vazão aos descartes, a capacidade de produção, os produtos fabricados e os preços;

"2) — qual o volume provado do descarte originário da limitação da exportação, prevista na primeira conclusão;

"g) — solicitar do Ministério da Agricultura estudos sobre a possibilidade da exportação de banana para os mercados no Rio Grande do Sul;

"h) — recomendar ao Ministério da Agricultura que promova junto aos Ministérios da Marinha, da Guerra, do Interior, do Trabalho, da Educação e Saude e à Prefeitura do Distrito Federal as providências indispensáveis a que a banana seja incluída obrigatoriamente na ração diária dos quartéis, escolas, presídios, hospitais, estabelecimentos industriais e e milícias estaduais".

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1940.

ass.) **Arthur Tôres Filho**, relator,  
**Antonio José Alves de Souza**,  
**Napoleão de Alencastro Guimarães**,  
**Aloysio de Menezes Grenhalgh**  
**Benjamin do Monte**, diretor.

## Dificuldades para exportação de bananas

Como se verifica do processo 608 deste Conselho, desde 1937 vem o Sindicato dos Agricultores de Bananas, de Santos, pleiteando uma série de medidas que vissem facilitar a exportação de bananas.

Sobre êsse assunto já se tem manifestado o Conselho em várias oportunidades, propondo soluções que dependem dos ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Fazenda e Exterior, e que se referem à fiscalização portuária, à cobrança de taxas, ao serviço de estiva, a facilidades alfandegárias, à criação de linhas de navegação nacional, à criação de mercados no exterior, ao alargamento do comércio interno, pela criação de entrepostos de venda, à industrialização, etc.

De conformidade com as resoluções do Conselho, várias providências têm sido solicitadas aos respectivos órgãos administrativos, sendo que, ultimamente, o Sindicat-

to dos Agricultores de Bananas voltou a pleitear concretamente as seguintes medidas :

- a) — que o tipo de cachos de bananas para exportação seja de nove ou mais pencas.
- b) — severa fiscalização dos embarques por fiscais do Governo e por comissões de exportadores e lavradores que se revesarão continuamente;
- c) — convênio do Governo com as companhias nacionais de navegação, as quais se obrigarão a manter transporte regular de bananas para os mercados platinos;
- d) — regularização dos mercados internos, só permitindo a entrega nos mercados do Rio e S. Paulo de cachos de 7 e 8 pencas, ficando os cachos menores destinados à cidade do interior e industrialização;
- e) — criação de entrepostos municipais nos grandes centros e utilização, também para bananas, do aparelhamento destinado à propagação e venda da laranja, fora da época da safra desta última;
- f) — auxílio financeiro à indústria que se destina à fabricação de sub-produtos da banana.

E em relação a essas medidas coube à Comissão de Defesa da Economia Nacional providenciar relativamente ao transporte por intermédio do Loide Brasileiro para os portos do Rio da Prata, providência essa que está sendo executada com auxílio dos vapores Pedro I e Pedro II.

Esses vapores fazem duas a três viagens por mês (uma a duas cada um) carregando 45 mil cachos por viagem.

Alega o Sindicato serem necessários mais dois vapores ou um total de para que sejam efetuadas oito viagens mensais.

O Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo, por ofício n. 2.478, de 7 de agosto do ano corrente, enviou seu parecer apreciando o Memorial apresentado pelo Sindicato dos Agricultores de Bananas opinando:

1.º — Que se sugerisse ao Governo Federal a alteração dos tipos 2, 3 e 4 dos cachos de bananas, discriminados no art. 12 do referido regulamento do Comércio de Exportação de Bananas, dando-lhe a seguinte redação:

"Tipos 2 — Cachos com 9 (nove) pencas, possuindo os demais característicos do tipo 1, admitindo-se que 25% dos cachos

tenham 8 (oito) pencas e que o tamanho das frutas seja proporcionalmente menor, no máximo, de 20% do tamanho padrão estabelecido para o tipo, sem prejuízo de outras condições".

"Tipos 3 — Cachos com 6 (seis) pencas a 8 (oito), perfetos, isentos de frutas atacadas de moléstias ou sensivelmente contundidas, sendo toleradas para os cachos com maior número de pencas, dez frutas refugos, sem prejuízo de outras condições".

"Tipos 4 — Cachos com menos de 6 (seis) pencas, assim como os maiores colhidos demasiadamente verdes (atacados por agentes depreciadores ou queimados pelo sol, água salgada, enegrecidos por fortes abalos oriundos da má colheita e de transporte violento ou que tenham sofrido a ação de qualquer agente prejudicial à conservação das frutas".

E mantendo-se os demais dispositivos a redação do art. 12 do regulamento e seus parágrafos.

- 2.º) — Examinar a possibilidade de um Convênio do Governo com as Companhias nacionais de navegação, as quais se obrigarão a manter transporte regular de banana para os mercados platinos.
- 3.º) — Encaminhar à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, o pedido feito pelo Sindicato, no sentido de se estender à banana os benefícios da distribuição que essa Secretaria está fazendo com a laranja, nos mercados internos.
- 4.º) — Sugerir ao Governo do Estado, a proteção à industrialização da banana, recomendando o uso dos produtos industrializados nos estabelecimentos e corporações administrados pelo Estado.
- 5.º) — Pleitear junto aos Poderes Federais severa fiscalização dos embarques por Fiscais do Governo e por Comissões de Exportadores e de Lavradores, que se revesarão continuamente".

Convém, informar, como esclarecimento, que o regulamento do comércio de exportação de bananas, a que se refere o decreto n. 22.737, de 22 de maio de 1933, estabelece a classificação dos seguintes tipos:

Tipo 1 — Cachos sem mutilação, com 10 ou mais pencas, de colorido uniformemente verde, bem conformados, inteiramente limpos, com o cabo de encaço medindo pelo menos 16 centímetros e possuindo pencas perfeitas, sem frutas quebradas, racha-

das, arranhadas, machucadas, atacadas, por moléstias ou de qualquer maneira alterados por agentes capazes de prejudicar a sua qualidade e conservação.

Tipo II — Cachos de 8 a 9 pencas, possuindo os demais caracteres do tipo I, admitindo-se que o tamanho das frutas seja proporcionalmente menor, no máximo de 20% do tamanho padrão estabelecido para o tipo I, sem prejuízo de outras condições.

Tipo III — Cachos com 5 a 7 pencas, perfeitos, isentos de frutas atacadas de moléstias ou sensivelmente contundidas, sendo toleradas para os cachos maior número de pencas, 10 frutos refugos, sem prejuízo de outras condições.

Tipo IV — Cachos com menos de 5 pencas, assim como os maiores quando colhidos demasiadamente verdes, atacados por agentes depreciadores ou queimados pelo sol, água salgada, enegrecidos por fortes abalos oriundos de má colheita e do transporte violento ou que tenham sofrido a ação de qualquer agente prejudicial à conservação das frutas.

Parágrafo único — Para a exportação serão permitidos os cachos classificados nos dois primeiros tipos e para o consumo interno até o tipo III.

Os cachos classificados como tipo IV serão considerados "refugos", não sendo permitidos ao comércio para consumo direto, mas poderão servir para alimentação de animais, fabricação de farinhas, — passa, doces, alcool, vinagre e outros produtos industriais.

Não seria possível opinar-se a respeito de várias providências solicitadas pelo Sindicato sem pronunciamento seguro por parte da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, principalmente na parte relativa à limitação da exportação de bananas para 9 pencas, providência essa que viria afetar fortemente a exportação, obrigando a serem tomadas medidas para o alargamento do consumo interno naquele Estado.

Consultada que foi a Secretaria por telegrama que ele dirige pelo Serviço de Economia Rural respondeu concordando que, devido à anormalidade dos mercados europeus, fosse permitida a exportação para os mercados platinos, de cachos de 9 ou mais pencas no período de janeiro a agosto e de setembro a dezembro de 8 ou mais pencas, sendo que para os mercados europeus deve ser obrigatória a exportação de cachos de 9 ou mais pencas.

Essa sugestão de limitação de prazos foi feita pelo Serviço de Economia Rural, por ser mais exequível do que a alvitrada pelo Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo, que admitia 25% de ca-

chos de 8 pencas na exportação de cachos de 9 pencas para o mercado platino.

A aplicação dessa deliberação sugerida pelo Conselho de Expansão se tornava inexecutável, na prática, pela impossibilidade de se exercer a fiscalização necessária.

Fica assim resolvida a medida mais importante pela qual se empenha o Sindicato de Agricultores de Bananas, de Santos, medida essa que visa diminuir o volume de exportação de bananas para os mercados argentinos evitando assim o seu abarrotamento, mediante a seleção do tipo exportável.

As outras pleiteadas, são:

- 1.º — Organização dos mercados internos;
- 2.º — Fiscalização dos embarques com a colaboração do Sindicato;
- 3.º — Regularidade de transporte marítimo;
- 4.º — Proteção à industrialização.

Esses outros aspectos do assunto convém sejam examinados isoladamente.

Em referência ao 1.º, direi que está na alçada do Estado de São Paulo, que poderá adotar, para aumento do consumo da banana, o mesmo regime que empregou para a laranja.

Quanto a 2.º, em virtude do Decreto número 334, de 15 de março de 1938, a fiscalização compulsória dos produtos de exportação são de exclusiva competência do Governo Federal, através dos diferentes ministérios. Nada impede, entretanto, sugira o Sindicato medidas para a melhoria dessa fiscalização.

Referentemente ao 3.º, regularidade do transporte marítimo verifica-se que o Ministério da Viação já deu providências junto ao Loide Brasileiro, existindo dois navios, o Pedro I e o Pedro II, empregados no transporte de bananas.

Poder-se-á solicitar os bons officios daquele Ministério para examinar a possibilidade de dispôr de mais dois navios para o referido transporte.

Entim, quanto à 4.ª questão, que é a da industrialização poderá o Conselho, como sugere o Sindicato, solicitar do Governo, amparo para colocação dos produtos de industrialização da banana, em organizações oficiais, como Exército, Marinha, Colégios, etc.

Em conclusão:

- 1) — recomendar ao Ministério da Agricultura que, a título de experiência, seja limitada a exportação de bana-

na para os mercados platinos a cachos de nove ou mais pencas, no período de janeiro a agosto e de oito a mais pencas, de setembro a dezembro. Em qualquer tempo poderá o Ministério da Agricultura autorizar a exportação de cachos de oito a mais pencas para suprir deficiências ou evitar altas exageradas de preço nos mercados importadores;

- "2) — superior à Secretaria da Agricultura de São Paulo, em consequência da adoção da primeira conclusão, conforme foi pleiteado pelo Conselho de Expansão Econômica daquele Estado, medidas relativas à organização da venda de banana ao público, nos moldes das que foram tomadas quanto à laranja, com criação de entrepostos de venda;
- "3) — idêntica recomendação deve ser feita ao Ministério da Agricultura;
- "4) — solicitar do Sindicato dos Agricultores de Banana de Santos sugestões para a melhoria da fiscalização da exportação, porquanto pelo decreto n. 334, de 15 de março de 1938, essa fiscalização já é exercida pelo Ministério da Agricultura;
- "5) — solicitar, ainda, do mesmo Sindicato indicações relativas ao número de viagens necessárias, à quantidade de cachos por viagem e ao calendário que mais convém aos exportadores para orientar a organização do transporte pelo Loide Brasileiro;
- "6) — para cogitar-se da proteção à industrialização da banana, solicitar do referido Sindicato os seguintes esclarecimentos:
  - "a) — quais as indústrias que poderão dar vazão aos descartes, a capacidade de produção, os produtos fabricados e os preços;
  - "b) — qual o volume provado do descarte originário da limitação da exportação, prevista na primeira conclusão;
- "7) — solicitar do Ministério da Agricultura estudos sobre a possibilidade da exportação de banana para os mercados no Rio Grande do Sul.
- "8) — recomendar ao Ministério da Agricultura que promova junto aos Ministérios da Marinha, da Guerra, do Interior, do Trabalho, da Educação e Saúde e à Prefeitura do Distrito Federal as providências indispensáveis a que a banana seja incluída obrigatoriamente na ração diária dos

quarteis, escolas, presídios, hospitais, estabelecimentos industriais e militares estaduais".

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1940.

as.) Arthur Torres Filho.

**Dados elucidativos fornecidos pelo Conse-**

**lheiro Tórres Filho**

Sendo o Brasil o maior produtor de banana do mundo e se tratando de uma fruta apesar do aumento verificado em nossa exportação, não logramos até agora alcançar no comércio mundial posição que nos deveria caber. Segundo dados internacionais, é a seguinte a posição dos países produtores em relação à exportação:

	<b>Toneladas</b>
Jamaica . . . . .	402.860
México . . . . .	314.360
Guatemala . . . . .	218.530
Honduras . . . . .	213.670
Colômbia . . . . .	166.376
Brasil . . . . .	195.780
Costa Rica . . . . .	136.730
Cuba . . . . .	134.550
Panamá . . . . .	117.130
Formosa . . . . .	133.410

Verifica-se assim achar-se concentrado na América Central e do Sul, excetuando as Ilhas Canária na África e Ilha Formosa na Ásia, o comércio exportador de banana.

Destacam-se, como países importadores os seguintes:

	<b>Toneladas</b>
Estados Unidos . . . . .	1.346.210
Inglaterra . . . . .	403.110
França . . . . .	178.400
Argentina . . . . .	164.920
Alemanha . . . . .	164.680
Japão . . . . .	123.210
Canadá . . . . .	69.260
Itália . . . . .	26.650
Holanda . . . . .	25.980
Bélgica . . . . .	20.510

Esses algarismos provam a importância do comércio internacional de banana absorvendo os Estados Unidos um terço da exportação total.

Na América Central e na Jamaica encontra-se o comércio dessa fruta monopolizado por grandes companhias norte-americanas entre a qual destaca-se a United Fruit Company.

A exportação do Brasil para a Europa, é feita nos vapores da Blue Star Line. A United Fruit Company administra extensas plantações em Porto Rico, Colômbia, e várias Repúblicas da América Central, contando com grandes fretes de navios adotado nesse transporte.

Entre nós as plantações de São Sebastião em São Paulo, são de propriedade da Blue Star.

A exportação de banana precisa ser feita em Câmaras apenas resfriadas e ventiladas, não suportando as temperaturas próprias das carnes e laranjas.

Faz-se preciso que haja volume su-laranjas. Faz-se preciso que haja volume suficiente de exportação de modo a permitir embarques regulares, de modo a interessar as empresas grandiosas em seu comércio.

A exportação brasileira por países de destino foi a seguinte, em 1939:

Argentina . .	9.378.989	42.158:031\$000
Grã Bretanha	1.083.959	4.877:818\$000
Uruguai . . .	954.264	4.206:346\$000
Alemanha . .	305.644	1.375:397\$000
União Belgo-Luxembur-gueza . . .	194.785	876:533\$000
Holanda . . .	75.818	341.181\$000

Atingiu nossa exportação, em 1939, o total de 11.993.459 num valor total de reis... 53.835:306\$000 convém salientar que a exportação para a Grã Bretanha decaiu um pouco em 1939, talvez em consequência da guerra, pois já chegou a atingir 3.008.625. 1935. Sem dúvida a Argentina constitui o maior comprador da produção brasileira.

Na América do Sul a Colômbia por sua vez representa o mais forte exportador, embora a produção brasileira se ache estimada em 1.539.280 toneladas, mas dando-nos o título de o maior produtor mundial. Essa produção, é observada em sua maior parte no consumo interno.

Iniciou-se nossa exportação de bananas em 1891, quando se fez o primeiro carregamento para a Argentina. Para a Europa os embarques começaram em 1927, que foi quando a Blue Star Line estendeu os seus serviços ao Brasil, visando o transporte de carnes para a Europa.

PROCESSO N. 5.416/40.

Telegrama n. 2679 de 12/8/40 — S. P. P. A.

JUVENAL MENDES GODOY — Departamento Fomento Prod. Vegetal — S. A. São Paulo — Necessitando Ministério solucionar consulta Conselho Federal Comércio Exterior (vg) referências limitação exportação bana-

nas cachos nove pencas (vg) renovo urgência pronunciamento esse Departamento atendendo necessidade alargamento consumo interno (pt) Lembro como medida consiliatória (vg) devido anormalidade mercados europeus fosse adotado critério permitir exportação mercados platinos Janeiro a Agosto cachos de nove ou mais pencas e setembro a dezembro cachos de oito ou mais pencas e para mercados europeus sempre cachos de nove a mais pencas (pt.) Essa solução se me afigura de mais fácil execução que a do critério de vinte e cinco por cento de cachos de oito pencas conforme Conselho Econômico Estado (pt) Lembro que se for preciso resolução definitiva caso atendendo situação precária mercados platinos sofrendo congestionamento a par vantagens melhor reputação nosos produto (pt.) — Atenciosas saudações. — **Arthur Torres Filho** — Diretor .

Telegrama n. 2816 de 27/8/40 — S. P. P. A.

JUVENAL MENDES GODOY — Secretaria Agricultura — São Paulo.

Acuso recebimento vosso telegrama 15 corrente (vg) declarando-se acordo medidas propostas meu telegrama 2679 12 corrente (pt) — Solicito entretanto especificar quais medidas (vg) conforme aprovação Secretaria Agricultura (vg) deverão ser determinadas portaria ser expedida (pt). Saudações — **Antônio Arruda Câmara**. — No impedimento Diretor.

Resposta telegrama 2679 e 1816.

Dr. Arthur Torres Filho — Diretor Serviço Economia Rural Ministério da Agricultura.

Cumpra comunicar vossa senhoria (vg) nome senhor secretário Agricultura S. Paulo (vg) que esta secretaria concorda medidas neles sugeridas (a) **Juvenal Mendes Godoy** (pt) Diretor.

### SINDICATO DOS AGRICULTORES DE BANANA

Santos, 28 de Outubro de 1940.

Exmo. Sr. Dr. Arthur Torres Filho — D. D. Diretor do Serviço de Economia Rural e representante do Ministério da Agricultura no Conselho Federal de Comércio Exterior.

Rio de Janeiro.

Exmo. Sr.

Com a devida venia, vimos reiterar a solicitação que este Sindicato fez a V. Ex. no sentido de, com a sua valiosa interfe-

rência, conseguir a aprovação das medidas tendentes a amparar a lavoura e o comércio da banana, diante da precária situação em que se acham.

Essas medidas, já pleiteadas por este Sindicato se consubstanciam no seguinte:

- a) organização dos mercados internos, principalmente o de São Paulo;
- b) diminuir o volume de exportação da banana para os mercados do Sul, evitando o seu abarrotamento, mediante a seleção do tipo exportável;
- c) fiscalização dos embarques com a colaboração deste Sindicato;
- d) regularização do transporte marítimo; e
- e) proteção à industrialização da banana.

Folgamos em registrar que todos os itens acima mereceram inteira aprovação do Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo, que, após estudar minuciosamente o assunto, se pronunciou favoravelmente sobre as medidas pleiteadas, considerado-as essenciais à normalização dos mercados externos da banana, atualmente limitados aos das repúblicas platinas.

A organização dos mercados internos, principalmente o de São Paulo, com o aproveitamento do serviço que se utilizou na distribuição da laranja, é medida inicial e indispensável. Com o auxílio do Governo, esse mercado se transformará em um grande centro consumidor da banana, lucrando com isso tão somente o bananicultor, que terá maior saída para o seu produto, mas também o povo da capital paulista, que usufruía as vantagens da fácil aquisição de uma fruta de reconhecido valor nutritivo.

O controle da exportação, mediante a seleção dos cachos, é outra medida de real necessidade, que deve ser posta em prática quanto antes, para a melhoria dos preços da banana nos mercados do sul, os únicos que, na quadra atual, importam esse produto, e que consomem unicamente o de procedência brasileira. A seleção deve ser feita da seguinte forma: de Janeiro a Agosto, época da produção frutícola na Argentina, serão exportados os cachos de 9 ou mais pencas; de Setembro a Dezembro, vigorará a restrição atual, de cachos de 8 ou mais pencas. Somente com essa medida evitando-se o abarrotamento dos centros consumidores, é que a banana alcançará, nos mercados platinos, um preço compensador, capaz de cobrir satisfatoriamente as elevadas despesas de custeio, transporte e de exportação.

A fiscalização nos embarques de banana deve ser a mais rigorosa possível. A colaboração do Sindicato nessa fiscalização emprestará um grande auxílio à Secção Fiscalizadora, contribuindo para a perfeita regularidade dos carregamentos.

Faz-se mister, igualmente, a regularização do transporte marítimo. Presentemente, dois são os vapores do Loide Brasileiro que estão fazendo o transporte regular do produto para os mercados platinos — D. Pedro I e D. Pedro II. Fazem, ambos de 2 a 3 viagens por mês (1 a 2 cada um), carregando 45000 cachos por viagem. São necessários, porém, quatro vapores, conforme se havia pleiteado afim de que sejam efetuadas oito viagens mensais. O vapor Tiradentes, também do Loide Brasileiro, tem efetuado alguns carregamentos de banana, mas em número diminuto, sem regularidade, e com pouco espaço. Há um ponto para o qual solicitamos o apóio de V. Ex. e que vem tornar eficiente esse auxílio prestado pelo Loide Brasileiro — a distribuição da praça dos navios entre os exportadores. Essa distribuição equitativa importará no real aproveitamento da medida em boa hora posta em prática pelo Governo, com o fornecimento desses navios, pois beneficiará a todos os bananicultores, o que não sucede enquanto o engajamento das praças fôr combiado diretamente entre a Agência e os exportadores. Possuindo o movimento mensal de cada exportador, este Sindicato está apto a fazer a distribuição das praças dos navios, de molde a satisfazer a todos os embarcadores.

A proteção à industrialização da banana é um complemento às medidas pleiteadas. Regularizado o mercado de São Paulo e controlada a exportação do produto, as sobras e os descartes serão consumidos nas indústrias aqui existentes, em número de duas. Mas, para que elas vinguem, é preciso que o Governo as ampare nesta difícil quadra que atravessamos, facilitando a colocação de seus produtos, mormente nas organizações oficiais, como Exército, Marinha, Colégios e outras instituições.

Dirigindo novamente a Vossa Excelência, estamos certos de que podemos contar com a reconhecida boa vontade e clarividência de V. Excia., no sentido de serem postas em vigor, com a máxima brevidade, as medidas acima expostas.

Antecipando os nosos melhores agradecimentos pela atenção que fôr dispensada a esta representação, temos o prazer de renovar a V. Excia., os protestos da mais elevada consideração e distinto apreço.

Atenciosas saudações — Sindicato dos Agricultores de Banana — (As.) **Geraldo Mesquita Sampaio** — Presidente interino.

**POSTO DE CLASSIFICAÇÃO, INSPEÇÃO  
E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS ALI-  
MENTARES**

27 de Junho de 1940.

Ilmo. Sr. Chefe da Agência do S. E. R.

**São Paulo.**

Em resposta ao vosso telegrama n. 123, de 25 do corrente, cuja cópia anexo relativo às sugestões apresentadas pelo Sindicato dos Agricultores de Banana de Santos, no intuito de melhorar a situação dos produtores de banana, julgo do meu dever expressar-vos, primeiramente, o que faço com a devida vênia, a minha opinião sincera sobre o tipo de cachos de 8 pencas. Este tamanho de cachos de bananas, sendo bem conformado e com o seu desenvolvimento perfeito, representa, a meu ver, o verdadeiro padrão da produção da bananeira "Musa Cavendishii", denominada "nanica", cultivada em grande escala em nosso Estado, para os fins de exportação. Somente as culturas em terras boas, novas, ou em terreno convenientemente adubados, produzem elevada porcentagem de cachos de oito pencas e mais, cuja saída para o exterior é permitida pelo nosso atual regulamento. Grande número de bananais, importantes pela extensão de suas culturas não pode produzir atualmente porcentagem compensadora de cachos de nove pencas. Este tamanho de cacho (ove pencas), ora pleiteado para constituir o tipo mínimo de banana exportável, virá beneficiar, com certeza, uma parte dos produtores dessa fruta, assim como, acarretará, também, prejuízos para outra parte. Nesse sentido, foi-me dado obter amplas informações nos meios agrícolas desta zona produtora de banana, onde se biparem as opiniões dos interessados, pró e contra a adoção da medida ora pleiteada, mesmo entre os dignos membros da diretoria do sindicato da classe.

Entretanto, este Posto não deve contrariar uma sugestão partida de um órgão representativo da laboriosa classe dos cultivadores de banana, respeitando, assim, uma opinião de quem deve zelar pelos interesses econômicos dos seus associados. Julgo conveniente, porém, não se fazerem modificações definitivas, no atual regulamento sem que primeiro sejam constatadas as vantagens delas resultantes. Pelo exposto, e em obediência à vossa solicitação, constante do referido telegrama, sou de parecer que a medida sugerida pelo Sindi-

cato dos Agricultores de Banana poderá ser posta em prática, a título experimental, até que se obtenha seguro resultado, para a solução definitiva do assunto.

Em relação ao alargamento do consumo interno da banana, já tive ocasião de trocar idéias com o Dr. Narciso de Medeiros, inspetor estadual do Fomento Agrícola, nesta cidade e um dos chefes do posto de distribuição de laranja. O aproveitamento dos atuais aparelhamentos destinados à distribuição da laranja, seria, sem dúvida, uma ótima medida para aproveitar as sobras da banana não exportada, e viria concorrer para a dilatação do seu consumo interno, acarretando vantagens ao produtor e benefícios à população.

Uma outra medida que, também, ao meu vêr, poderia concorrer para o alargamento do consumo interno da banana, é a instituição da "merenda escolar", proporcionando-se, dessa maneira, um agradável e utilíssimo prazer à criança pobre, qual seja o de lhe fornecer, para complemento de sua ração alimentar, esse fruto de sabor incomparável e de valor dietético reconhecidamente superior.

Saude e Fraternidade — (ass) — **Casimiro Guimarães Junior** — Chefe do Posto do Posto.

**POSTO DE CLASSIFICAÇÃO, INSPEÇÃO  
E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS ALI-  
MENTARES**

27 de Junho de 1940.

"COPIA AUTENTICA": 101 de S. Paulo — 2257 — 110|114 — 25 — 14h40 — Chefe Posto Produtos Alimentares Prédio Ministério Agricultura Santos. N. 128 — De 25-6-40 — Pedindo vos pronuncieis respeito transcrevo telegrama 1834 do Diretor S. E. R. — Segundo representação Sindicato Agricultores Bananas (vg) situação produtores se apresenta calamitosa (vg) consequência queda preço e virtude abarrotamento mercados platinos (pt) Sugere entre outras medidas acautelatórias seja vedado embarque menos oito pencas como providência carater urgente (vg) convindo seja ouvida também Secretaria Agricultura (vg) posto que aumento descarte exigirá au-

# RAMIE (Boehmeria Nivea)

Guilherme Romano

Ramie é uma planta fibrosa da família das urticáceas e pertence ao grupo das antigas plantações rendosas do Leste e Sul da Ásia. Assemelha-se ás urtigas comuns, sendo porém isenta de pêlos causticantes. A ramie encontra a sua aplicação sob multipas e diversas modalidades. Os caules produzem um produto de elevado valôr economico para as industrias textil e de papel, enquanto as folhas são ótímo alimento para animais de pastagem, substituindo outrosim,, as folhas da amoreira para o bicho da sêda .

A fibra de ramie é uma fibra de entrecasca, isto é, ela se encontra nos talos, como no canhamo, linho e juta. Ela é indubitavelmente uma das mais nobres fibras vegetais. A' industrialização opunham-se até então barreiras invencíveis, pois que faltava uma máquina de desfibramento. E' a razão pela qual a cultura se limitar principalmente à China, onde o desfibramento, devido a minima despeza com mão de obra, era manual.

Entretanto, após incessantes experiências de um grande industrial alemão, Dr. Eng. Emil Gmider, Reutlingen, chegou ao resultado de construir uma máquina de desfibramento, que desviando-se do processo habitual, desfibra os caules da ramie em posição entrelaçada. Para o canhamo, o qual por êste processo não precisa ser curtido ou macerado, os resultados foram plenamente satisfatórios. Igualmente conseguiu-se desfibrar o ramie por metodo identico, manufacturando-se esplendidos tecidos de mescla em fibra com algodão. A capacidade de trabalho da máquina de desfibramento, que diminue proporcionalmente com a grossura dos caules, não é ainda satisfatoria para o ramie, porem é de se esperar que este problema tenha com o decorrer do tempo a sua solução, pois que as experiencias com o ramie são de data recente. Apoiado sobre a futura realização deste

certame, a CARLS RENAUX S. A., em Brusque, Santa Catarina, adquiriu a patente deste processo para todo o Brasil.

A fibra mesclada com algodão produz esplendido tecido, em carater de linho, de grande durabilidade, o qual melhor se adapta aos tecidos para senhoras. Na industria de papel a fibra do ramie representa uma materia prima de intensa procura. Ela é para o papel aquilo, que níquel e cromo são para o aço. Uma junção de 10% de fibra de ramie, aumenta a resistencia do papel de 250%. Puro ramie na confecção de papel produz um artigo de resistencia oito vezes maior, do que o melhor papel de linho. E' a matéria prima por excelência para o fabrico das notas de papel.

Como dissemos acima, as folhas de ramie, são especial alimento para o gado e o bicho da seda. Pode-se até utilizar o ramie exclusivamente para fim. Neste caso não se espera até que os caules se tornem lenho, porém, corta-se-os, quando a planta alcança uma altura de cerca de 20cm. Logo após os dias de frio, a ramie brota com novos rebentos robustamente e tem-se então, em uma época na qual ha escassez de alimentos verdejantes e frescos, um ótímo sustento para o gado e a lagarta da seda. Querendo-se porém, aproveitar tambem da fibra, torna-se indispensável o amadurecimento do caule, cortando-lhe a folhagem só depois, o que não prejudica a sua aplicação para a alimentação do bicho da seda e do gado vacum.

De tudo isto, conclue-se forçosamente que deverá compensar o trabalho, daquele que intentar uma pequena experiencia com esta planta proveitosa, afim de averiguar, se as terras nacionais se prestam à cultura desta planta. Pelos nossos estudos, cremos poder assegurar aos interessados, que um sub-sólo profundo, de bôa camada de humus como se o encontra no Paraná, dará resultados compensadores.

---

mento consumo banana mercado interno (vg) aproveitando-se aparelhamento destinado distribuição laraja fóra safra desta última (pt) — Saudações — **José Garibaldi Dantas**, Chefe da Agência.

Visto **Casimiro Guimarães Junior** — Chefe do Posto.

---

NOTA — Julgo ter havido engano na transcrição do telegrama acima. O Sindicato dos Agricultores de Banana quer se referir ra cachos com "menos de nove pencas" e não de oito, como acima se lê.

(ass.) **Casimiro G. Junior**.

Para o aproveitamento da fibra (menos para alimentação do gado) a colheita por ano e por hectar representa um grande fator. Para que seja de real proveito a extração da fibra, o rendimento por ano e hectar deverá alcançar no mínimo 15.000 a 20.000 quilogramas de caules secos. Este rendimento foi alcançado de fato na Argentina.

Seguem algumas instruções de plantio:

O Ramie só se desenvolve bem, onde o sólo e clima lhe são favoráveis. Quanto maior a temperatura e horas de luz solar, tanto maior o numero de córtes e da quantidade da fibra, tudo na hipótese de haver humidade suficiente. Os sólos argilo-arenosos, com muito humus, bem profundos e permeáveis, impregnados de azoto, nitro-gênio, cal e potassa, são os que mais lhe convem. Uma certa porcentagem de areia é vantajosa, pois que ela aumenta a porosidade do solo, grata ao desenvolvimento da ramie. Sobre terras arenosas mas pobres, bem como sobre solos argilosos pesados e impermeáveis, a ramie cresce com dificuldade. O desenvolvimento é insignificante e o número de caules limitado.

Para fins de alimentação aos animais, poder-se-á render o plantio, mas para o aproveitamento da fibra já não servirá mais. Absolutamente imprestáveis são sólos onde se estagna a agua, ou os sujeitos á inundações. Uma inundação durante 4 dias, é suficiente para destruir integralmente a mais esplendida plantação de ramie. O ramie exige mais humidade do que o milho e o algodão. Ao contrario do algodão, o ramie requer um desenvolvimento opulento da parte vegetativa e por esta razão aumentam os rendimentos na colheita na razão direta da profundidade e bôa qualidade do sólo.

Terras virgens onde apenas foi feita a derrubada da floresta, prestam-se admiravelmente ao ramie. Desnecessario é então o preparo adrede e o arar das terras. Neste caso planta-se o ramie em covas, abertas ligeiramente com a enxada.

Não sendo o ramie plantado em terras virgens, deverá o chão ser previamente preparado, arando-se e gradando-se repetidas vezes e afastando-se as ervas daninhas. Nada se paga tão bem, com uma bôa preparação das terras a cultivar e um caprichoso tratamento da plantação de ramie no primeiro ano. Recomenda-se especialmente adubar o sólo com plantas leguminosas, antes de ser plantado ramie.

O Ramie é uma planta perene ou vivaz a, qual se poderá colher durante 20 anos, representando pois, enorme vantagem. Somente no primeiro ano a planta exige cau-

tela especial. No decorrer do tempo, a plantação intensifica-se por si propria, fechando-se de tal maneira que não deixa mais logar ao crescimento de ervas daninhas.

As plantações fazem-se de preferencia com rizomas. Por rizomas entendem-se partes de caules subterraneos extraídas de plantas de no mínimo ano e meio. Havendo porém, dificuldades quanto ao transporte das plantas mães, for-se-á a primeira plantação por sementes. A multiplicação por rizomas é a mais facil e por este motivo, assim se aumenta o plantio, uma vez feita a sementeira inicial. Nas grandes culturas plantam-se os rizomas em covas razas distantes de um metro por 0,30 cm. Desta forma, facilita-se a aplicação da carpideira para a limpeza das ervas daninhas no primeiro ano. A melhor época do plantio é de Setembro a Outubro. A camada de terra sobreposta aos rizomas, deverá medir cerca de 6-10m. Cumpre sempre atender, para que não se plante em sólo humido. É menos inconveniente plantar em terras completamente secas, do que em pantanos. Já no primeiro ano, a planta deita profundas raizes e rizomas dos quais emanam novos rebentos, espalham-se por todos os lados, assim que em pouco tempo cerra-se toda a plantação. Uma planta de ramie bem desenvolvida produz por metro quadrado cerca de 40-60 caules, assim que, logicamente se compreende a sufocação integral das ervas daninhas.

Plantações menores, trabalhadas á enchada, dever-se-ão plantar em maior densidade, mais ou menos 60 a 40 cm, distantes uma da outra. A plantação cerra-se mais depressa e portanto as capinas serão menores.

Contra doenças a ramie é uma planta de grande tenacidade, formigas por exemplo não as atacam devido ao tanino contido nos caules. A friagem intensa destróe as folhas e caules, ficando contudo ressalvadas as partes subterraneas. Logo após a geada, a planta tornará a brotar. É, pois, aconselhavel, que antes da estação de frio intenso, se fará o ultimo corte.

Seis meses após a plantação, quando a parte inferior do caule, iniciar a se tornar parda ou acastanhada, cortam-se os caules rentes ao chão. Terão então uma altura de 1,50 — 2,000 ms. Nos primeiros anos, a colheita é por natureza menor, do que na época em que a plantação já se acha inteiramente fechada. O numero de cortes por ano e por hectar, varia conforme o clima, oscilando entre 3 e 6.

Os caules serão secados ao sól, quanto mais secos melhor. A maquina de desti-

bramento só funciona com material bem seco. Não se tendo aproveitamento das folhas como alimento para o gado, deixar-se-á as mesmas deitadas no sólo, afim de servir como adubo.

#### A sementeira para criação de plantas mães

Os alforbes ou canteiros de sementeira devem ser bem preparados. Vantajoso será empregar terra aluvial, livre de toda semente de erva daninha, misturada com 25% de estrume bem curtido. Sendo a semente muito leve e fina, convem ao semeiar, misturá-la bem com areia peneirada ou cinza bem seca, para que fique igualmente distribuída. Uma grama de sementes contém cerca de nove mil grãos. A semente deve jazer sobre a superfície do sólo, o que se obtém comprimindo-a levemente com uma taboazinha seca. Não se a cobre com terra. O sólo é então humedecido com irrigador bem fino, melhor com um pulverizador, observando-se conservá-lo sempre humedecido. Assim se tratará a sementeira durante 14 dias. Os canteiros devem ser munidos com tétos de resguardo, construídos em uma altura de 50-60 cm. do sólo. Estes tétos tem o fim, de evitar a rápida evaporação da água e a intensidade dos raios solares. Do outro lado, porém, as sementes necessitam de luz suficiente. As sementes da ramie germinam pela luz, tendo sombra demasiada, elas não germinarão. Para um metro quadrado necessitam-se apenas 2 grammas de sementes. A melhor época de semear é Março, para Brusque. Plantando-se mais tarde, dever-se-á proteger os canteiros contra a friagem. Depois de 6 semanas, quando as plantinhas alcançarem uma altura de 2 a 3 cm., elas serão transplantadas para canteiros de transplantação ou viveiros igualmente bem preparados. Aqui permanecem as plantinhas até que elas tenham atingido a altura e resistência necessárias, para a sua plantação definitiva. A transplantação para lugar certo, será feita vantajosamente em dias sombrios e chuvosos. As distâncias a observar são as mesmas que quando se planta rizomas.

Abril 1934 — **Carlos Renaux S. A.** — Brusque — Santa Catarina — (Ass.) **Guilherme Renaux.**

Devo notar que a máquina inventada pelo Dr. Gminder é um agregado de custo elevado sómente adquirível por grandes empresas e para se obter fibra destinada a ser fiada em máquinas de fição de algodão. Estou informado que no Rio ha uma firma que está fabricando pequenas máquinas portateis de desfibrar ramie, ainda verde, e no campo, de modo a se obter a fibra em todo seu comprimento.

Desinteressamo-nos pelo ramie aqui no Estado, visto as experiencias de 3 anos terem demonstrado ser o rendimento de caules de ramie por hectare em nossas terras muito reduzido, de modo a não permitir uma exploração economica.

**Guilherme Renaux**

Ilmos. Srs. Carlos Renaux S. A.,

Estado de Santa Catarina — Brusque.

Amigos e Senhores :

Acusamos o recebimento da carta de Vv. Ss. de 23 de Julho p. passado, bem como as notas relativas ao "Ramie" e sua cultura. Em separado, recebemos um pacote contendo as sementes do "Jasmim de Cachorro" ou "Japanischer Flieger", para serem submetidas a exame.

Relativamente a estas sementes e conforme o pedido de VV. SS., estamos escrevendo ao Instituto de Quimica Agricola para solicitar que seja feito o seu exame e determinado teor em óleo bem como a classificação dêste.

Quanto às notas sobre o "Ramie", daremos publicidade em nosso boletim "A

LAVOURA".

Sem mais, somos com elevada estima  
De VV. SS. Amos. Atos Obgdos. — **Arthur Torres Filho** — Vice-presidente, em exercicio.

---

**Inscreva-se como socio da**

---

**Sociedade Nacional de Agricultura**

---

# O COOPERATIVISMO ESCOLAR E A MENTALIDADE RURAL

FABIO LUZ FILHO

A cooperativa escolar levará até ao artesanato rural.

Admira, pois, a terra, criança. Como é diferente, aí, a vida! Deves traçar-se, quando em férias, um programa de vida livre, de movimento saudavel pelos campos e pelas matas, para que possam apreender todo o seu valor. Pela manhã, bem cedo, deves ir ver o capataz mugir as vacas pacificas no retiro, na cumiada do morro, do qual se descortina um panorama belo e empolgante: — campos ondulantes que se perdem nos longes da paisagem, barrado o horizonte longíquo por montanhas azuladas, que re cortam no ceu límpido, iluminados, campos verdejantes e montanhas azulinas, por um sol de esplendor. As pastagens ricas pontilham-se de gado sadio. Em baixo, o serpejar manso de um rio...

Em trechos cercados, grandes plantações de milho; nas vargens, cresce o arrôz côr de ouro nos declives dos morros, a mandioca; além, o pomar te convida a deliciar-te com laranjas maduras e saborosas, fazendo vergar os galhos pejados dêsses sacarinos frutos, vitamínicos e de delicioso paladar.

Durante o dia, já tostado do sol fecundo dêsse torrão magnífico, acompanharás os trabalhos de lavragem das terras, puxado o arado por enormes e amestrados bois, que arrancam do solo colheitas abundantes; verás a campeação do gado, ou contemplarás o trabalho hercúleo de nossa gente, no eito, a enxada percutindo a terra, na ansia do ganhapão enobrecedor, na elação de sentimentos dignos.

A' noite deves recolhe-te satisfeito e refeito, metendo-te na cama muito cedo, para acordares no dia seguinte pela madrugada a beber leite forte e renovar observações, enchendo teus olhos de aquarelas lindas, e teus pulmões de ar puro e teu coração de grandes entusiasmos pelo teu país e de admiração pelo nosso homem do campo, gigante de esforço em face dos tropeços que o salteiam, dos percalços que lhe barram o caminho a cada passo, nessa ambiência de fecundidade e maravilha, humilde em seu labor, abnegados em seu ingente e rude esforço.

A "onda verde dos cafezais" revela-te um dos maiores cometimentos agrícolas do mundo os algodoads branquejantes, os canaviais e os cacaunais sem fim são outras tantas lídimas expressões do trabalho ingente do brasileiro.

Os pampas e os gaúchos galhardos o Nordeste, o Norte, a Amazônia, o Centro li-

dimamente brasileiros, com sua potencialidade e seu animo realizador, são outras tantas manifestações sinérgicas da capacidade de um povo.

Nas vilas e povoações de origem teuta do sul do Brasil, já o disse em "*Sociedades cooperativas*" (3.<sup>a</sup>), a igreja é um obrigatório ponto branco de referencia quiescente no fundo verde da mataria, a torrezinha aguda como querendo galgar os céus; os vitrais bíblicos; o cruzeiro em frente a estender os seus longos braços misericordiosos, nêle gravadas sentenças, em lingua alemã, a concitar os crentes á salvação de suas almas para bemaventurança ("*Rette deine Seele*"). E na vida insulada e rude, mas produtiva e saudavel, que levam, como os seus irmãos de origem italiana, mergulhados naquela paz imensa e bendita dos campos e das serras tendo diante dos olhos e da alma a vastidão de horizontes recuados na distancia inalcançavel, o sentimento religioso dêles deve acrisolar-se e a cruz, no seu admirável e evocador simbolismo, deve constituir um grande confôrto e uma grande esperança, um bálsamo para agruras e desilusões...

São José e Boa Vista do Herval são lugares que convidam ao repouso do espírito e á meditação, no silêncio profundo cortado apenas do escachoar longínquo de águas vivas. A queda do Herval é majestosa nos seus cento e poucos metros de altura.

Neu Wuerttemberg é um recanto de fertilidade, de terras vermelhas numa apojadura de colheitas fartas, que encandeiam a alma dos que têm o sentimento da terra. Há trabalho e há pitoresco, surgindo quasi inopinadamente da campanha undante e onímoda. É uma cidadezinha tipicamente de cunho alemão no casario, na lingua, nos costumes. É mais uma prova inconcusa do triunfo da pequena propriedade. Casas e hotéis de madeira num estilo típico que muito se aproxima daquele do município de Blumenau. Mesa sadidamente característica, com o mel e o delicioso "schmure". Como Santa Cruz, Montenegro, etc., as toalhas alvas pendem das salas e dos quartos das casas particulares e dos hotéis com dizeres em lingua alemã contendo sentenças de ponderação. "Louva a Deus e vem comigo. Minha sorte trazte contigo", etc., são proposições que se encontram a cada passo nas colônias de orige alemã do Sul.

O Paraná é a bela terra dos pinheirais em taça aberta para o azul, como a beber tôda a poesia da paisagem rutilante em tórno.

# “Medidas de Emergência em amparo á Borracha e á Castanha”

## CÂMARA DE PRODUÇÃO, CONSUMO E TRANSPORTES

13.<sup>a</sup> Sessão Ordinária realizada em 28 de Maio de 1940

Consoante o proposto no item 3.<sup>o</sup> do parecer do processo n. 1.061 — “Medidas de emergência em amparo à borracha e à castanha”, emitido pela Câmara na sessão de 16 de maio e aprovado na sessão plenária de 20 de maio corrente, a Câmara de Produção, Consumo e Transportes teve ocasião de ouvir o Senhor H. Braustein procurador da Cia. Ford Industrial do Brasil, uma exposição detalhada do que a Cia. está realizando no Amazonas, e bem assim das dificuldades que está encontrando decorrentes da aplicação das leis trabalhistas.

A Câmara de Produção, Consumo e Transportes aconselha ao plenário a aprovação das seguintes indicações de autoria respectiva dos Conselheiros Alencastro Guimarães e Tôres Filho:

1.<sup>o</sup> — Que representa ao Senhor Presidente da República sôbre a gravidade das declarações feitas pela Cia. Ford Industrial do Brasil de ter a junta de conciliação de Belém do Pará resolvido contra a Companhia e sem audiência desta, casos em que a Companhia tem obtido ganho de causa na justiça comum. E de conveniência portanto, uma sindicância especial para o exame dêstes casos.

2. — Que em face da nova lei sindical e do decretó-lei n. 2.440 de 26 de Julho de 1939, convem estudar o regimen de trabalho, que deve ser aplicado a tais organizações, permitindo o melhor preenchimento de sua finalidade de caráter econômico especial, cuja ação se desenvolve em região despovoada exigindo organizações complementares extranhas aos fins precípuos do empreendimento.

nas poetizam-se e criam riquezas, quais pin-Em Santa Catarina, intensas colmeias humaturescas e pequenas Suíças, nos variegados e empolgantes panoramas montesinhos.

Os colonos de origem italiana povoam as serras sul-riograndenses de vinhedos os lidimos gauchos enriquecem os pampas, nem trabalho contínuo de aperfeiçoamento.

Aprende, pois, criança, que de homens com conhecimentos técnicos carece o Brasil

Sala das Sessões, 28 de Maio de 1940.

as.) — **Benjamim do Monte.**  
**Alencastro Guimarães.**  
**Tôres Filho**  
**Menezes Greenhalgh.**  
**Alves de Souza.**

## INFORMAÇÃO PRESTADA PELO DOUTOR MELO MORAIS, DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS AGRONOMICAS DO MINISTERIO DA AGRICULTURA

E' com prazer que presto, ao S. E. R., as informações que me solicita, a respeito da Companhia Ford Industrial do Pará.

Em visita recente que fiz a Bellterra, tive oportunidade de constatar que a referida Companhia leva a efeito na Amazônia uma obra de vulto, digna do maximo amparo por parte de todos quantos almejem que o Brasil retome a posição de relevo, que que te teve outróra, na produção da borracha, pela extração do latex da “hevea brasiliensis”.

E os poderes públicos, mórmente o Ministério da Agricultura, precisam amparar a Companhia Ford, removendo os obstáculos que surjam para o êxito do plano ali posto em execução, por ela.

Ejustifico o que acabo de asseverar. E' que, antes de tudo, a produção da borracha, no Brasil, só deixará de ser quasi nula, como o é presentemente (1,50% do total mundial mais ou menos), si se plantar a “hevea” para explorá-la. Sem cultivá-la, será impossivel competir com o Oriente, vantajosa e permanentemente.

As “heveas” nativas, exploradas a trouxe-mouxe, como o foram até agora, já não iludem a quem quer que seja, com conhecimentos técnicos a respeito do assunto. Em nenhuma parte do mundo, a indústria

para se tornar maior, como de homens integrados no amor á nossa terra e ao nosso idioma.

Há necessidade da cooperativa escolar, criança, e disso deve convencer teus juvenis colegas, como cadinho de civismo nivelador e humanismo confortante.

(Da 3.<sup>a</sup> edição de “Cooperativas escolares” saú brevemente em edição aumentada),

agrícola extrativa sáí vitoriosa na luta com a que se organiza em fórma racional, sob moldes técnicos aperfeiçoados. E' inútil tentar o contrario.

E é por isso que o Brasil, embalado na miragem da industria extrativa das suas seringueiras, perdeu a hegemonia que tinha no comércio internacional da borracha, passado a nem sequer ser tido como produtor ponderavel dessa matéria prima!

Ora, a Companhia Ford, no Pará, é a mais bem organizada empresa, que está implantando, na Amazônia, a cultura da "hevea" em larga escala. Ela irá demonstrar, de fato, que o Brasil é capaz de retomar o seu lugar de grande fornecedor de borracha, no mundo. E assim o fará porque:

a) — dispõe de capitais para isso, já tendo dispendido ali mais de 200.000 contos e está em condições de dispende ainda quantia igual ou superior a essa;

b) — a parte experimental, embora carissima como é sempre a experimentação agrícola, foi efetuada ali codelaramente e continua a se-lo, dentro das normas mais perfeitas para isso, com bases científicas irrepreensíveis, em face dos conhecimentos atuais nêsse dominio.

Nestas condições, é evidente que a Companhia Ford, quando lograr ter sua plantação de "hevea" em plena exploração, servirá de exemplo para os que queiram imitá-la, pois criará na mazônia a certeza de que a borracha deve ser produzida, em culturas de seringueiras, como ela o pratica.

E nêsse dia, o Brasil será de novo grande produtor mundial de borracha e realizar-se-á o reerguimento econômico da Amazônia inteira, para bem geral do país.

E' por isso que como brasileiro, afirmo, e o reafirmo, que a Companhia Ford Industrial faz jús a que seja auxiliada por todos que desejam a prosperidade do Brasil, máximé pelo Ministério da Agricultura.

E acrescento que, ao examinar as condições do operariado, em Bellterra, verifiquei:

1.º — a assistência médica ao assalariado é completa;

2.º — os filhos dos operarios frequentam escolas, mantidas a expensas da Companhia, onde aprendem a lê e escrever, com professores brasileiros e comemoram as datas nacionais, do Brasil, exclusivamente;

3.º — os operarios escolhem o regimen de trabalho, podendo ser pagos por dia ou por tarefa e recebem salarios elevados, de 7\$000 a 14\$000 e mesmo maiores, por serviço executado diariamente;

4.º — os trabalhadores, em sua quasi totalidade, são brasileiros (cearenses na

maior parte), que residem em casas confortáveis, para eles especialmente construídas e essas casas possuem, á frente, pequenas areas ajardinadas, às vezes com aprimorado gosto.

Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1939.

as). — **Melo Moraes.**

### EXPOSIÇÃO QUE O GERENTE DA FORD MOTOR COMPANY EXPORT INC. FEZ NA SESSÃO DA CAMARA EM 28 DE MAIO DE 1940

Usando da palavra, o Sr. Braunstein afirma que gostaria de explicar, em rápidas palavras, as atividades da Companhia Ford, na região amazônica.

Em 1927, obteve uma concessão de 1.500.000 hectares de terra, do Estado do Pará, á frente de cujo govêrno se achava naquele tempo, o Dr. Dyonisio Bentes.

A Companhia procurou imediatamente desenvolver, de uma maneira intensiva, as plantações de borracha, porque nada existia e não existe, além das suas plantações no vale amazônico. Sua primeira preocupação foi sanea ra zona de modo tal que a tornasse habitavel, eliminando todas as doenças tropicais, peculiares àquela ou qualquer outra região tropical. O saneamento foi feito de tal maneira que não se encontra, hoje, uma só mosca ou mosquito naquele lugar. Esse serviço foi feito da mesma forma que o do Canal do Panamá, onde, explica o Sr. Braunstein, teve ocasião de trabalhar durante sete anos.

Logo em seguida, construiu-se uma cidade completa. O Sr. Braunstein esclarece que, quando diz "uma cidade completa", incluindo até o hospital da América do Sul, é baseado nas palavras do Dr. Bruno Lobo que teve ocasião de visitar aquela zona em 1931.

Construiu-se também um matadouro moderno.

O então Capitão Barata e o Dr. Lindolío Cólora, na visita que fizeram em 1931, em bora procurassem, não encontraram uma mosca ou mosquito sequer, nem no mato, porque a zona foi saneada.

Toda a água é filtrada, até a que se destina à lavagem da roupa. Foram construídas escolas e as professoras são pagas pela Companhia que, também, fornece todo o material. A frequência escolar é obrigatória. Edificaram-se casas para os operários, a princípio barracões provisórios e mais tarde casas de madeira que são mais adaptáveis àquela zona. Fez-se uma serraria moderna; campo de recreio; de football,

etc. Estabeleceu-se o serviço de escritório; fez-se um cinema, tudo isso gratuito, até dentista para os trabalhadores, completamente grátis.

Mais arde, a companhia resolveu modificar as suas plantações em Boa Vista, transferindo-se para Bellterra, onde as terras são mais propícias às plantações de borracha. Mandou vir, de todas as paries do mundo, sementes, mudas para que reproduzissem no Brasil, seu habitat nativo, a borracha brasileira, que fôra levada para fóra, numa qualidade e quantidade melhor que a de antigamente.

Nêsse empreendimento a companhia gastou, até agora, perto de trezentos mil contos de réis.

O Sr. Braunstein informa nada ter com a direção daquela companhia, da qual é procurador, acrescentando que a mesma foi organizada em 1927 com capital de oito mil contos de réis, já tendo empaiado até o momento quasi trezentos mil contos de réis.

De 1934 para cá, a maior dificuldade que a companhia encontrou foi no sentido de conseguir braço. Em 1938, obteve do Conselho de Imigração e Colonização uma autorização especial para fazer propaganda em Portugal, por meio de folhetos impressos em português mostrando o que há naquela região, as vantagens oferecidas ao trabalhador rural, afim de atrair os imigrantes para lá. Aquele Conselho, antes até de equiparar o trabalhador português ao brasileiro, autorizou a imigração de tantas pessoas quantas a companhia precisasse.

Infelizmente, em princípio de 1939 começou o medo da guerra e até agora ainda não foi possível mandar vir imigrante algum de lá. Começou, ao mesmo tempo, a dificuldade dos sindicatos.

A companhia tem a impressão de que a sua atividade naquela região nada tem com os sindicatos por ser um empreendimento puramente agrícola. E' verdade que ela teve não tem mais uma serraria; tem uma uzina elétrica; filtração de água; está construindo dezenas e dezenas de quilômetros de estrada de rodagem para poder penetrar no interior da região. Entretanto, não há cousa alguma de industrial ou comercial nessas plantações que são puramente agrícolas. A tarefa da companhia é derrubar o maior; é por isso que se estabeleceu a serraria para, naturalmente, se aproveitar a madeira, o que, infelizmente, não foi possível. Fizeram-se estufas das mais modernas para secar a madeira. Construíram-se trinta e tantos quilômetros de estrada de rodagem para poder penetrar no interior da região. Nada disso adiantou.

Quando principiou o aborrecimento com o sindicato, houve até uma greve logo depois da revolução de 1930, sendo os animos serenados pelo Capitão Barata, então Interventor no Estado do Pará. Os aborrecimentos mais e mais se agravaram com a criação da Junta de Conciliação.

As plantações são feitas dentro de um orçamento anual que a companhia permite; para as últimas, de 1935 a 1940, o orçamento era de quinze mil contos, por ano. Entretanto, não se gastou isso, por dificuldades diversas, inclusive a falta de braço que era a mais seria. Depois também houve uma hesitação natural da parte da companhia em fazer qualquer empreendimento, em tomar qualquer iniciativa em vista das soluções às vezes até — si lhe permite a expressão — absurda, da Junta de Conciliação relativamente aos seus trabalhadores.

O Sr. Braunstein declara que, antes de prosseguir na sua exposição, deseja dizer o seguinte: o trabalhador que tem família, por exemplo, é tratado de tal maneira — não cita isso como elogio à companhia, mas simplesmente porque é humano que assim se faça — que êle trabalha sem preocupação material; êle recebe gratuitamente uma casa moderna, não com banheiro de luxo, mas um banheiro adequado, com eletricidade, água corrente, serviço sanitário em toda casa. Pela legislação existente no Brasil, cinco anos de posse dessa casa e pequeno terreno, ambos revertem em beneficio do trabalhador; portanto, a companhia cobra aluguel por essa casa. O ordenado mínimo que recebe é 7\$000 por dia de oito horas de trabalho. Esse salário de 7\$000 por dia é para começar, porque si êle tiver valor poderá ganhar até 20\$000 diariamente. A companhia cobra 200\$000 por mês de aluguel, importância essa que é imediatamente aumentada no seu ordenado; êle não recebe esses 200\$000, porém não os gasta. Esclarecendo a pergunta do Sr. Presidente, o Sr. Braunstein informa que esses 200\$000 são creditados e debitados ao trabalhador. Acrescenta que a companhia teve uma questão muito forte com o governo que queria que a mesma pagasse imposto sobre a luz elétrica por ela fornecida lá. Foi uma questão muito longa que, finalmente, foi ganha pela companhia.

z Nestas condições, o Sr. Braunstein tem a impressão de que os trabalhadores são tratados de uma maneira humana. Há dois hospitais: um na Forlandia, antigamente Boa Vista e outro em Bellterra; cada um tem 150 leitos. E' o hospital mais moderno que existe na América do Sul.

Os doentes não precisam ser empregados da companhia. Qualquer pessoa, rio

acima ou rio abaixo, que peça socorro será atendida. Declara o Sr. Braunstein que teve ocasião de ver, pessoalmente, um homem que nada tinha com a companhia e esteve no seu hospital durante sete meses se tratando.

Logo que se criaram a Junta de Conciliação e os sindicatos, foram lá pessoas, naturalmente desejosas de se aproveitarem da oportunidade, para fazerem os sindicatos e a companhia perguntou de que iam fazer sindicatos: de homens que plantam ou que colhem borracha? Não há sindicatos para esse ramo de trabalho, pois a agricultura não está incluída nessa legislação. De qualquer maneira, porém, fizeram-se os sindicatos que se compunham de eletricitistas, chauffeurs dos caminhões e outras pessoas que estavam fazendo serviço que era complemento da indústria da borracha, mas ao mesmo tempo um pouco diferente porque não se está trabalhando atualmente no campo; todavia, o serviço que se está fazendo é complemento das plantações. Fizeram-se esses sindicatos, cuja formação a companhia não proibiu, porém não permitiu que o quartel general dos mesmo fosse na Fordlandia, em Boa Vista ou Belterra. A própria lei também proibiu isso.

Aí começaram a surgir as dificuldades. Um operário, depois de três ou quatro anos de trabalho, resolveu não trabalhar mais na companhia Ford. Esta concordou, mas exigiu que ele escrevesse uma carta pedindo demissão, conforme determina a lei, havendo a mesmo se recusado a isso. Esse homem, depois de receber o seu ordenado no fim do mês, foi para Belém e, com surpresa da companhia, queixou-se à Junta de Conciliação de que fôra demitido sem motivo algum, depois de quatro anos de trabalho; assim, tinha direito a três meses de ordenado e às férias. A Junta de Conciliação, em vez de intimar a companhia a apresentar sua defesa, decidiu sem ouvi-la. A companhia tem escritório em Belém e também o seu advogado que é pessoa de grande respeito naquele Estado. Quando a companhia descobriu esse absurdo, requereu advocatória ao Ministro do Trabalho o qual, com surpresa da companhia, aprovou os atos da Junta de Conciliação, exarando o seguinte despacho: "A Junta de Conciliação é autônoma. Não há amparo legal para advocatória".

Essa situação estava criando muitos embargos à companhia.

O Sr. Presidente indaga si a companhia não tem representante patronal na Junta de Conciliação e se a companhia não prestou contra a decisão da mesma.

O Sr. Braunstein declara que a companhia desconhece tudo isso, que não tem re-

presentate a Junta de Conciliação e que nunca teve ciência do julgamento desses casos.

O Sr. Alencastro reputa a crítica do Sr. Braunstein muito justa e o caso gritante. Acrescenta que a Junta de Conciliação se compõe de representantes dos empregados, representante dos patrões, representante do Estado, quer dizer do Ministério do Trabalho, cabendo aos representantes patronais o dever de assistir, de defender os patrões. A companhia tem ainda recurso para o Ministério do Trabalho, para o Sr. Presidente da República e mais o recurso para o judiciário.

O Sr. Presidente afirma que o representante patronal tem obrigação de exigir que o patrão assista ao julgamento dos seus casos.

O Sr. Braunstein informa que depois de certas providências junto ao Ministério do Trabalho, a companhia fez uma consulta àquele Ministério, cuja leitura procede. Adianta que, por duas vezes, foi dado o seguinte despacho: "Este Ministério não é órgão consultivo". Motivou essa consulta a insistência da companhia da América do Norte que estranhava sempre o fato da Companhia Ford Industrial do Brasil não procurar obter um esclarecimento oficial da lei, visto como os advogados a interpretam de uma maneira e o Fisco de outra. O resultado foi o despacho negativo do Ministério do Trabalho. Talvez o titular daquela pasta não tenha conhecimento desse despacho. Em vista disso e reconhecendo que o Ministério da Agricultura era vitalmente interessado no desenvolvimento agrícola, especialmente no que diz respeito à borracha, a companhia, por seu intermédio, apelou para o Sr. Artur Torres Filho, a quem explicou a situação. Por sugestão do Sr. Torres Filho, a companhia fez um memorial expondo a sua situação, em 12 de Outubro do ano passado.

A Ford Industrial do Brasil sabe que o Sr. Torres Filho está muito interessado nessa questão sob o ponto de vista nacional, porque, com justa razão, tem interesse no aumento da produção da borracha, da **hevea brasiliense**, aliás como todos tem, porque, apesar de ser estrangeiro, está aqui há 17 anos e não pode deixar de reconhecer que o Brasil tem o direito de produzir mais borracha que qualquer outro país.

Finalmente, procede à leitura do telegrama que, segundo afirma, o Sr. Torres Filho teve a gentileza de dirigir à companhia, solicitando a indicação de casos concretos, afim de que fossem tomadas providências a respeito. De posse desse telegrama, escreveu imediatamente à Ford Industrial do Brasil para que lhe fossem enviados 15 ou 20

casos resolvidos contra a companhia injustamente, bem como diversos outros, idênticos a esses, nos quais, havendo apelado para o tribunal, a companhia obteve ganho de causa, pois a decisão da Junta de Conciliação foi por este reformada, o que evidencia estar a razão com a Ford Industrial do Brasil. Esta entretanto, não quer apelar para a justiça em todos os casos por julgar desnecessário e também pela certeza que tem de que, se os poderes públicos soubessem que o desejo da companhia é desenvolver, de maneira eficaz e científica, as plantações de borracha para que as mesmas tenham maior produção que a atual, não deixariam de amparar plenamente uma indústria de tão alto valor econômico para o Brasil.

O Sr. Braunstein nutre ainda a certeza de que si a Junta de Conciliação tomou essa resolução contra a companhia é devido à sua denominação: Companhia Ford Industrial do Brasil. Infelizmente, foi-lhe dado esse nome sem a previsão de que, no futuro, poderia surgir a idéia de ser a mesma uma companhia industrial, quando, de fato, não há industria alguma.

Esse memorial apresentado ao Sr. Torres Filho não foi com intuito de melindrar o Ministério do Trabalho ou quem quer que seja. O objetivo da companhia foi unicamente resolver essa questão e pedir que as suas plantações no Amazonas ficassem subordinadas ao Ministério da Agricultura em vez do Ministério do Trabalho.

E' a unica coisa que a companhia pede, não sendo absurdo algum nisso; a seu vêr, é um pedido lógico, pois o Ministério da Agricultura é mais interessado do que qualquer outro, neste país, no desenvolvimento da cultura da seringueira. A companhia baseou-se no decreto que sobre o assunto existe, no qual se estabelece que cabe ao Ministério da Agricultura fomentar, incrementar as plantações de borracha.

O Sr. Braunstein acredita haver explicado ligeiramente a situação da Companhia Ford Industrial do Brasil e pede desculpas, si, porventura, disse alguma coisa que não devia.

Acrescenta que não é em proteção da organização da companhia que fala, pois esta, realmente, não precisa de proteção. Si continuar trabalhando como está, o prejuizo não será somente seu, mas também do Brasil, porque os 15 mil contos que a companhia precisa inverter não serão invertidos por falta de amparo legal e apoio.

Respondendo ao Sr. Presidente, informa o Sr. Braunstein que já se inverteram oito a nove mil contos, faltando ainda seis a sete mil contos.

Sobre o assunto em apêço, o Sr. Artur Torres Filho declara que tomou a liberdade de pedir ao Sr. Braunstein para comparecer à Camara de Produção, atendendo ao fato de que o caso da amazônia tem sido insistentemente examinado pelo Conselho, procurando uma solução que venha permitir o reerguimento econômico do vale do Amazonas.

Nada se fez até hoje em relação ao reerguimento da coluna, por assim dizer, vertebral, que é a borracha, com mais energia, com maior orientação científica do que está fazendo a Companhia Ford Industrial do Brasil. Em testemunho disso, há a opinião de todos aqueles que têm visitado a Fordlândia. Recordar-se bem, afirma o orador, de uma impressão que lhe exiornou o major Barata quando visitou aquela organização.

Aparteando, o Sr. Braunstein declarou que, no princípio o major Barata foi o maior inimigo que a companhia teve, querendo até exterminar definitivamente a sua organização. Quando, porém, fez a primeira visita àquela região, êle reuniu os trabalhadores e num discurso, disse que os mesmos deviam se ajoelhar todas as noites e dar graças a Deus pelos benefícios que a companhia lhes proporcionava.

Reatando o fio das suas considerações, o Sr. Torres Filho diz que, posteriormente, outra pessoas visitaram aquela organização apoiando a opinião manifestada pelo major Barata.

Ainda recentemente, o Dr. Melo Moraes, que é o diretor geral do Centro de Pesquisas Agronômicas, tendo de percorrer a região amazônica e a do Pará para instalar o Instituto Agronômico do Norte, visitou a exploração da Companhia Ford e emitiu um parecer, por solicitação do orador, cuja leitura procede.

Essa declaração, essa afirmação do Professor Melo Moraes vem justificar plenamente o interesse que o Ministério da Agricultura toma pela iniciativa da Companhia Ford Industrial do Brasil. Daí porque o Ministério se dirigiu ao Sr. Ministro do Trabalho pedindo que examinasse o assunto da representação feita pela Companhia Ford, no sentido de permitir que essa parte da organização agrícola ficasse ao seu cargo, porque a própria lei sindical exclúe a parte agrícola da ação do Ministério do Trabalho; na referida lei, a parte da agricultura ficou excluída.

Explica que fala assim porque fez parte da comissão que elaborou a lei sindical, na qual se procurou dar a essa parte agrícola uma feição nova, que não fosse a de empregadores e empregados.

Indagando o Sr. Presidente em que pé está a diligência junto ao Ministério do Tra-

balho, o Sr. Torres Filho informa que o Ministério da Agricultura fez uma exposição ao Sr. Presidente da República, que mandou ao Ministério do Trabalho para emitir parecer, havendo este respondido declarando que pedira à Companhia Ford Industrial que juntasse provas de casos concretos. Quanto à interpretação do decreto 2.440 que é o que criou o serviço da economia rural e que manda que esse trabalho agrícola fique a cargo da economia rural, diz o Ministério do Trabalho que o decreto está mal citado; houve um engano: em vez de dois saiu quatro mil, convindo, assim, que a Companhia interessada indique com acêrto o texto a ser interpretado, razão pela qual dirigiu ao Sr. Braunstein o telegrama aludido.

Essa interferência, portanto, da sua parte, diz o orador, uma vez procurado pela Companhia Ford Industrial do Brasil, foi não só em vista do dispositivo legal que afeta o serviço de economia rural na parte relativa ao trabalho agrícola, na nova lei sindical, mas também como brasileiro, pela iniciativa que, baseado em opiniões de pessoas idôneas e mais recentemente na do professor Melo Morais, teve por uma organização que reputa talvez o passo mais importante até hoje dado para o reerguimento das condições econômicas do vale do Amazonas.

Si pediu ao Sr. Braunstein para ir ao Conselho Federal de Comércio Exterior expôr o fato, é porque o Conselho, a cada passo, é chamado a se pronunciar sôbre a questão do Amazonas insistentemente e o assunto da Companhia Ford Industrial do Brasil também tem sido invocado várias vezes perante o Conselho. Não houve nem da parte da companhia, nem da sua, o desejo de que o Conselho tomasse qualquer atitude em face do Ministério do Trabalho que, possivelmente, está agindo dentro de uma interpretação legislativa, uma interpretação orgânica daquele Ministério. É possível que, com os novos esclarecimentos da Companhia Ford, se chegue a um entendimento com o Ministério do Trabalho de modo a não ferir a organização que todos reconhecem ser útil ao desenvolvimento do país.

O Sr. Alencastro lembra que se poderia fazer um offício ao Sr. Presidente da República dizendo que as decisões da Junta de Conciliação têm sido tomadas sem a audiência da companhia e sugerindo as medidas necessárias.

O Sr. Braunstein informa ao Sr. Presidente que a companhia tem cerca de . . . . . 2.000.000 de árvores em Forlandia; 3.500 homens em Belterra e 2.500 em Boa Vista, e deve ter, mais ou menos, uns 40.000 acres

já plantados, não podendo calcular a plantação por acre.

Quanto à colheita da borracha, ela está sendo feita em pequenas quantidades e é remeida para a América do Norte em forma de latex. Só depois de seis ou sete anos é que se deve tirar o leite da seringueira. No Amazonas, tiram o leite com quatro e meio anos, mas isto extermina a árvore, torna a vida dela muito menor. A companhia só tira o leite depois de seis ou sete anos e a extração é feita cientificamente. Ela mandou fazer umas 250 mil chicanas de alumínio que são colocadas na própria árvore e ali corte o leite. Todos os recipientes são de alumínio para não estragar o leite, que é enviada para a América do Norte.

Informa ao Sr. Presidente que, por enquanto, o trabalho da companhia nada tem de industrial, é puramente experimental; que só daqui a uns dez anos se poderá começar a colheita em quantidades apreciáveis, uma vez que continue a plantação.

A companhia mandou uma comissão, que viajou por toda parte do mundo, durante uns sete meses, colher árvores e mudas que produzissem mais e resistssem à peste que costuma dar na borracha; é um bicho que ataca a seringueira, mas a companhia conseguiu exterminar. A companhia contratou até um técnico mais famoso do mundo, que ficou naquela região durante uns seis anos. E le foi funcionário do governo americano do Departamento da Agricultura, e também, na Inglaterra, o governo o convidou para restabelecer as suas plantações na Índia.

A Companhia Ford é exclusivamente fabricante de automovel, tem as suas próprias linhas de ferro, as suas florestas de madeira, a sua estrada de ferro para o transporte do minério para a fábrica, as suas minas de carvão, as suas plantações de feijão soja que é hoje fator importantíssimo na fabricação não só de automoveis, mas de outras cousas. Enfim, a companhia tem quasi toda a matéria prima necessária à fabricação de automoveis.

O Sr. Ford comprou isto tudo porque houve casos, como, por exemplo, o carvão que subiu a tal ponto que não se podia fazer o coque; o transporte também subiu de modo que êle adquiriu a estrada de ferro.

Os navios da Ford vêm para a América do Sul, para o Rio de Janeiro, Santos, Buenos Aires, Montevideu, etc. A companhia tem uma frota de navios própria, não para fazer concorrência, mas para se proteger contra a elevação de preços que pudesse influir na fabricação dos automoveis. Os acontecimentos verificados quando por ocasião da guerra passada fizeram com que o

Sr. Ford pensasse um pouco sôbre esta matéria prima que hoje não se pode fabricar cousa alguma sem ela, e da qual a Europa tem o monopólio. Resolveu, então, fazer uma plantação para proteger, não somente a indústria da própria companhia, mas o país e isso com ótimos resultados. Talvez devido à assinatura do contrato com a companhia, o preço da borracha caiu de \$1,40 a libra para \$0,40; antes da guerra parece que estava a 10 ou 20 centavos a libra. O Sr. Ford conseguiu proteger o produto de tal maneira que, mesmo a 10 ou 20 centavos a libra a produção pode ser feita. Ele é um visionário. Olha sempre para o futuro e não para o passado e o presente.

A organização no vale do Amazonas não foi feita exclusivamente para beneficiar o Brasil, mas com o fim de beneficiar ambas as partes: para fazer o reerguimento da borracha no Brasil e ao mesmo tempo proteger os interesses norte-americanos que, afinal de contas, são os mesmos interesses.

O Dr. Braunslein repete que não pede ao Conselho uma proteção ou uma cousa que não seja cabível. Compareceu à reunião atendendo ao convite do Sr. Torres Filho, afim de explicar rapidamente o que se trata e o relatório do Ministério da Agricultura confirma, mais ou menos, o que êle disse.

O Sr. Alencastro declara que formou o seu juízo acêrca do assunto, de acôrdo com as informações do major Barata. Naturalmente, pelos aspectos focalizados nessa época quanto à concessão, tem uma restrição a fazer, não por uma questão de nacionalismo estrito, mas por uma questão de organização interna, administrativa e política do país. Fôra dêste campo, acha que toda a prote-

ção e amparo que se prestam à organização Ford, no vale do Amazonas, são convenientes aos altos interesses nacionais. Não é dos que acreditam em idealismo. No terreno econômico, o assunto do idealismo tem de ser sempre sólido e material; êle é que predispõe e consolida as bôas doutrinas idealísticas, que não são mais do que manifestações exteriores de necessidades materiais justificadas por motivos sentimentais.

Tem a impressão de que, o que levou o Sr. Ford a se estabelecer no Brasil, foi como o Sr. Braunslein acabou de expôr, o próprio interesse de se cobrir do monopólio que lhe poderia trazer consequências desagradáveis. Qualquer que tenha sido o custo da borracha no Brasil, segundo se depreende dos dados, a organização Ford tem sido amplamente compensada pelas condições naturais, excepcionais, que o vale do Amazonas possui para o desenvolvimento da produção da borracha desaparecendo assim o que essa ameaça representa sôbre o preço que force o preço da outra produção a vir a nível tal que não estimule um empreendimento da natureza do seu.

A indicação que deseja fazer, baseado no que acabou de ouvir, é no sentido de que o Conselho represente ao Sr. Presidente da Republica sôbre o que afirma a Companhia Ford relativamente à gravidade das declarações feitas quanto à Junta de Conciliação, em Belém do Pará, que julgou vários casos sem a audiência da companhia interessada, isto é, a Ford Industrial. Acresce ainda a circunstancia dessas decisões terem sido depois revogadas, graças à justiça comum.

Confere: **Maria de Lourdes Lopes** —  
Conforme: **Alda Oliveira Lima**.

## Confederação Rural Brasileira

Instituição composta de associações agrícolas de todo o  
Brasil, mantendo representação  
permanente da classe junto do Conselho Federal do  
Comercio Exterior

Sede: Largo de S. Francisco 3, 2.º, Salas 202/206

# PADRONIZAÇÃO

Os trabalhos relativos á padronização dos produtos agrícolas e pecuários e das matérias primas, seus sub-produtos e resíduos de valor econômico tiveram, durante o ano, com a regulamentação do decreto-lei n. 334, de 15 de Março de 1938, acentuado desenvolvimento.

Permitiu o regulamento aprovado pelo decreto n. 5.739, de 29 de Maio de 1940, fossem tomadas providências que se tornavam indispensáveis á fiscalização da nossa exportação para o exterior e, bem assim, que fossem baixadas especificações e estabelecidos padrões para a classificação em tipos de um já elevado número de produtos.

Além do milho, cujo regulamento de classificação e de fiscalização da exportação, foi aprovado pelo decreto n. 3.000, de 17 de Agosto de 1938, ficaram, durante o ano sujeitos á classificação, mediante especificações e estabelecimento de padrões, os seguintes produtos:

*Algodão*, especificações e tabelas aprovadas pelo decreto n. 6.186 de 28 de Agosto de 1940;

*Cacau*, especificações e tabelas aprovadas pelo decreto n. 6.284, de 14 de Setembro de 1940;

*Cera de carnaúba*, especificações e tabelas aprovadas pelo decreto n. 6.197, de 30 de Agosto de 1940;

*Couros e peles de animais domésticos*, especificações e tabelas aprovadas pelo decreto n. 6.588, de 11 de Dezembro de 1940;

*Fibra de caroá*, especificações e tabelas aprovadas pelo decreto n. 6.630, de 24 de Dezembro de 1940;

*Frutas cítricas*, especificações e tabelas aprovadas pelo decreto n. 6.630, de 20 de Dezembro de 1940;

*Mamona*, especificações e tabelas aprovadas pelo decreto n. 6.255, de 11 de Setembro de 1940;

*Piçaba*, especificações e tabelas aprovadas pelo decreto n. 6.206, de 31 de Agosto de 1940;

*Pinho*, especificações e tabelas aprovadas pelo decreto ns. 5.714, de 27 de Maio e 6.187, de 28 de Agosto de 1940;

*Semente de linho*, especificações e tabelas aprovadas pelo decreto n. 6.229, de 20 de Novembro de 1940;

*Semente de oiticica*, especificações e tabelas aprovadas pelo decreto n. 6.226, de 4 de Setembro de 1940.

Nos últimos dias do ano foram ainda submetidas á aprovação, especificações e tabelas referentes á *banana* e ás fibras de *guaxima*, *juta*, *paco-paco* e *papoula de S. Francisco*.

Para maior eficiência dos trabalhos pertinentes á fiscalização da exportação que, sobre os gêneros alimentícios, esteve longos anos á cargo de algumas associações comerciais e bolsas de mercadorias, foi baixado com o decreto n. 6.246, de 6 de Setembro de 1940, o regulamento para a fiscalização da exportação dos produtos agrícolas, pecuários e das matérias primas, sub-produtos e resíduos de valor econômico, não padronizados. E mconsequência, passo a fiscalização de tais produtos, a ser exercida, quanto á natureza, qualidade, grau de requisitos inerentes á conservação.

Outras providências, de ordem legal indispensáveis á execução, progressiva, do regulamento aprovado pelo decreto n. 5.739, de 29 de Maio de 1940, foram tomadas, destacando-se:

a) — as relativas ao registro dos exportadores e dos classificadores, regulados pelo decreto-lei n. 2.527, de 23 de Agosto de 1940;

b) — as relativas aos postos de classificação e fiscalização da exportação nos principais portos do país;

c) — e, finalmente, as referentes a acordos e delegações de poderes para os trabalhos de classificação.

Quanto ao registro dos exportadores, feito por porto e produto, o movimento no porto do Rio de Janeiro, elevou-se a 145 firmas, 335 certificados assim distribuídos por produto:

Abacaxi . . . . .	16
Arrôs . . . . .	5
Algodão, sub-produtos e resíduos . . . . .	18
Azeite . . . . .	1
Açúcar . . . . .	1
Adubos animais . . . . .	1
Aguardente . . . . .	1
Borracha . . . . .	4
Banha . . . . .	4
Banana . . . . .	9
Babaçú . . . . .	1
Café . . . . .	27
Cacau . . . . .	3
Couros e peles . . . . .	21
Ceras animais . . . . .	5

Ceras vegetais . . . . .	12
Caroá . . . . .	1
Chá . . . . .	1
Cera de carnauba . . . . .	5
Castanha . . . . .	1
Castanha do Pará . . . . .	1
Cabelo animal . . . . .	1
Canela . . . . .	1
Carne enlatada . . . . .	1
Carne . . . . .	1
Crina animal . . . . .	8
Crina vegetal . . . . .	1
Doces . . . . .	1
Despojos animais . . . . .	2
Extrato de quebracho . . . . .	1
Frutas cítricas . . . . .	59
Farelos . . . . .	6
Feijão . . . . .	2
Fibras vegetais . . . . .	1
Féculas . . . . .	7
Farinhas . . . . .	3
Favas de Cumarú . . . . .	1
Herva-mate . . . . .	3
Ipecacuanha . . . . .	12
Linguas conservadas . . . . .	1
Mamona . . . . .	15
Leite condensado . . . . .	1
Madeiras . . . . .	8
Milho . . . . .	3
O'leos vegetais . . . . .	3
Plantas medicinais . . . . .	4
Pinho . . . . .	7
Painas . . . . .	1
Piaçaba . . . . .	1
Pimenta . . . . .	1
Resinas vegetais . . . . .	1
Resíduos de trigo . . . . .	1
Resíduos de milho . . . . .	1
Resinas . . . . .	1
Resíduos de lã . . . . .	1
Sementes oleaginosas . . . . .	5
Sementes de urucum . . . . .	1
Sal . . . . .	1
Tortas . . . . .	8
Víceras . . . . .	5
Xarque . . . . .	1
O movimento do registro de classificadores, iniciado em Junho, foi o seguinte:	
<i>Produtos de origem vegetal</i>	
Classificador de algodão . . . . .	299
Classificador de milho . . . . .	1
Classificador de cafés . . . . .	1
Classificador de castanha do Pará . . . . .	1
Classificador de cacau . . . . .	1
Classificador de sementes oleaginosas . . . . .	1
<i>Profissões auxiliares</i>	
Fiscal de beneficiamento . . . . .	1
Tecnologista de fibras . . . . .	2
<b>TOTAL</b> . . . . .	<b>307</b>

Embora, a rigor, tivessem todos os trabalhos, apenas sido iniciados com execução parcial, pois, nem ao menos foi possível, por escassez de pessoal o funcionamento de varios dos postos de classificação e fiscalização da exportação, só ultimamente, criados, foi relativamente apreciável o vulto da renda apurada em 1940:

Acre . . . . .	—
Amazonas . . . . .	—
Pará . . . . .	26:450\$100
Maranhão . . . . .	12:695\$800
Piauí . . . . .	44:346\$800
Ceará . . . . .	114:592\$000
Rio Grande do Norte . . . . .	248:696\$100
Paraíba . . . . .	214:289\$200
Pernambuco . . . . .	62:189-200
Alagoas . . . . .	62:123\$400
Sergipe . . . . .	896\$000
Baía . . . . .	49:940\$900
Espirito Santo . . . . .	996\$100
009\$985:557 . . . . .	201\$500
Distrito Federal . . . . .	453:586\$600
São Paulo . . . . .	2.372:008\$700
Paraná . . . . .	471\$500
Santa Catarina . . . . .	57\$000
Rio Grande do Sul . . . . .	200\$000
Minas Gerais . . . . .	20:007\$800
Goias . . . . .	—
Mato Grosso . . . . .	—
<b>TOTAL</b> . . . . .	<b>3.684:313\$500</b>

O Acre e os Estados do Amazonas, Goiaz e Mato Grosso não foram, ainda, dotados com Agencias do Serviço de Economia Rural.

Para a renda acima especificada e que, como se vê, será muito aumentada quando aparelhados os postos de classificação e fiscalização da exportação concorreram:

Algodão . . . . .	2.522:559\$800
Abacaxí . . . . .	14:330\$800
Banana . . . . .	517:336\$200
Cacau . . . . .	996\$100
Cera de carnauba . . . . .	15:495\$000
Mamona . . . . .	250\$000
Milho . . . . .	9:451\$000
Frutas cítricas . . . . .	575:055\$800
Uacima . . . . .	3:428\$200
Diversos . . . . .	25:409\$800

Dever-se-á atender, ainda, no exame parcial da renda enumerada, ao fato de só após a regulamentação do decreto-lei n| 334, de 15 de Março de 1938, aprovada pelo decreto n. 5.739, de 29 de Maio de 1940, terem sido baixadas as especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação dos produtos contemplados.

Está o Ministério da Agricultura empenhado em promover a classificação de todos os

# O ZEBU' GADO DE CORTE

A história do zebú no Brasil é uma das mais empolgantes do desenvolvimento econômico brasileiro. Contra o gado indiano criou-se uma verdadeira mística há dezenas de anos atrás, sendo que ainda hoje se observam resíduos desse estado de espirito. Luiz Pereira Barreto, o grande sábio, é responsável por uma campanha terrível contra o gado que hoje povôa o Brasil Central, exterminando o antigo boi criou e proporcionando um soberbo tipo bovino de açougue para a nossa pecuária, já em posição de real predominância no meio pastoril nacional, como temos visto em nossos últimos Boletins. Pereira Barreto combatia o zebú, por não ter carne boa, por ser animal selvagem, por uma infinidade de desvantagens, que hoje ecôam como monumentos de ingenuidade, diante da ampla experiência realizada pelos criadores, pelos inventistas, pelos frigoríficos. A sua propaganda em prol do caracú não encontra justificativa em nossos dias, quando o gado indiano suplantou em todos os sentidos o seu apregoadado superior. É verdade que, como dissemos acima, ainda persistem resíduos dessa mentalidade anti-zebuística, e nós vamos encontrar numa revista conceituada como o "Observador Econômico e Financeiro" (numero de Dezembro de 1939), um artigo firmado por Fritz Teixeira Sales, em que este autor endossa o argumento de que os Frigoríficos preferem o gado caracú ao indiano para matança. É interessante mesmo extrair um pedaço do artigo referido:

"... a carne (do zebú) não pôde ser colocada no mercado estrangeiro devido à sua pessima qualidade, donde a grande cotação da carne argentina e gaucha na Inglaterra e Estados Unidos. Também no Rio Grande do Sul, como na Argentina, a industria de carne (xarqueada e frigoríficos), tem tomado um desenvolvimento verdadeiramente notavel, porque essa carne tem aceitação em qual-

quer mercado do mundo. Ora, só quem nunca comeu carne em Minas pode ignorar o que é ela, dura, cheia de nervos, horrível. Daí Uberaba e Araxá não possuem uma só xarqueada. Uberlândia possui três xarqueadas, que, no entanto, não fornecem carne para o estrangeiro. Já Barretos, no Estado de São Paulo, situada nos limites de Minas e Goiás, possui um frigorífico que abate 1.600 bois por dia. Esse frigorífico, de propriedade de uma companhia inglesa, recebe grande quantidade de gado do Triangulo, *mas toda a carne de exportação é do gado de São Paulo (caracú), ou de Goiás (mestiço).*" (?).

Como se vê, o autor ignora completamente toda a realidade da nossa pecuária, o mecanismo da criação, recriação e invernagem de gado mestiço zebú no Brasil Central, a hierarquia dos tipos de carne em Barretos, que estabelece o dominio exclusivo do gado indiano. O autor demonstra não saber que Uberaba e Araxá são centros de criação de gado de raça para reprodução, e portanto não podem oferecer mesmo carne boa para açougue. Essa carne só é conseguida depois do estagio racionalizado da engorda, que é feito nas proximidades do Frigorífico de Barretos, neste Estado, e em pequena faixa do Triangulo, afastada dos referidos centros criatórios. E o gado abatido no Frigorífico de Barretos, como nos da Armour e da Wilson, em sua maioria é constituído de gado mestiço indiano, que dá todos os tipos de carne, desde o conserva e o xarque até o "chilled beef". É tal a sua aptidão em produzir carnes finas, que, como salientou Barrison Villares, em conferencia tantas vezes por nós referida, o Brasil Central, pelo porto de Santos, nêstes últimos dez anos, com as suas raças nobres e européias, contribuiu mais para abastecer o mercado externo do que o proprio Rio Grande do Sul,

produtos exportaveis, devendo, no próximo ano, baixar especificações para o café, a borraça, a castanha, o babassú, o mate, os óleos vegetais, o fumo, o arrô e outros sôbre os quais, com a colaboração de instituições especializadas, já estão adiantados os respectivos estudos.

É certo que extendida a classificação aos principais produtos nacionais ter-se-á de,

para atendê-la reorganizar e aparelhar o Serviço de Economia Rural para que possa, dentro de suas complexas atribuições, atender, em todos os setores, às necessidades dos trabalhos inherentes à padronização dos nossos produtos exportaveis.

(Dados extraídos do Relatório do Diretor do Serviço de Economia Rural).

# As matas influem nos regimes pluviométricos

Do Sr. Dr. Cristovam Pereira Nunes, socio remido da S. N. A., recebemos a seguinte carta:

Rio de Janeiro, Sr. redator do jornal "A LAVOURA" — Saudações atenciosas.

Muito embora sem credenciais nem competencia, venho tomar a audacia de solicitar a inserção deste artigo em vosso apreciado jornal, confiado em vossa magnanimidade e bondade, com referência á tese ou tẽma: "*Que as derrubadas das matas não obstem nem contribuem sôbre a seca das terras ou dos terrenos, como a nossa imprensa tem tantas vezes atribuido*".

Sei que minha opinião não faz pẽso na balança, porém, eu sustento que as derrubadas não contribuem para as secas dos terrenos.

Assim, preliminarmente, direi:

1.º) — que as terras ou terrenos são humedecidos e molhados pelas chuvas ou pela irrigação artificial;

2.º) — o ar atmosférico ou o ar simplesmente é formado pelos gases: hidrogênio, oxigênio, azoto, ácido carbonico, amônico e poeiras.

A chuva é combinação do hidrogenio em certa proporção que com as correntes elétricas da atmosfera se transforma em agua, cuja formula é (H<sub>2</sub>O).

A agua assim formada obedece ás leis físicas e cáem sôbre a superficie da terra e não é fixa ;a agua é móvel e emerge por si, cáindo sôbre as terras ou terrenos.

As terras ou terrenos são planos ou apresentam declividades.

Suponhamos que a agua da chuva cáia sôbre o terreno declive; a agua que é móvel molha ou humedece o terreno; se ela é em grande quantidade ela escorre, forma enxurrada, regos, riachos e vão se despejar no mar.

Agora suponhamos que o terreno é plano; a agua da chuva, que, como já disse, é móvel, se infiltra na terra até encontrar o lençol subterraneo e de lá toma a mesma direção que a agua no terreno declive mas aqui ainda há outros pormenores no terreno plano pode encontrar terrenos impermeaveis superficiais ou profundos, formando assim lagôas e lagos.

Agora diremos que, nos países tropicais, a temperatura é elevada e produz a exalação das aguas, isto é, secam os terrenos superficialmente até certo ponto, mesmo no interior das matas, o calor lá vai também, podendo diminuir o gráu da temperatura, mas não eliminá-lo; a temperatura será aí mais baixa por causa da sombra das arvores e a evaporação se fará imponderavelmente.

Por tanto, não é devastação das matas que produz a seca das terras ou dos terrenos, mas sim, a evaporação da agua pela elevação da temperatura nos países inter-tropicais e não a exterminação das matas.

Não é esta a minha opinião; já o Dr. Anesio Lavresse o disse, ha muitos anos, no artigo, que é essa a causa da seca dos terrenos e não como se tem dito aqui por diversas vezes.

Muito agradeço, Exmo. Sr. Redator, esta minha audacia, com a minha solicitação, e muito penhorado, sou, com o maior aprẽço e elevada consideração".

Quanto á afirmativa do autor do artigo a que nos reportámos, de que o gado caracú é o pareferido pelo Frigorifico de Barretos, ela é tão abstrata, tão infantil, que não podemos atinar com a sua existencia. Basta dizer que, como gado de córte, o caracú é praticamente inexpressivo em São Paulo, cujo melhor gado para açougue, para o mercado externo e interno, vem das invernoadas da zona

de Barretos e de outras zonas, onde engordou durante dez menses, depois da sua saí dos campos de criação e recreação. Campos de Minas, Goiás e Mato Grosso. Principalmente dos dois primeiros Estados, vanguardeiros da criação de gado mestiço-indiano.

(Do Boletim do Sindicato dos Invernistas e Criadores de Barretos).

# UMA RIQUEZA INEXPLORADA

*Alda Pereira da Fonseca*

Não ha, certamente, nenhuma região no mundo, em que a Natureza fosse tão pródiga como em nosso país em certas famílias vegetais a quantidade de espécies e tão consideravel que de vez em quando aparece uma que embora seja reconhecida como planta util, ainda não está bem estudada, sendo desconhecidas as vantagens que para a industria ela representa. Está nesse numero, a planta textil que serviu de assunto para estas linhas.

A familia vegetal que oferece maior numero de plantas textis é, sem dúvida, a das malvaceas, sendo muitas, de superior qualidade. Pensava conhecer todas elas mas, ainda ha pouco tempo, vi uma que me era inteiramente desconhecida.

Houve tempo em que meu pai se ocupou com as plantas textis e reuniu grande numero de espécies, cujas fibras foram analisadas.

Ninguem desconhece a importancia que o algodão representa para economia nacional mas possuímos outras fibras vegetais que poderiam rivalizar em importancia com a chamada "ouro branco" que no entanto estão esquecidas e desprezadas como cousas inuteis

Possuímos fibras textis que superam o canhamo ou a juta da China e que poderiam constituir uma fonte de renda extraordinaria para o Brasil.

Verdade é que a exportação dessas fibras é mais difficil que a do algodão pois depende do trabalho de extração e preparo mas sendo facil a cultura, os resultados seriam sempre compensadores.

Entre as melhores fibras brasileiras, destaca-se a do carurú azedo que é o *Hibiscus bifurcatus*.

Essa fibra foi estudada por meu pai Antonio Augusto Pereira da Fonseca que dominado por grande entusiasmo, tirou privilegio para a exploração da rica malvacea que passou a ser denominada "Linho Fonseca". Esta denominação resulta de se obter com as fibras do carurú azedo, tecidos muito semelhantes aos de linho, variando desde o linho grosso até a mais fina cambraia.

Alem desses tecidos, ainda se obtém aniagem de superior qualidade, barbantes, cordas, etc.

Da celulose do caule das plantas fabrica-se papel muito semelhante ao papel de linho. Enfim, essa planta utilissima fornece todos os produtos que se obtém do linho europeu, com a diferenca que a produção de fi-

bra é trinta vezes maior que a do linho europeu e a cultura muito mais facil por ser o *Hibiscus bifurcatus* uma planta selvagem que produz bem em qualquer terreno.

A planta quando cresce isolada, se ramifica ocupando grande espaço de terreno. Para a exploração da fibra deve ser plantada a menos de 50 centimetros para evitar, que se ramifique e a planta atingirá mais de dois metros de altura.

Tambem poderá ser semeada de lanço podendo debastar as mudas que germinarem muito proximas, replantando os vãos com as mudas arrancadas do debaste.

O *Hibiscus bifurcatus* é planta de clima quente e deve ser semeado na primavera ou no principio do verão, pois com as grandes chuvas, essa planta cresce de um modo surpreendente, atingindo, em poucos dias, um desenvolvimento notavel.

As primeiras folhas do carurú azedo são cordiformes, de um verde escuro mas com o crescimento, da planta vão se fendendo em três, cinco até sete pontas para depois se ternarem, novamente, cordiformes nas extremidades das varas.

As flores são de côr amarelo canario, semelhantes ás do quiabo.

Os frutos são conicos, apresentando diversas lojas onde ficam as sementes.

São discentes o que facilita a propagação da planta nos terrenos proximas do local onde é cultivada.

Ha muitos anos li na "La Hacienda" uma noticia muito interessante referente a essa planta que era conhecida, vulgarmente, por "escola".

Os frutos do carurú, azedo é protegido pelo calice que é tambem, bifurcado como os sepalos, porem, tornam-se carnosos e de belo colorido carmim vivo, de muito bela apparencia. A planta que em nova é verde, tambem se torna purpurea quando atinge o crescimento maximo.

Segundo a noticia que li, desses calices carnosos, fazem geléas e xaropes, semelhantes aos que se obtém da groselha.

Os frutos são abundantes, surgindo um de cada axila das folhas.

Das amostras de fibras remetidas por meu pai para a Europa, enviaram as seguintes propostas para compra das fibras:

A Inglaterra oferecia £ 30 por tonelada; a França frs. 50 por 100 quilos e Washington 5 cent. por libra.

Foram êsses mercados que reconheceram a fibra do carurú azedo como sendo superior: ao canhamo e a juta da China.

# A. S. G. P. empenhada em conseguir,

em

## Goiaz o tipo ideal do boi para o coro

CARAMA FILHO

....O Estado de Goiaz, talvez, mais pelo fato de estar situado em pleno massiço do Planalto Central Brasileiro, onde os campos de criação são vastissimos e cobertos de pastagens nativas de elevada capacidade de nutrição, oferece, sem dúvida nenhuma, à pecuária, enormes e promissoras possibilidades de aperfeiçoamento e vitalidade econômica.

Não ha muito, o Dr. Durval Menezes, membro do Conselho de Economia Federal, constatou a ótima qualidade do mestiço goiano como também a sua alta cotação que é do conhecimento geral no Frigorífico de Barretos, onde é preferido como um dos melhores produtos do Brasil Central. Ainda esse conhecido técnico, numa conferencia pronunciada na Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo, afirmou que o gado goiano apresenta maior peso morto do que o de outras regiões.

Corroborando aquelas afirmações, alguns dos nossos criadores mais progressistas

vêm, de ha muito, observando que o gado goiano tende, evidentemente, devido às condições mesológicas todas especiais da região e, por conseguinte, pela forte influencia da aclimação, a se caracterizar em tipo ou mesmo em raça, como querem os entendidos na materia, diferindo, em linhas gerais, dos demais de outras partes do país.

Esse fato foi trazido ao conhecimento da SOCIEDADE GOIANA DE PECUARIA nesta Capital, que, agora, estudando o caso, está, ao que sabemos, empenhada afim de que essas características, já bem pronunciadas em alguns dos nossos especimens, se acentuem, no sentido zootécnico, de modo vir o Estado de Goiaz a ter, no futuro, uma raça de gado da qual provenha um tipo de boi ideal para o corte que, pela sua precocidade, desenvolvimento dos quartos trazeiros e mesmo profundidade, represente o de maior índice econômico já alcançada em todo o territorio nacional.

---

Inscreva-se como socio da  
Sociedade Nacional da Agricultura

# A festa das árvores

Exmo. Sr. Representante do Sr. Dr. Intendente D.D. Diretoria do Sindicato Agrícola Rio-grandense. Exmas. Sras. e meus senhores.

O "Sindicato Agrícola Rio-grandense" comemora hoje o dia de sua fundação definitiva e também aquele de 101º aniversário de nossa emancipação política, promovendo, para maior brilhantismo desta comemoração, a Festa das Árvores, pondo assim em execução um dos pontos capitais do programa que se propõe desenvolver.

Eu não sei se haverá entre nós quem desconheça o grande alcance desta cerimônia, pois ela encerra na sua singeleza toda uma série de ensinamentos nobilitantes. A muitos, talvez, parecerá uma idéia absurda para não dizer injustificável instituir-se aqui uma espécie de culto ou de veneração às árvores. Foi, porém, reconhecendo as suas múltiplas utilidades que os povos mais civilizados da terra consagram-lhes um dia do ano instituindo esta festa.

E demais, senhores, o culto às árvores é tão velho como a história humana.

Desde os primeiros tempos que elas foram objeto do respeito religioso e da veneração dos homens, respeito e veneração que a lenda e a história mais acrisolaram e elevaram no seu conceito com o perpassar dos anos, fazendo com que chegassem até nossos dias. Cada terra e cada povo tiveram sempre as suas grandes árvores que se celebrizaram por terem sido muitas vezes testemunhas mudas e sobreviventes dos seus dramas, das suas dores, dos seus sofrimentos ou das suas glórias ou ainda por terem abrigado debaixo de suas frondes os semi-deuses da sua raça.

Nós também temos as nossas árvores célebres que se tem imposto á nossa veneração e respeito, não só pela sua imponência e magestade como também pela celebridade que lhes emprestaram nossos maiores. Quem haverá aí, que já se não extasiou ante a beleza e a grandiosidade desta figueira de Belem-Velho, velha talvez de séculos testemunha muda e sobrevivente da formação de nossa nacionalidade e do seu desdobramento pelo tempo atora? E éste majestoso cípestre de Pedras Brancas porque cresce e avulta em veneração aos nossos olhos quanto mais o tempo passa? É que há um século atrás á sua sombra protetora e amiga, Bento Gonçalves da Silva, o tipo

representativo de nossa raça, e seus heróicos companheiros, concertaram talvez os planos desta bela epopéia cívica de nossa história que foi a Guerra dos Farrapos. E como estas, quantas e quantas outras por esse Brasil imenso! Aqui é a reminiscência uma tragédia, acolá a recordação dum feito épico! E assim vão as árvores, na sua vida muda e silenciosa, atravessando os séculos, assistindo impassivelmente o perpassar de sucessivas gerações, o desmoronar de impérios e o ressurgir de novas nacionalidades, mas sempre envoltas no crescente respeito e veneração dos homes. São muitas vezes uma página aberta da história, onde a alma simples e ingênua do povo, vai aprender a amar a pátria e a venerar seus maiores.

Este é o culto que acontecimentos imprevistos imprimiram na alma popular e que vem desde priscas eras até nossos dias.

Não temos nós o intuito de persistir na conservação daquele culto feitichista e pagão dos povos antigos, culto panteista que fazia divisar em cada árvore uma divindade. Não somos fitólatros. Queremos para esta festividade uma feição mais educativa e mais patriótica. Pretendemos as árvores amadas, respeitadas e veneradas, mas não revestidas do "Nolle me tangere".

Meus Senhores.

O fim desta Festa que Porto Alegre já levou a efeito com brilho em épocas passadas e de que é a prova aquele monumento, é insuflar e incutir no espírito das crianças, o amor e o respeito pelas árvores, de maneira a fazê-las "compreender a árvore, não como uma reliquia para adoração apenas, porém, sim como uma coisa de valor industrial" real e indiscutível; e o melhor modo de conseguir este "desideratum" é mostrar-lhes todos os beneficios que elas nos prestam direta ou indiretamente. Encarremo-las pois, sob o ponto de vista de suas utilidades, e veremos então, que elas são merecedoras de um pouco mais de desvelo e carinho de nossa parte. Quem poderá desconhecer a função importantíssima que representam as árvores, as florestas, as matas, na vida e na existência dos povos? São elas as renovadoras e purificadoras do ar que respiramos. Nos grandes centros populosos, os parques, as praças e as avenidas são considerados os pulmões da cidade. São elas as reguladoras dos excessos de calor ou de frio. São elas que nos fornecem a ma-

deira, o seu elemento principal, sem o qual seria quasi que impossivel a vida dos povos e que se presta a uma diversidade infinita de utilidades.

Os seus frutos não constituem unicamente um precioso alimento; não raras vezes a medicina humana deles lança mão para restabelecer no organismo combalido o equilibrio das suas funções. As suas raízes, não só dão consistência e solidez ás terras por demais ingremes, evitando assim os malefícios das torrentes, mas também são medicinais, sendo esta sua virtude celebrada desde os mais longínquos tempos. As suas folhas e as suas flores dão origem a varias industrias de que o homem se utiliza para adquirir o seu bem estar.

A indústria da seda cujo tecido constitue a vestimenta preferida dos povos mais civilizados, tem a sua existência intimamente ligada á vida de uma árvore.

A indústria do papel, e sôbre o qual gravamos as nosas idéias, os nosos pensamentos, as leis básicas sôbre que assentam os destinos da humanidade, é nas florestas que vai buscar a sua matéria prima.

Eu não quero abusar da vossa atenção, senhores, enumerando aqui toda a serie quasi ilimitada dos beneficios que as árvores nos prodigalizam quer direta quer indirectamente.

Deixando de parte a afirmativa de que as florestas influem poderosa e decisivamente na regularização das chuvas, e na alimentação das fontes, aumentando-as, por controvertida e discutivel, temos ainda a função não menos importante que elas desempenham nas inundações.

"Esta influéncia da floresta sôbre as inundações tem sido tão bem estudada e reconhecida que se chegou a considerar o reflorestamento, nos países montanhosos, como o melhor meio de suprimir as torrentes da mesma forma que a conservação ou o restabelecimento das matas impede a acumulação da areia ou a invasão dos rios e córregos e também evita os ventos impetuosos e constituem um excelente abrigo nas zonas destituidas de matas. São estes os principais beneficios que nos oferecem as árvores, a par de muitos outros cuja enumeração seria por demais fastidiosa, e isto, sem atender ao fato de que ás árvores são o agente por excelência melhorador e valorizador das terras as mais infimas.

Meus senhores!

—  
Era de esperar ao menos que ante as múltiplas utilidades e a perspectiva do desenvolvimento de tantas industrias remuneradoras, inerentes ás árvores, tivéssemos ao

menos zelado pela incomensurável riqueza em florestas com que a natureza nos presenteou, reservando-nos para em época mais oportuna, explorá-las.

No entretanto, se relanceardes os olhos pelas zonas mais favorecidas do País, outrora cobertas por bellissimas e gigantescas matas, tereis ante os olhos um quadro contristador. As extensas e inigualaveis florestas rio-grandenses, para regionalizar, senhores, estão hoje reduzidas talvez á metade. E não exploramos, a não ser a incipiente e defeituosa indústria da madeira, nenhuma outra.

Destruímos e devastamos.

E' verdadeiramente desolador e corfrange-nos a alma, o espetáculo que nos oferecem certas zonas florestais do interior, outrora revestidas desta vegetação tão luxuriante que é peculiar das matas, e hoje completamente destruidas, desnudadas, onde até a vegetação é mirrada, porque o fogo na sua passagem destruidora consumiu a leve camada de humus formada pelo depósito secular das folhas e de outros detritos vegetais.

A devastação das matas é dos problemas mais graves que se nos deparam actualmente e vem assumindo as proporções de um verdameiro cataclismo. Não são somente os imigrantes que para cá afluem anualmente, aguilhoados pelo desejo de fazer fortuna rapidamente e por qualquer meio, que concorrem para este estado desolador de coisas; são também os próprios naturais da terra "estrangeiros na sua própria pátria que não aprenderam a explorar sem destruir".

E' preciso atentar, que as matas não constituem unicamente propriedade particular mas antes de tudo elas formam o patrimônio nacional. Necesário se torna, pois, que os homens de responsabilidade não abandonem assim tamanha riqueza coletiva aos instintos vorazes de individuos, que sem um fim justificavel abatem enormes tratôs de florestas para reduzi-las a cinza. Começamos já a sofrer as consequéncias da nossa incúria. E' manifesta hoje a escassez e consequente encarecimento de certas madeiras de lei, tão empregadas na marcenaria e em construções diversas. E não será de admirar se com o correr de mais alguns lustros começarmos a importá-las do estrangeiro. A continuar nesta marcha, legaremos ás gerações futuras encargos onerosíssimos e seremos fatalmente por elas acoimados de imprevidentes. E não há senhores, fugir nem disentir deste modo de pensar.

Nós brasileiros temos sido em todo o curso de nosso desenvolvimento económico

social e político, completamente avessos a estamátima de que é preciso prever para prover.

Os fatos o comprovam exuberantemente. Somos imprevidentes e aí que está o nó gordio da nosa inferioridade em todos os ramos da atividade humana.

País fadado a um desenvolvimento econômico extraordinário, era bastante saber aproveitar a riqueza imensurável que a pródiga natureza nos prodigalizou e seríamos o empório comercial do mundo.

Quando a borracha dominou os mercados mundiais, e que os Estados do Amazonas e Pará, em plena florescência, nadavam em ouro, julgamos esta grande indústria extrativa privilégio nosso e chegamos ao contrasenso de proibir a saída de nosso país para o estrangeiro das sementes desta árvore providencial.

E enquanto continuávamos na exploração devastadora da "Hevea brasiliensis", o inglês sempre mais arguto, mais perspicaz e mais previdente, furtivamente daqui levava as nossas sementes e desenvolvia no Oriente esta grande indústria, ao passo que nós a destruíamos. E o prêmio a nossa imprevidência não se fez esperar; decorridos alguns anos éramos vencidos na concorrência comercial da borracha.

Cio-vos um outro exemplo, por sugestivo e eloquente. Em 1870, os americanos do Norte, introduziram no Estado da Califórnia, na cidade de Riverside, a laranjeira de umbigo da Baía, onde hoje ainda existe o primitivo exemplar, que foi em 1913 entronizado pelo presidente Roosevelt, como uma homenagem a esta já velha e esgotada árvore, que lhes forneceu milhões de enxertos, fazendo com que o pomo de ouro constituísse nesse país dos prodígios uma fonte enarç�missima de riqueza. Reporto-me, senhores, a uma estatística de 1912 relativa ao Estado da Califórnia para vos mostrar o surto gigantesco que aí tomou a fruticultura; nesta data tinha este Estado mais "de treze milhões de laranjeiras, ocupando uma área de cerca de 60.000 hectares, sendo que a produção média anual dessas laranjeiras é de vinte milhões de dólares ou sejam cerca de 80 mil contos moeda brasileira".

Eu não quero estabelecer o confronto, entre o que fizemos nós em condições favorabilíssimas, de clima e terra, porque entre as cifras acima apontadas e as nossas, medeia abismo que nos faria corar de vergonha. E o mesmo que se deu com a borracha e com a laranja, se está dando entre nós com a erva-mate e dar-se-á também com as nossas florestas.

Ninguém ignora que as nossas jazidas carboníferas bastam suficientemente para o consumo do país, deixando margem ainda para a exportação. No entanto continuamos a depender quasi que exclusivamente do carvão estrangeiro, porque o nosos ainda o exploramos por meios não aperfeiçoados e preferimos mesmo atendendo a enorme diferença de preço o similar estrangeiro.

E o que diremos da hulha branca, que representa em noso país um reservatório tão fantástico de energia como não há notícia em parte alguma do mundo. E se não fazem totalmete esquecidas as imponentes e inigualáveis quedas d'água brasileiras, é porque de quando em vez algum jornal indiscreto nos revela no laconismo de seus telegramas, que alguns "turistas" estrangeiros ou coisa raríssima, nacionais, pasmaram e estremeceram de entusiasmo ante a majestade desta força bruta da natureza.

E a-pesar-de possuírmos êsse reservatórios inesgotáveis de energia, para alimentar-mos uma incipiente indústria e sustentarmos as estradas de ferro do país, é ás florestas que vamos pedir combustível, sem atentar que dest'arte para produzir uma riqueza, destruirmos outra maior, e cujo desaparecimento acarretará forçosamente efeitos funestos.

Meus senhores!

A devastação das matas tal como é praticada atualmente sobre ser inconciliante constitui um crime; mas crime não tanto de quem a pratica ou a induz. E' por isso que clamamos por um Código Florestal que concilie os interesses da Nação com os dos particulares; que Euclides da Cunha cognominou pitorescamente de "Fazedores de desertos"; que obrigue em parte o reflorestamento das zonas já devastadas; que regularmente a exploração das matas e que proíba sejam abatidas aquelas dos lugares onde o reflorestamento seria uma necessidade imprescindível e a devastação um crime.

Protejamos, pois, as árvores, senhores. Demos o exemplo nobilitante de plantá-las por nossas próprias mãos. Continuemos a consagrar-lhes um dia do ano e a propagar-lhes as suas inúmeras utilidades. Ensinemos as crianças a amá-las e a venerá-las desde a mais tenra idade a fim-de que vejam nas árvores sempre uma coisa de valor intrínseco, de real e indiscutível utilidade. Evitemos o mais possível a destruição vandálica de nossas florestas, quando não for praticada com o justificável e preconcebido fim de beneficiar a riqueza particular e indiretamente a pública.

# OBSERVAÇÕES E PESQUISAS EM TORNO DA PESTE SUINA NO BRASIL

AMERICO BRAGA

do

Instituto de Biologia Animal

## 1 — Prefacio

Ha mais de 7 anos tive o prazer de ser convidado para dirigir a secção de medicina veterinaria, a ser criada no Instituto Vital Brasil. Antes de dedicar-me ao preparo do sôro especifico, procurei estudar as epizootias de peste suína, que dizimam os rebanhos suínos nacionais, sendo-me dada a oportunidade de efetuar sobre esta doença algumas observações experimentais, das quais aqui faço o relato e breve exposição sobre o estado atual dos nossos conhecimentos neste assunto.

Na realidade, porém, desde 1922 a esta parte me tenho interessado por este lado da zoopatologia, desde os extintos Posto Experimental de Veterinaria do Distrito Federal e Laboratorio Central de Industria Animal, ao atual Instituto de Biologia Animal. Com efeito, a partir de 1922 observei, coletei dados, escutei a opinião dos colegas, quer dos suínocultores. Somo a tudo isto a copiosa e sabia observação de *Vital Brasil*, a quem devo o estímulo e o amparo, nunca regateados às minhas custosas experiencias. No Instituto de Biologia Animal, de seu sabio Diretor, *Argemiro de Oliveira*, tambem obtive decidido apoio, quando procurei ampliar essas observações científicas.

Devo assinalar que, com instalações, animais, transporte de virus e sôros de varias proveniências estrangeiras, por via aerea, para a realização dessas experiencias, mais de trinta contos de réis foram consumidos. Só depois de um estudo desta ordem é que pretendo ter consolidado uma opinião científica sobre a peste suína em nosso país.

## 2 — Definição

A peste suína é doença febril, septicêmica e contagiosa, acompanhada especialmente por inflamação hemorrágica da mucosa intestinal e entre nós conhecida pela denominação autoctone de "batedeira de porcos", que lembra o sintoma mais atraente, o "bater dos vasos" (tachypnéa). Nos casos cronicos ha um processo difterioide no trato digestivo, especial-

mente ao nivel do intestino grosso. Própria exclusivamente dos porcos, é inoculavel e devida a um ultra-virus septicêmico, que determina grave depressão do organismo, a custa da qual os germes banais dos aparelhos digestivo e respiratorio, ganhando virulencia, podem provocar infecções superpostas, às vezes mais graves do que as lesões devidas ao virus especifico. E' doença altamente letifera, dependendo, contudo, o grá de mortandade, da patogenidade do virus. A cura é seguida de solida imunidade.

## 3 — Historico — Epizootiologia

Antes de 1903-4 a peste suína era atribuida á *Salmonella suispestifer*. Neste trabalho quero apenas me referir, deixando o estrangeiro, às primeiras pesquisas realizadas em nosso país (1899) no Instituto Bacteriologico de São Paulo, por *Bonilha de Toledo* (1) numa mortifera epizootia surgida desde 1896 em São José do Rio Pardo e Bragança, em que morreram mais de 2.000 porcos, somente no município de São José do Rio Pardo, que não é grande. Esse pesquisador isolou em certos casos um germe que chamou "Bacterio do Hog--cholera, a *S. suispestifer*, atribuida como a causadora da doença, e em outros um germe por ele denominado "Bacterio da Swine-Plague", a *Pasteurella suilla*, fazendo estudo bem detalhado do assunto, embora houvesse abandonado a idéia de virus, o que é desculpavel áquela época. (x).

Depois de 1904, com os memoraveis trabalhos dos sabios americanos *Schweinitz*, *Dorset*, *Bolton* e *Mac Bryde*, ficou demonstrada a natureza filtravel do agente etiologico da

(x) Obtive esses dados por intermedio do cientista patricio *Carvalho Lima*, sabio diretor do Instituto Bacteriologico de São Paulo que, por nimia gentileza e devotamento á ciencia, me fez chegar ás mãos uma copia do trabalho de *Bonilha de Toledo*. Deixo aqui consignados, mais uma vez, os meus agradecimentos.

Quando os mais civilizados povos da terra têm uma legislação toda especial de proteção ás florestas e de fomento á criação de novas, é justo, é razoavel e é patriótico

co que tambem legislemos para as nossas matas!

(Discurso pronunciado em 7 de Setembro em Porto Alegre, no Sindicato Agrícola Riograndense, pelo Dr. Ataliba Paz).

peste suína. Suas afirmações foram logo confirmadas em quasi todo o mundo, dando azo a novos isolamentos do virus da peste suína em muitos países.

Como e quando a doença apareceu no Brasil?

A peste dos porcos grassa atualmente em todos os países do mundo. Foi assinalada primeiramente (1833), na America do Norte (Ohio), de onde foi levada para a Europa por numerosas vias. Observada pela primeira vez na Inglaterra em 1862, de onde se propagou á Suecia e á Dinamarca, por intermedio de reprodutores suínos, no mesmo ano a doença é reconhecida em França, ganha a Hespanha e a Italia. Só em 1893 é que foi assinalada na Alemanha, mas não resta duvida que já existia ha mais tempo no país. Da Alemanha a doença propagou-se á Austria, Hungria, Servia, Bulgaria, Rumania, Polonia e Russia, tomando grande extensão em todos esses países.

Em nosso país, não ha dados positivos para serem precisadas datas, mas não ha a menor duvida que a doença fôra outrora aqui introduzida com a importação de reprodutores de pura raça, quer da America do Norte, quer da Europa. A descrição mais remota e que merece fê científica é a de *Bonilha de Toledo* (1899).

Contamos a seguir (1912), com as observações de *Lacerda e H. Marques Lisboa* (2). Este ultimo pesquisador, sob as denominações de "pneumo enterite dos porcos ("ho-cholera") e pneumonia dos porcos" descreveu as duas complicações da peste suína, sem se referir ao virus.

Em 1931, *H. Marques Lisboa* (3) volta ao assunto, referindo-se aos trabalhos de *Dorset et al* sobre o virus, mas sem trazer contribuição neste sentido sobre os virus brasileiros.

Neste mesmo ano, encontra-se referencia clinica á peste dos porcos na fazenda do Sr. A. S., Municipio de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais (4).

Em 1914, pelos Srs. *Durixch & Co.*, criadores no distrito de Santa Cruz, municipio da capital, foi oferecido ao Governo um local para instalação de laboratorios dependencias para o preparo do sôro contra a peste suína, que vinha dizimando os suínos na zona daquele distrito (5). Não encontrei dados concernentes aos motivos que impediram a realização das instalações.

Notavel é a coincidência de ter *Americo Braga*, vinte anos depois, conseguido obter neste mesmo distrito o potente virus referido no presente trabalho. Somente no momento de redigir suas observações, neste artigo, quando fôra perquirida a bibliografia brasileira sobre o assunto, é que ressaltára a coincidência.

Este fato serve para demonstrar como a doença se perpetua nos pontos onde aparece, sendo mesmo esta uma de suas particularidades.

Em 1928, *Parreiras Horta* (6) dedicou ao combater "Hog-cholera" um artigo de divulgação, no qual perlustrou os dados colhidos na America do Norte e na Hungria, aconselhando a sôro-vacinação.

Em 1919, *Carlos Sá* (7) faz uma descrição da doença, relatando dados contidos nos tratados da patologia, sem trazer contribuição nova sobre a peste no Brasil.

Em 1932, *Americo Braga* dá noticias de seus estudos realizados desde 1929 sobre a doença (8). Em 1934, em folheto de divulgação, relaciona fatos importantes sobre a peste suína no Brasil, anexando curvas termograficas e fotografias (9). Em 1935 volta ao assunto com mais detalhes e outros dados (10).

Em 1934, *Adolpho Martins Penha* relaciona casos de peste dos porcos em São Paulo.

País novo, de fronteiras imensas e baldo defesa sanitaria animal até bem pouco tempo atrás, o Brasil foi vítima da introdução não somente desta, como de muitas outras zoonoses, que hoje serios detrimientos ensejam á economia nacional. Do mesmo influxo tambem não escaparam os demais países sul americanos.

Muitas doenças alienigenas estão hoje caracteristicamente enxertadas á nossa zoopatologia autoctone.

Com o desenvolvimento da industria de carnes e com a produção industrial da banha, a criação de porcos tomou impulso vultoso no Brasil e a peste suína, a principio restrita a pequenos nucleos, como a má semente, germinou e proliferou pelo territorio patrio. Em certas regiões do País as epizzotias tornaram-se tão mortíferas que houve necessidade de ser abandonada a criação de porcos. E quem analisa mais atentamente, observa que isto aconteceu nas regiões de maior progresso, quando era ensaiada a criação em larga escala e introduzidos reprodutores exóticos de pura raça, mais delicados. Na zona da Mogiana, em São Paulo, onde o progresso é flagrante, a criação de suínos, tão promissora-mente ensaiada, foi abandonada porque certamente ali se manifestou a peste suína em carater virulento e grave. Foi, realmente, com material dessa proveniencia que *Vital Brasil* e seus colaboradores tambem efetuaram pesquisas, no Instituto Butantan, sobre a peste suína, muito embora não houvessem isolado o virus específico, atribuindo a causa á germes secundarios, como era noção corrente na época.

A bibliografia scientifica brasileira é pobre neste assunto.

Entre os criadores nacionais reina grande confusão neste capítulo da patologia vete-

naria, sendo denominada "batedeira" não só a peste suína (*sensus strictus*), como também as helmintoses, a pasteurelose e outras doenças do porco. No momento atual é impossível, no Brasil, ser avaliada a importância da peste suína pura ou complicada, e da pasteurelose e da salmonelose puras. Isto somente será realizado por numerosos estudos bacteriológicos completos, com material filtrado em vela e inoculado em porcos novos, conforme adiante será referido.

Pelo que está estabelecido, em pesquisas cientificamente conduzidas, realizadas no estrangeiro, o papel das bactérias secundárias é fraco, quasi desprezível. Por varias vezes pude autenticar aqui a veracidade dessa afirmação. Certa vez, em uma pequena criação em Jacarépaguá, suburbio do Rio de Janeiro, onde estava havendo regular mortandade, isolei uma *Pasteurella*, patogênica para o pombo, coelho, cobaia e para o porco; foi inoculado exclusivamente o soro específico contra a peste suína, inativo para a *Pasteurella* e, não obstante, a mortandade parou instantaneamente, o que prova o papel secundário desse cocco-bacilo na etiologia da peste suína. Outra vez, em época de epizootia, numa pequena criação à margem da estrada Rio-Petropolis, tive a oportunidade de isolar uma *Salmonella*, muito patogênica para o porco. Ainda esta vez o emprego exclusivo do soro contra a peste suína bastou para extinguir a salmonelose, que nada mais era de que uma infecção secundária, á custa do vírus filtravel específico.

Estes dois exemplos servem para demonstrar que, no Brasil, a etiopatogenia da peste suína, com suas infecções secundárias, não difere do que se passa na Europa e na America do Norte. Mais adiante estudarei os germes aos quais acabei de me referir.

#### 4 — Pesquisa do vírus no Brasil

Para qualquer realização em materia profilática, na peste suína, era necessario, antes de tudo, proceder investigações em torno dos vírus nacionais.

Para tanto, procurei pessoalmente visitar, ou por intermedio de auxiliar competente, as criações mais perto, infectadas, e manter contacto com alguns suinocultores dos Estados de Minas, São Paulo, Rio de Janeiro, Espirito Santo e Distrito Federal. Não foi, dest'arte, difficil obter farto material virulento, que sempre consistiu num pedaço de baço, mantido em glicerina, onde o vírus se conserva muito bem. Um osso longo, desprovido das partes moles, acompanhava quasi sempre o material em glicerina.

A primeira dificuldade surgida consistiu em obter-se leitões sadios, procedentes de criação indene e em numero suficiente para as numerosas experiencias. Tornou-se necessario cria-lo em pocilga especialmente construída, tendo sido escolhida a raça Duroc-Jersey s. p., visto como os suínos autoctones apresentam certa resistencia, que poderia prejudicar as conclusões.

Procurei amostras muito ativas de vírus, mas os nacionais se mostraram pouco patogênicos, com exceção de uma boa amostra, proveniente de Santa Cruz, Distrito Federal, velha zona de concentração de porcos, capaz de elevar a temperatura ao cabo do 3.<sup>o</sup> ao 5.<sup>o</sup> dia e produzir a morte do leitão dentro de 21 dias. *Desiderio Finamor* (12) refere-se ao vírus brasileiro de "hog-cholera" por si encontrado nas mãos de *Eichhorn* nos laboratorios Lederle, na America do Norte.

Este resultado mostra-nos que, no Brasil, como acontece nos outros países, existem vírus de forte e de fraca patogenidade. Aqui, porém, é extremamente raro colher-se um vírus muito ativo.

*Adolpho Martins Penha* (11), em 1934, refere-se a casos graves de peste suína em São Paulo, fazendo o diagnostico experimental. Não foram realizadas provas de filtração em vela, experiencias de proteção com os soros específicos, obtidos com os vírus típicos, e provas de imunidade cruzada com esses vírus.

Afim de que fosse possível realizar estudos imunológicos com o "vírus S. Cruz", obtive vírus e soro Lederle, contra a peste suína e, por nimia gentileza de *A. Donatien e F. Lestoquard*, o famoso "vírus A. P. A." (Alger-Paris-Alger), bem como 3 litros de soro específico contra esse vírus pestico. Todo esse material foi transportado por via aerea. Mais tarde obtive soro e vírus do Laboratorio de Patologia Veterinaria de Portugal. Também me servi, na provas imonologicas experimentais, do soro Behring, alemão e do vírus argentino, gentilmente cedido por *Rosenbusch*.

Dou, a seguir, o resultado das primeiras inoculações com o "vírus S. Cruz":

- 2.1.30 — Um leitão recebe subcutaneamente 10 cc. de suspensão de triturado de baço, remetido em glicerina.
- 6.1.30 — Pelos arrepiados, sensação de frio, tremores. Temperatura 39, 5. M., 39, 9 T.
- 7.1.30 — Dispneá, anorexia, t.<sup>o</sup> 40, 5. M., 40, 5 T.
- 8.1.30 — Emagrecimento acentuado, dispneá, anorexia, t.<sup>o</sup> 41, 5 M., 41, 8 T. Nesta tarde, por se desenhar imminente a morte, foi sangrado asepticamente no coração.

Como se verifica, em 7 dias, após inoculação subcutânea de suspensão esplênica em sôro fisiológico, o leitão apresentava severa infecção, que lhe determinavam distúrbios físicos e funcionais graves.

O sangue asepticamente e desfibrinado, foi semeado em gelose simples, agar-sangue, caldo simples e meio de Legroux, conservando-se estereis as sementeiras.

Dois dias depois de colhido o sangue, conservado na geladeira, e tendo sido negativas as hemoculturas, resolvi inocular 5 cc. delle, pela via subcutânea, noutra leitão:

- 10.1.30 — Leitão inoculado subcutaneamente com 5 cc. de sangue proveniente de outro leitão inoculado com suspensão de baço, vindo de S. Cruz.
- 13.1.30 — Sensação de frio, tremores, pelos arrepiados, t.<sup>o</sup> 40.<sup>o</sup> M.; 39, 8 T.
- 14.1.30 — Tristeza, cabeça baixa, dispnéa. T.<sup>o</sup> 40,2 M.; 40, 8 T.

Com esta passagem, tendo sido inoculado sangue esteril para germes cultiváveis, verifica-se que estava provavelmente lidando com um vírus da peste suína, a julgar também pelos sintomas e pelas lesões necrosópicas desses dois leitões inoculados experimentalmente. De fato, tanto num, como no outro caso, encontrei lesões para dos rins e do baço, muito próprias da peste suína. Essas lesões serão descritas oportunamente.

Com o sangue virulento para os suínos e esteril para os germes cultiváveis, foram inoculados, infrutiferamente, camondongos, ratos, cobaios, coelhos, cães, gatos, cavalos, bois, micos, carneiros, cabras, pombos, galinhas, patos e gansos.

De posse desses dados, procurei determinar a natureza filtrável do agente etiológico com o qual trabalhava. Realizei provas de filtração em vela, cercando-me das precauções clássicas nas operações dessa natureza.

Com o sôro sanguíneo, proveniente de leitão sangrado em fase de grande elevação térmica, filtrado em vela, esterilizante para germes cultiváveis, inoculado subcutaneamente em suínos indenes, foi reproduzida facilmente a doença. Os filtros empregados foram os de Chamberland L 5 a L 7 e a a pressão negativa de 25 mm. Hg. Para "controle" juntava-se ao líquido a filtrar o *Pseudomonas fluorescens*, suspenso em água fisiológica esteril. O tempo da filtração durára apenas 10 minutos.

O vírus mostrou conservar-se muito bem na glicerina. Todas as provas que realizei com material glicerinado, convenceram-se de-

pois de que tanto á glicerina, como aos anti-septicos comuns, o vírus autoctone mostrava-se bastante resistente. Em sangue glicerinado a 30<sup>o</sup> cheguei a conserva-lo por tres anos a 5.<sup>o</sup> C. Ao fenol o vírus mostrou-se outrosim bastante resistente.

Tambem ao frio o vírus resiste. Mantenho sempre o sangue, asepticamente colhido e desfibrinado, em pequenas empolas decapacidade de 5 cc. em camara fria entre 3 a 5.<sup>o</sup> C, sem nunca ter notado o menor desfalecimento ou a perda da virulencia.

A meu ver, é este o melhor meio de conservação do vírus, independente de glicerinização e fenicamento do material.

Pude notar, no largo praso das experiencias, que o vírus resiste pouco á putrefação. O sangue de empolas, por qualquer descuido, alterado e inoculado subcutaneamente em leitão sensível, não reproduziu a doença, enquanto o de empolas não alteradas, da mesma providencia, era eficaz para determinar a infecção. Urina, fermentada de 24 horas e primitivamente virulenta, perde o poder de infetar.

Ao cloreto de sodio o vírus resiste bastante. Certa vez, notei inexplicadamente o aparecimento da peste em porcos não inoculados. De investigação em investigação consegui verificar que as vitimas tinham comido sobras de carne de outros porcos, vitimas da peste suína, cuja carne havia sido conservada salgada já ha 3 meses. Salgando o baço virulento, na proporção de 25<sup>o</sup> de cloreto de sodio, não consegui matar o vírus até 4 meses depois. Saliento a importancia destas observações a respeito da possível disseminação do vírus pela carne de porco salgada e pelas sobras das lavagens da cozinha.

O "vírus S. Cruz", pelo que pude apurar em inumeras inoculações, em nada difere dos potentes vírus argeliano e americano e sua virulencia também mostrou-se igual a do português e do argentino.

Nas curvas termograficas anexas póde verificar-se a atividade do primeiro em relação a um outro vírus nacional, de fraca virulencia, como acontece geralmente com o vírus autoctones. Devo aliás, neste particular, advertir que em toda a parte do mundo não tem sido facil, áqueles que têm trabalhado em peste suína, encontrar frequentemente vírus muito ativos. E' necessario pesquisar muito, empregando boa tecnica, para conseguir o desejado. No capítulo do diagnostico, voltarei sobre este ponto.

Em síntese, foi obtido um vírus nacional muito ativo, filtrável através dos filtros esterilizantes de porcelana, tendo sido respeitadas todas as regras tecnicas na filtração, resistente á glicerina, patogenico exclusivamente para os suínos, capaz de elevar de varios graus a tem-

peratura entre o 3.º e o 5.º dias, determinando os quadros clinico e anatomo-patologico da peste dos porcos e matando os leitões inoculados em cerca de 21 dias ou menos.

5 — *Provas com o virus brasileiro e os sôros especificos contra o virus da peste suína*

Diante desse resultado, fui levado a verificar se os sôros especificos contra o virus da peste dos porcos americano e algeriano, protegiam contra o virus brasileiro.

Comecei protegendo leitões com o sôro "Lederle" contra peste suína, deixando testemunho negativo.

15.1.30 — Inoculam-se, respectivamente, com 20 e 40 cc. de sôro Lederle dois leitões, pela via cutanea.

16.1.30 — Inoculam-se esses dois leitões protegidos com o sôro e mais outro, com 1 cc. de sangue proveniente da 2.ª passagem do material vindo de S. Cruz.

20.1.30 — O leitão testemunho apresenta-se triste, enfasiado, muito arrepiado, t.º 39,8 M.; 39, 9 T.

21.1.30 — O leitão testemunho alimenta-se mal, bebe muita agua, t.º 40, 1 M., 40, 4 T.

22.1.30 — O mesmo leitão está deitado, taquipneico, t.º 40, 5 M.; 40, 8 T. e assim manteve-se até morrer, naturalmente, em 25.1.30, muito emagrecido. Os protegidos, observados por 30 dias, nada sofreram.

*Com essa experiencia ficou demonstrado que o sôro contra a peste suína, dos Laboratorios Lederle, protegeu os leitões inoculados com o sangue suspeito de conter virus nacional da peste suína.*

A experiencia foi repetida com o sôro de proveniencia africana, preparados por *Dona-tien e Destoquard*.

22.1.30 — Dois leitões recebem, respectivamente 10 e 20 cc. de sôro algeriano contra a peste suína, pela via subcutanea e, 24 horas depois, esses dois leitões e mais outro testemunho, recebem subcutaneamente 1 cc. de sangue suspeito de conter virus nacional da peste suína.

25.1.30 — Na parte da tarde o leitão testemunho começa a mostrar-se triste, mas sua t.º é 38,4.

26.1.30 — O testemunho apresenta 40.º M.; 40.º T.

27.1.30 — O testemunho apresenta 40,8 M., 40, 9 T., mantendo-se mal de pé, muito tropego. Foi sangrado assepticamente no coração, para conservação do virus. Os animais protegidos nada sofreram, observados por muito tempo.

*Dessa prova resalta o valor protetor do sôro algeriano contra o virus brasileiro da peste suína, e tambem fica salientada a regularidade com que esse virus atua, elevando em poucos dias a temperatura acima de 40.º C.*

Em face desses resultados satisfatorios de proteção passiva com os sôros americano e algeriano, procedi a imunização ativa de 10 leitões com o "virus S. Cruz" e, noventa dias depois, inoculei nos 8 sobreviventes e em mais 4 testemunhas não imunizados, aproximadamente com o mesmo peso vivo, 0,1 do cc. de sangue contendo o virus A. P. A. (algeriano). Todos os testemunhos morreram dentro de duas dezenas de dias; 100 0/0 dos leitões imunizados com o virus brasileiro resistiram sem a menor alteração.

Em resumo, foram realizadas provas de imunidade cruzada, ativa e passiva, com o virus brasileiro e os virus da peste dos porcos americano e algeriano, bem como os respectivos sôros, tendo resultado nessas experiencias imunologicas que os sôros estrangeiros protegeram contra o virus nacional e que os animais imunizados com o virus brasileiro resistiram a inoculação do virus algeriano, mortifero para os testemunhos não imunizados.

## 6 — Da virulencia

Na peste suína a questão da exaltação e da atenuação da virulencia difere do que se observa na maioria das outras doenças: não se consegue diminuir a virulencia de um virus muito patogênico e não se exalta, também, a virulencia do virus pouco ativo. Comparo, em parte, este fato ao que observaram *Americo Braga e Ascanio Faria* (13) com o virus da doença de Aujeszky. Baldaram-se todos os artificios tentados para exaltar a virulencia dos virus pestigos nacionais, pouco patogênicos. Só depois de obter uma boa amostra ("virus S. Cruz") é que conseguiu reações típicas.

Já referi que, nas condições naturais, a virulência das diversas amostras de vírus, isoladas em epizootias diferentes, quasi nunca é a mesma. Este fato, aliás, está acorde com a clínica, onde se constata epizootias muito mortíferas e outras menos severas.

Para avaliar a virulência, porém, o melhor processo é a inoculação do material infetuoso em leitões novos e criados ao abrigo de sub-infecções. A avaliação clínica pôde ser falha, porque outras causas secundárias podem intervir na mortandade.

Avalia-se a patogenidade inoculando 1 a 2 cc. preferivelmente de sangue, sub-cutaneamente, e levando-se em conta o periodo de incubação e a intensidade da doença.

O periodo de latencia, em nossas numerosas experiencias, sempre variou de 4 a 8 dias com os vírus muito ativos e no maximo até 18 dias nos de media atividade. Vírus que ultrapassam esse limite para determinar sintomatologia ambigua, não devem ser aproveitados para entrarem na hiper-imunização dos fornecedores de sôro.

A intensidade da doença constitue outro importante elemento no computo da virulência das amostras estudadas. A grande maioria dos vírus nacionais com os quais trabalhei ou elevavam a temperatura de modo pouco notavel ou determinavam elevação efemera. Eram vírus pouco ativos, como os observados por quantos têm trabalhado no assunto em todas as partes do mundo. Deve-se considerar como ativo o vírus que, inoculado, determine em poucos dias a elevação térmica acentuada, condicionando sinais clínicos importantes, tais como, inapetencia, conjuntivite e bleorréia conjuntival, emagrecimento rapido, dispnéia, andar cambaleante, etc., sinais clínicos esses que vão aumentando até á morte do animais.

A's vezes nota-se por alguns dias, após a inoculação, somente a elevação térmica, apenas evidenciavel pelo termometro, sem sinais clínicos. Este fato merece ser fixado, porque, durante essa reação, apenas evidenciavel pela termometria clínica, o suíno elimina vírus, podendo ser um foco insuspeito da disseminação do contagio.

*Na peste suína não se consegue diminuir a virulencia de um vírus muito patogenico e não se exalta, tambem, a virulencia do vírus pouco ativo.*

#### 7 — Unicidade dos vírus

Com a peste suína, no que concerne aos tipos de vírus, os fatos se passam de modo diverso do que se observa na febre aftosa. Todos os grandes experimentadores, que traba-

lharam neste assunto, estão de acordo que pertencem a uma unica estirpe os diversos vírus pesticos isolados.

Aqui no Brasil, realizei numerosas experiencias de imunidade cruzada entre os vírus americano (Lederle), algeriano (A. P. A.), português (Lab. Path. Vete.) , argentino (Rosenbusch) e o vírus brasileiro "S. Cruz" e, nessas provas, só encontrei elementos para concordar com a opinião geral. Na hiperimunização dos porcos fornecedores de sôro começo com qualquer um desses vírus, e ao mudar de amostra de vírus, não é notada a menor alteração na saúde dos animais.

De outra parte, o sôro algeriano protegeu perfeitamente contra a infecção dos varios vírus com os quais trabalhei. O mesmo se deu com o sôro Lederle e o do Lab. de Patologia Veterinaria de Portugal. A unica diferença que encontrei foi com o alemão, que mais tarde, em prova de dosagem, verifiquei tratar-se de um sôro muito menos ativo do que os algeriano e americano. Aliás, devo confessar, seu prazo de utilização estava por ser vencido.

*Desses resultados, devo concluir pela identidade do vírus brasileiro com os vírus exóticos da peste suína e, portanto, pela unicidade dos vírus da peste suína, lembrando que não se deve confundir diferença de virulencia com pluralidade de vírus. Realmente nas condições naturais, encontram-se vírus pouco ativos, outros de media e alta virulencia, todos, porém, comportando-se imunologicamente como um unica estirpe.*

#### 8 — Germes secundarios

A julgar pelos escritos de quantos têm trabalhado em pesquisas bacteriologicas na peste suína, não há a menor duvida que a *Salmonella suispestifer* e a *Pasteurella suilla* são os dois germes de invasão secundaria mais frequentemente encontrados.

Tanto quanto pude verificar, entre nós, os fatos não se passam de modo diversos.

a) — A *salmonellose* — Numa pequena criação a margem da estrada Rio-Petropolis, conforme já me referi, isolei por hemocultura, em cadaver de um leitão, morto depois de muitos dias de doença, um germe que, pelas suas propriedades culturais, morfologicas, bioquimicas e sorologicas, comportou-se como *Salmonella suispestifer*.

Era movel, Gram-negativo.

*Gelatina* — Não liquifez, observado por 60 dias. Cresceu abundantemente no meio inclinado por picada o desenvolvimento foi maior na parte superior.

*Agar nutritiva inclinada* — Colonias translucidas, pequenas. Semeado e mestria, forma uma fita com os bordos irregulares.

*Caldo* — Turvação uniforme com película e sedimento ao cabo de alguns dias. A cultura não exala cheiro algum.

*Batata* — Dá cultura abundante, amarelada e cremosa. Assemelha-se á do *Coli*, menos abundante porém. As culturas velhas são mais escuras.

*Agua peptonada* — Os mesmos caracteres que no caldo simples.

*Leite* — Não coagula o leite.

*Leite tournesolado* — Acidificação leve, depois alcalinização, opalescencia.

O resultado das provas de fermentação, realizadas segundo a tecnica bacteriologica, com os hidratos de carbono e alcooes de P. F. Pfhnstiehl, é resumido no seguinte quadro.

<i>Substancias a serem fermentadas</i>	<i>Germe isolado</i>	<i>S. suipestifer</i> N. C. T. C.
<i>Tetrose:</i>		
Erythrita . . . . .	O	O
<i>Pentoses:</i>		
Arabinose . . . . .	A. G. (1)	A. G.
Xilose . . . . .	A. G.	A. G.
Adonita . . . . .	O (2)	O
<i>Hexoses:</i>		
Dextrose . . . . .	A. G.	A. G.
Galactose . . . . .	A. G.	A. G.
Levulose . . . . .	A. G.	A. G.
Manose . . . . .	A. G.	A. G.
Sorbita . . . . .	A. G.	A. G.
Dulcita . . . . .	A. G.	A. G.
Isodulcita . . . . .	A. G.	A. G.
Manita . . . . .	A. G.	A. G.
Inosita . . . . .	A. G.	A. G.
<i>Di-sacarideos:</i>		
Lactose . . . . .	A. G.	A. G.
Maltose . . . . .	A. G.	A. G.
Sacharose . . . . .	O	O
Threalose . . . . .	O	O
<i>Tri-sacarideos:</i>		
Raffinose . . . . .	O	O
<i>Polí-sacarideos:</i>		
Dextrina . . . . .	O	O
Inulina . . . . .	O	O
Glicogenio . . . . .	O	O
<i>Glucosideos:</i>		
Salicina . . . . .	O	O
<i>Alcooes:</i>		
Glicerina . . . . .	A. G.	A. G.

(1) — A. G. — ácido e gás.

(2) — O — ausencia de acido e de gás.  
*Prova de aglutinação*

Analisando-se este quadro, verifica-se que o germe isolado por hemocultura comportou-se igualmente como a *Salmonella suispestifer* da coleção nacional de tipos de cultura (N. C. T. C.) do Instituto Lister, Londres, podendo ser enquadrado, perfeitamente e, na seguinte chave do "Manual de Bacteriologia" (Bergey). Houve apenas uma pequena divergencia na ação sobre a glicerina. Alguns

autores, aliás, referem-se á ausencia de ação de *S. suispestifer* sobre este alcool.

Chave das especies do genero *Salmonella*

- A. Acido ou acido e gaz na mannita.
- 1. Acido ou acido e gás na xilose.

- a. Acido e gás na dulcita.
- b. Nem acido ou gás na sorbita.

1. *Salmonella suispestifer*

Foram realizadas as provas de aglutinação com aglutininas anti *S. suispestifer*, ativas até 1:8.000, tendo servido de antigenos, compartivamente, suspensões de *Salmonella suispestifer* n. 1.230 M. da coleção do Instituto Vital Brasil e n. 129 da N. C. T. C.; numero 1.228 M. da coleção I. V. B. e 1.705 da N. C. T. C.; bem como o germe por nós isolado. O quadro seguinte resume os resultados.

Prova de aglutinação

Suspensão de germes a 2.000.000.000 por cc.	Sôro aglutinante anti — <i>S. suispestifer</i>							
	1 500	1 1000	1 2000	1 4000	1 5000	1 6000	1 7000	1 8000
<i>S. suispestifer</i> N. C. T. C. 129								
<i>S. suispestifer</i> N. C. T. C. 1705								
Germe isolado . . . . .								

A análise deste quadro demonstra que o germe isolado foi aglutinado, até o limite, pelas aglutininas específicas do sôro e de modo tão evidente quanto as duas amostras típicas de *S. suispestifer* da N. C. T. C.

Em resumo, pelas suas qualidades culturais, morfológicas, bio-químicas e sorológicas, o germe enquadrou-se na classe "Eschizomycetos", ordem "Eubacteriales", familia "Bacilliaceae", tribu "Bacillae", genero "Salmonella", especie "Salmonella suispestifer" (Krusse) Castellani e Chalmer.

b) A pasteurellose — Numa criação em Jacarépaguá, durante uma epizootia, isolei um cocco-bacilo Gram-negativo, coloração bipolar, com o aspecto em t udo igual ao dos germes do genero *Pasteurella*.

Com material infectuoso proveniente de um leitão recentemente morto, além de outras providencias, fiz uma suspensão organica em sôro fisiologico e inoculei 2 cc. nos musculos peitorais de um pombo, cujo animal morreu cerca de 24 horas depois. O esfregaço de figa do revelou numerosos germes morfológicamente iguais á *Pasteurella*. Pratiquei a hemocultura e isolei um germe puro, com o qual realizei estudos bacteriologicos.

- Gelatina — Não foi liquefeita.
- Caldo — Turvação lenta, com sedimento.
- Leite tournesolado — Acidificação.
- Batata — Não cresceu.
- Indol — Não formado.
- Nitratos — Não reduzidos.

Mostrou-se patogenico, pela via subcutanea, para o camondongo, para o coelho e aves. Ainda pela via subcutanea, reproduziu uma sepcemia pasteurelica, nos leitões, experimentalmente inoculados.

De fôrma que, levando em apreço a sua morfologia e não tendo crescido na batata, havendo acidificado o leite e se mostrada patogenico para o porco, o germe isolado enquadra-se na chave do "Manual of Determinative Bacteriology" (Bergey), como da especie *Pasteurella suilla*.

Chave das especies do genero "*Pasteurella*"

- I. Patogenico para animais domestico e selvagens.
  - i. Leite inalteravel.
    - a. Não cresce na batata.

1. *Pasteurella avicida*.
2. *Pasteurella muricida*.

- aa. Cresce na batata amarelenta.
2. Acidifica o leite.
- a. Não cresce na batata.
3. *Pasteurella suilla*.

Com essas provas, pelas propriedades morfológicas, culturais, bio-químicas e biológicas o germe enquadrou-se na classe dos "Eschizomycetos", ordem "Eubacteriales", família "Bacteriaceae", tribu "Pasteurellae", genero "Pasteurella", especie "Pasteurella suilla" Trevisan.

Dorset e seus colaboradores foram os primeiros a mostrar o papel secundario de *Salmonella suispestifer* e Uhlenbuth e seus colaboradores demonstraram, de outra parte, o carater tambem secundario de *Pasteurella suilla*.

Nos focos pestilenciais, onde isolei estes dois germes, o sôro especifico contra o virus da peste suína, empregado a titulo curativo e profilatico, bastou para extinguir prontamente a mortandade. O resultado desta terapeutica especifica nos demonstra a importancia tambem secundaria da *Salmonella* e da *Pasteurella* na peste suína no Brasil.

A pneumonia e a pleuro-pneumonia atribuidas á *Pasteurella* não constituem privilegio da pasteurelose. Inoculando virus puro, isento de germes, em leitões e em porcos adultos, obtive numerosas vezes aqueles tipos de pneumopatias.

Devo assinalar, tambem, que em centenas de necropsias e exames bacteriologicos, procedidas quer nos leitões fornecedores de virus, quer nos suínos mortos acidentalmente durante a fase de hiper-munização, nunca isolei seja a *Pasteurella* seja a *Salmonella*. Embora experimentais, um tanto artificiais, esses resultados evidencia ma secundariedade etiogenica dos dois germes na evolução da peste suína experimental.

c) — *Pseudomonose* — Certa vez, em um osso longo, que me foi remetido de S. João d'El Rey (Minas), colhido durante uma pequena epizootia da peste suína, isolei um germe movel, Gram-negativo, muito tolerante, crescendo tanto em aerobiose como em anaerobiose nos meios usuais, dando um pigmento verde nas culturas aerobias, vegetando abundantemente em todas as temperaturas compatíveis.

No caldo de carne, a 37.º, turvação em 8 horas, dando o aparecimento de um pigmento verde fluorescente, a principio limitado á parte superior do meio, estendendo-se depois para a profundidade e tornando mais visível pela agitação do tubo, sob a influencia

do oxigenio. Ao cabo de alguns dias, em regra sete, a cultura se descora. Ha formação de um véu quebradiço, que cái ao fundo do tubo. O odor disprendido pela cultura é caracteristico de trimetilamina. As culturas no vacuo perdem a faculdade de dar pigmento.

A gelatina é rapidamente liquefeita e o meio se córa em verde.

Na gelose tambem ha pigmentação esverdeada do meio.

Sobre o sôro coagulado, ação liquefazente. A parte liquefeita torna a cór acinzentada na superficie.

Sobre placas de gelose-sangue, ação hemolitica acentuada.

No leite ha primeiro coagulação e depois o coagulo é digerido; cór verde e odor etereo.

O germe mostrou-se inativo sobre destrose, levulose, galatose, arabinose, maltose, lactose, sucrose, destrina, imulina, glicerina, manita e dulcita.

Em agua peptonada produz indol.

Mostrou-se patogenico pela via subcutanea. Reduz nitratos a nitritos.

neia ao camondongo e só pela via endovenosa ao coelho.

Pelas suas propriedades culturais, morfológicas, bioquímicas e sorologicas pôde ser classificado na classe *Eschizomycetos*, ordem *Eubacteriales*, família *Bacteriaceae*, tribu *Chromobacteriae*, genero *Pseudomonas*, especie *Pseudomonas aeruginosa* (Schroeter) Migula.

#### Chave das especies do genero *Pseudomonas* (Bergey)

1. Bastonetes arredondados. Flagelo polar.
  - A. Gelatina é liquifeita.
    - a. Leite é coagulado peptonizado.
    - b. Nitratos reduzidos.
    - c. Indol é formado.
      1. *Pseudomonas aeruginosa*.
      2. *Pseudomonas myxogenes*.

A segunda é isolada da cerveja, não sendo patogenica e comporta-se, nas provas de fermentação, diferentemente de *Ps. aeruginosa*.

Outros germes dos generos *Streptococcus*, *Staphylococcus* e *Escherischia*, puramente de invasão secundaria, têm sido isolados por alguns experimentadores, nos casos cronicos.

Aconselho sempre sangrar os fornecedores de virus logo que a temperatura atinja o fastigio da curva termografica, nos dez primeiros dias da doença, afim de evitar a possibilidade de ser, com o virus, tambem colhido um desses germes septicemicos secundarios.

Resumindo este capítulo: — *Foram isolados, por hemocultura e em um osso longo, a "Salmonella suispestifer", a "Pasteurella suilla" e a "Pseudomonas aeruginosa". Esses tres germes fora midentificados pelas suas propriedades culturais, morfologicas, bioquimicas, sorologicas e biologicas. Nos focos pestilenciais, de onde foram ele sisolados, o sôro especifico contra o virus da peste suina, empregado a titulo curativo e profilatico, bastou para extinguir prontamente a mortandade. O resultado desta terapeutica especifica demonstra a importancia tambem secundaria desses germes na atiopatogenia da peste suina no Brasil.*

#### 9 — A peste suina e as helmintoses

As helmintoses são muito generalizadas em nosso País, de clima neotropico. Os suínos padecem muito, no Brasil, da ação patogenica dos *Nematodeos*, *Cestodeos*, *Trematodeos* e *Acantocefalos*.

Não sou daqueles, porém, que, sem um estudo experimental severo e imparcial, querem excluir a existencia da peste suína entre nós e atribuir sobretudo ás parasitoses a ação proeminente na patologia suina autoctone. Minhas investigações e as de outros investigadores levam-me a aceitar as helmintoses como um fator letifero bastante saliente, nas criações de porcos, mas a peste suína tambem está disseminada no territorio nacional, invadindo e matando as criações combatidas e aniquiladas pelas verminoses.

Numerosas vezes recebi material para estudo, sob suspeita de peste suína e, sendo negativas as inoculações, as medidas antelmínticas ordenadas bastavam por si só para normalizar a situação. Vezes outras, todas as suspeitas recaíam sobre as helmintoses, baldando-se entretanto, as medidas terapeuticas vermifugas; a peste suína, insuspeita, era o fator morbido.

Sob o rotulo e generalizado, de "bate-deira dos porcos", uma pleiade de doenças é confundida entre nós, trazendo muitas vezes o desprestigio da terapeutica, desarrazoadamente instituida contra doença etiologicamente não diagnosticadas.

*Alexandre Mello* (14) chamou a atenção para o exagero em ser atribuido ás helmintoses quasi tudo o que conhecemos de patologia suína no Brasil. Em nada divirjo deste ponto de vista e aí estão os estudos sobre a peste suína para autenticar a justeza dessa afirmação. Servem tambem de elementos nesse sentido as observações de *Bonilha de Toledo* (1), *Marques Lisboa* (2 e 3), *Carlos Sá* (7), *Americo Bras* (8, 9 e 10) e *Matins Penha* (11), que descrevem casos de peste suína nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o primeiro, é certo, quando ainda reinava obscuridade na etiologia da doença.

Segundo *Cesar Pinto & ayme Lins de Almeida* (15) são estes os helmintos occorrentes nos porcos brasileiros:

#### NOMATODEOS:

1. *Ascaris lumbricoides* L., 1758. Por vezes ocaiona enzootias principalmente nos leitões.
2. *Oesophagostomum dentatum* (Rud., 1803). Especie comum.
3. *Necator americanus* (Stiles, 1902).
4. *Stephanurus dentatus* (Otesing, 1839). Especie extremamente comum.
5. *Hyostrogylus ruldus* (Stiles & Hassal, 1892). Comum.
6. *Metastrongylus salmi*. Goedestlst, 1923. Frequente no Distrito Federal e Estados de São Paulo.
7. *Ascarops strongylina* (Rud. 1819).
8. *Physocephalus sexalatus* (Mellin, 1860).
9. *Trichuris trichiura* (L., 1771). Frequente.
10. *Strongyloides suis* (Lutz, 1894).

#### Cestodeos:

1. *Taenia sollum* L., 1758. Muito frequente sua formalarvar em certas regiões do país.
2. *Taenia Hydatigena* Pallas, 1766. Especie frequente (*Gysticercus tenuicellis* ou *C. hydatigenus*).
3. *Echinococcus granulosus* (Batsch, 1786) Frequente em certas regiões do Brasil.

#### Trematodeos:

1. *Fasciola hepatica* (L., 1758).
2. *Sticherchis giganteus* (Diesing, 1836).

#### Acantocephalo:

1. *Macracanthorhynchus hirudinaceus* (Pallas). Comu mno Brasil.

Quasi sempre a peste suína e as helmintoses são encontradas juntas, concorrendo ambas para intensificar a letalidade. Entretanto, tal como se encontram surtos de helmintoses — quasi sempre de ascaridiose —, assim tambem verificam-se epizootias puras de peste suína.

#### 10 — Sôro mixto, ativo contra o virus da peste suína e os germes associados

Conciente do papel secundario dos germes visíveis, julguei não obstante que a imunização dos porcos contra esses germes daria maior resistencia aos animais para lutarem contra o virus.

Tudo o que foi realizado nesse sentido não autoriza a consagração do metodo. Leitões bem nutridos, vacinados contra *Salmonella suispestifer* e *Pasteurella suilla*, *P. cuniculicida* e *P. avicida*, com suspensões formolizadas mortas, postos em contacto com outros doentes de peste e testemunhos não imunizados, contraíram a peste suína tipica e tão severa como a dos testemunhos.

De outra parte, o emprego comparativo de um soro mixto, ativo contra os germes associados e o vírus da peste suína, e um soro puramente virulicida, em nada foi favorável ao primeiro. Animais tratados com o primeiro salvaram-se da mesma maneira que com o segundo soro; em casos avançados da moléstia morreram igualmente os leitões respectivamente tratados com os dois soros.

### 8 — Receptividade

As raças nacionais mostram-se um pouco mais resistentes do que as raças melhoradas, mas os suínos de todas as raças são receptivos. Em começo, quando ainda não possuía um soro suficientemente ativo e em quantidade farta, perdi mais de 30 suínos nacionais pesando acima de 100 kilos, quando inoculados, em início de imunização, com vírus pestico e o soro pouco ativo. Isto prova a sua sensibilidade.

Numa epizootia de primeira invasão, os leitões são os primeiros a serem atingidos; entretanto, logo a seguir a doença mostra-se também muito severa nos adultos. Nestes a evolução da doença é mais longa, tendo-se oportunidade de constatar as diversas complicações da peste.

A imunidade não se transmite por hereditariedade. Leitões nascidos de porcas hiperimunes, fornecedoras de soro, mostraram-se experimentalmente são sensíveis quanto os outros, filhos de porcas não imunizadas. Mais adiante mostrarei como aproveito esses leitões como fornecedores de vírus.

Devo, todavia, salientar que os leitões filhos de porcas imunizadas, durante a fase de aleitamento, mostram-se naturalmente mais resistentes do que os outros.

Em todas as idades o estado de nutrição tem muita importância na evolução da doença, mas, possuindo uma causa específica infetosa, esta se manifesta tanto nos animais bem nutridos, como nos imprópriamente alimentados.

A boa higiene favorece muito a profilaxia.

*As raças autoctones apresentaram a mesma receptividade do que as melhoradas, mostrando-se, entretanto, às vezes mais resistencia aos embates da doença.*

### 11 — Estudo clínico

Não repetirei aqui tudo o que está estabelecido, nos tratados de patologia, sobre as manifestações clínicas da peste suína.

Quero apenas salientar que não me foi dado, nos casos naturais da doença autoctone, constatar a forma super-aguda, com temperatura entre 41.º a 42.º e morte dentro de 1 a 3 dias. Casos destes só os obtive experimentalmente, com o vírus brasileiro "S. Cruz".

Registram-se, entre nós, com maior frequência as formas aguda e crônica.

Na forma aguda pôde observar-se progressivamente a inapetência, elevação moderada da temperatura, emagrecimento, dispnéia ("batedeira"), astenia, parecia do trem posterior, às vezes erupção cutânea e coloração avermelhada da pele. Muito rara, a hematuria também pôde ser percebida. Esta forma evolue em uma a três semanas.

Dominada pelas afecções secundárias, a forma crônica evolue mais lentamente, com intermitência de melhoras e pioras. De olhos remelentos (Blepharo-conjuntivite), orelhas pendentes, pelos arrepiados, dorso em arco, fezes diarreicas, fétidas, as vítimas oferecem o quadro caquetizante desta forma mais vulgar da peste suína, entre nós.

Quanto ao período de incubação, experimental, por mim obtido com o "vírus S. Cruz" foi em média de 5 dias, com os períodos extremos de 4 a 18 dias (contaminação natural). Em 95% dos casos experimentais variou o período de incubação entre a 4 a 6 dias.

### 12 — Anatomia patológica

Nada de novo posso acrescentar neste capítulo.

Saliento, porém, a grandes dificuldades em obter-se, nas necropsias de porcos mortos pela infecção natural de peste suína nacional, lesões típicas da doença. Assim, o diagnóstico, inspirado apenas no resultado das necropsias, pode induzir a erro.

Com o "vírus S. Cruz", sempre com a maior regularidade, observei as lesões materiais próprias da peste suína. No fim deste trabalho junto alguns detalhes fotograficos a este respeito.

Não quero deixar de aludir, porém, ao aspecto anatomo-patológico diferencial entre a peste suína, a salmonelose e a pasteurolose. Para tal fim, foram inoculados suínos exclusivamente com o vírus pestico, outros com a *Salmonella suispestifer* e outro grupo com *Pasteurella suilla*.

Na peste suína ha hemorragias em varios órgãos, na pele, nas serosas e mucosas e na medula dos ossos. No começo as hemorragias localizam-se nos ganglios linfaticos cervicais, bronquios, peri-aorticos, lombares e renais; só

mais tarde é que são encontradas as hemorragias nas outras partes do corpo. Ao microscópio, os ganglios apresentam-se constantemente com focos hemorrágicos nos septos e nos seios. Os rins mostram-se anemiados, porém com pequenas hemorragias na substância cortical e no bacinete. Os rins tomam o aspecto de ovo pigmentado, de certas aves. Na bexiga urinaria existem também as hemorragias, bem como, no aparelho digestivo, no faringe, no estômago, intestinos grosso e delgado nos casos graves de infecção. As lesões pulmonares têm, outrossim, o caráter hemorrágico. Esse aspecto das lesões pulmonares pertencem á peste suína. Como se vê, as lesões primarias peculiares á peste, são menos importantes do que as secundarias, observadas no aparelho digestivo, com falsas membranas, as lesões difteroides.

Na salmonelose falta o caráter hemorrágico, característico da peste suína. Os ganglios linfáticos são, violáceos ou vermelhos turgescerentes, globulosos, de consistencia encefaloide; ás vezes, mais tarde, ao corte, notam-se pequenos pontos amarelos, amolecidos até a abcedação. As lesões intestinais pseudo-membranosas são superficiais e se deixam facilmente destacar, enquanto na peste porcina são muito aderentes. O filtrado dos órgãos não reproduz a doença nos porcos experimentalmente inoculados.

A pasteurelose é de marcha catarral, caseosa, raramente crupal. Os pulmões e o coração são os órgãos mais atacados: petequias, equimosos e sufusões hemorrágicas proprias das septicemias hemorrágicas. O filtrado dos órgão não reproduz a doença.

### 13 — Diagnostico

A peste suína não se tem manifestado por ondas em nosso país, como acontece na America do Norte; mantem-se localizada em varios pontos e a maioria dos focos ainda é ignorada. O veterinario quasi nunca é consultado pelos pequenos criadores; estes compra mtudo que lhes oferecem como eficaz e assim procuram combater a doença mal definida, que se vai tornando cronica e enzootica. O índice letuaria, a principio elevado, nas sucessivas gerações vai baixando um pouco, apesar de ser sempre pequeno o numero de leitões criados. Numerosos animais escapos tornam-se soffredores cronicos, mal desenvolvidos, portadores de lesões cronicas. Estes animais constituem o mais importante fator do contagio. Comerciadados, vão disseminando o virus pelas estradas e criarão focos á distancia.

Em observancia ao que ora sabemos sobre apatogenia do virus da peste dos porcos, não nos deveria ser dificil estabelecer o diagnostico pelo exame clinico e pela necropsia.

Isto porém só é facil no caso em que a virulencia é fraca, as vitimas isoladas ou mesmo o afetivo todo podem apresentar formas da doença ou tipos epizootiologicos que constituem grandes dificuldades para o estabelecimento do diagnostico.

Aqueles que se têm longamente occupado da peste dos porcos, entre nós, não deve ter escapado o fáto de que em certas propriedades e mesmo em certas regiões, a criação não prospera mais. Os adultos parecem saudios; os leitões, porém, morrem até 20 ou 40%<sup>o</sup>. Nas necropsias quasi nunca se encontra o espéto da peste suina aguda. Em regra o tratamento medicamentoso não beneficia e a mudança de higiene, bem como de alimentação, pouco influem. Esse estado de coisas perpetua-se por vários anos.

Certamente todos esses fatos constituiram embaraço para o diagnóstico cabal da peste suína no Brasil, levando alguns a afirmar sua inexistencia no país, e foram também esses fatos que por vários anos atrapalharam as pesquisas por mim realizadas sobre os virus brasileiros da peste suína.

Para firmar com exatidão o diagnóstico convem conjugar as indicações fornecidos pela clinica, pelas necropsias, pela sóroterapia especifica e pelas inoculações experimentaes.

As três primeiras são de facil execução, embora nem sempre suficientes.

As inoculações experimentais, para quem deseja cabalmente autenticar o morbo, são indispensaveis, porém dificultosas e custosas. Afim de que pudesse levar avante as investigações, tive de lançar mãos de leitões aproximadamente com 3 meses de idade, de pura Duroc-Jersey, criados seguramente ao abrigo de infecção.

Inocula-se uma suspensão organica, sangue, ou um pouco de urina filtrada em vela esterilizante para os germes visiveis. Injetando assim material suspeito, quasi nunca obtive reações clinicas perfeitas de peste suína, a não ser com o "virus S. Cruz".

Em face de uma reação negrativa ou duvidosa, após inoculação le material suspeito, não se deve precipitadamente infimar o diagnóstico de peste suína. E" aconselhavel, em tais casos, inocular 0,1 do cc., de virus patogênico, 25 a 30 dias depois, afim de verificar se com a inoculação prévia de um possivel virus de fraco poder patogênico não se estabeleceu a imunidade. Sómente depois é que será dado tirarem-se conclusões.

Este método é tardio, não podendo servir na pratica, onde não é possível aguardar tanto tempo pelo diagnóstico. É processo puramente experimental, para futura orientação epizootiologica e levantamento do mapa nosográfico.

Na prática, devemos voltar-nos á clínica, ás lesões anatomo-patológicas e aos efeitos da soroterapia, instituída segundo as regras adiante descritas. O emprego do sôro específico, com efeito, é um dos bons elementos indirectos do diagnóstico.

Finalmente, para pesquisar os germens de invasão secundaria é aconselhavel 'semear a medula de um osso longo nos meios usuais e inocular uma suspensão medular em pombo, cobaio e coelho. Dest'arte o diagnóstico experimental ficará completo.

#### 14 — D invasão das pacilgas pela peste suína.

Os porcos não atacados de peste, quando criados em terreno onde nunca existiu animal infetado, criam-se sem ataque da doença, a menos que o vírus seja introduzido para contagia-los, como veremos em seguida.

São tantos os meios pelos quais se podem contagiar os porcos, que esse fáto nos serve para demonstrar, melhor do que tudo, a importancia que assume a profilaxia da doença pelo sôro, sem o que quasi não seria possível criar porcos, tal a disseminação da doença.

O meio natural mais seguro para contagiar os leitões sadios é pôr entre êles um ou mais doentes de peste, ou suínos que procedam de lugares infetados.

Os porcos doentes ou que procedem de pocilga com peste, isto é, os "portadores de vírus" são os que com maior segurança propagam o mal, porque o vírus se encontra nas fêses, na urina, no corrimento nasal e dos olhos.

Com estes dados é facil compreender que o suíno se inféta comendo os alimentos sujos dêsses excretos, como também com a agua ou o barro em que chafurdam.

O vírus da peste suína pôde ser levado também de uma a outra pocilga por meio de transportes não desinfetados, gaiolas, veículos, etc.

Quando a manada é tocada pela estrada e nela ha algum doente ou portador de vírus, vai semeando pelo caminho, em larga estria, como se tal acontecesse em cultura, o contágio, com as fezes e a urina.

O vírus pôde fixar-se nas patas dos cavalos e outros animais, nas botinas das pessoas e daí o perigo da infecção ser levada a distancia sobretudo pelos "castradores", os visitantes e os negociantes de animais.

Os arroios, fios dagua, rios ou correntes dagua, quando contaminados pelos excrementos, levamo contágio a grande distancia.

Admite-se que as aves necrofagas, como os urubús, podem levar o vírus de um lugar a outro, nas patas.

Quando os suínos estão em liberdade, podem caminhar a grande distancia e levar a doença nas criações limitrofes, ou infetarem-se nas criações já invadidas.

O meio mais comum de introdução da infecção numa criação é, sem duvida alguma, a compra de animais novos e sua introdução, sem prévia quarentena, na pocilga sã. Muitas vezes morrem os animais da pocilga e ficam apenas os recém-adquiridos ;o criador não atribue a introdução da doença na pocilga aos animais que comprára. O fáto é simples: não morreu ou não adoeceu os animais comprados porque já sofreram a doença e curaram-se tornando-se portadores de vírus, que disseminam com a urina e as fezes, por algum tempo.

O desconhecimento destes fatos, aqui sumarizados, têm sido a maior causa do *disseminium* da peste suína em certos Estados do Brasil.

#### 15 — Medidas aconselhadas quando a peste suína appareceu na vizinhança

Não permitir visitas á fazenda invadida.

Impedir que os animais atravessem o cercado do vizinho.

Não guardar perto da pocilga os veículos que transitam pela estrada, onde também passam os do vizinho.

Desinfetar êsses veículos, com soda cáustica em solução a 2%, á entrada do estabelecimento.

Observar atenciosamente a criação para reconhecer imediatamente os primeiros casos suspeitos. Melhor será injetar sôro em todos, logo que fôr sabida a invasão na fazenda do vizinho, principalmente quando não se tem garantia da applicação minuciosa dessas medidas.

#### 16 — Modos de evitar o contágio com medidas higienicas

Ter instalações simples, porém limpas, bem ventiladas e onde o sol possa entrar pela manhã, á vontade. Estas instalações devem ser construídas longe dos caminhos publicos, dos arroios que procedam de outras propriedades ou cruzem com o terreno do vizinho.

Não entrar nas pocilgas sem desinfetar as mãos e as botinas, afim de evitar introduzir o vírus das estradas ou de outros lugares.

Porcos que foram ao mercado o ufeira devem ser colocados em lugar separado, em observação, longe da criação.

Porcos comprados devem ser isolados quarentenariamente, longe da criação e vigiados atentamente por dois meses. Não ha inconveniente de receberem o sôro durante a quarentena. Os tratadores desses animais não podem visitar a pocilga de criação.

Fazer com que os suínos se banhem em agua corrente, limpa.

Todo animal doente, magro, atrazado no crescimento, deve ser isolado imediatamente, longe da criação.

A desinfecção deve ser feita preferivelmente com soda caustica a 1ºº.

Por espirito de solidariedade e patriotismo, o criador que estiver com a peste em sua criação deve avisar os seus vizinhos para tomarem as precauções profilaticas.

Queimar todos os cadaveres, sistematicamente.

#### 17 — *Medidas sanitarias*

Nêste país vastíssimo, com um sistema de comunicações ainda insufficiente, com os Estados e Municipios mal aparelhados sob o ponto de vista de policia sanitaria animal, é impossivel, nos dias que correm, combater a peste suína sómente com as medidas sanitarias.

Teoricamente, a luta contra a doença mostra-se possivel pela aplicação metodica e cientifica destas medidas sanitarias. Nem mesmo nos países mais civilizados, com bôa rêde de transportes e grande densidade de população, não se conseguiu exterminar a peste suína com as medidas sanitarias.

Entre nós, tem concorrido preponderantemente para a disseminação da peste dos porcos a dificuldade do diagnostico nos focos antigos, nos quais a doença toma a fórmula lenta, insidiosa, às vezes mesmo insuspeita aos olhos pouco experientes. Neste meio tempo, são efetuadas vendas, trocas e transportes de animais ora curados, ora insuspeitamente infectados, que contribuem na disseminação do virus. Quando o diagnostico chega a ser instituido já é tarde para que a aplicação das medidas sanitarias tenha qualquer eficiencia.

Ademais, diante dos nossos conhecimentos atuais sobre o papel dos "portadores de virus", sómente deveria ser permitido, nas regiões ou nas propriedades contaminadas, o transporte para o açougue. Diante do atrazo das populações rurais e da vastidão do territorio brasileiro, salta á percepção a dificuldade da aplicação de tal medida e a má aplicação a tornaria ilusoria.

No Brasil, como aliás nos outros países, resta-nos felizmente um precioso meio de combate á peste suína, a imunização, como veremos.

#### 18 — *Tentativas de imunização pelo virus formulado*

Procurei vacinar leitões com virus formulado, imitando o que atualmente se faz na febre aftosa e na peste bovina.

Usei o virus A. P. A., muito ativo e o virus autoctone. A' suspensão organica misturava sangue, rico em virus, colhido no momento mais elevado da temperatura dos leitões experimentalmente inoculados.

Injetei a vacina pela subcutanea. Primeiramente só inoculei uma vez, 20 cc. colocando os vacinados na pocilga contaminada, 30 dias depois da inoculação. Adoeceram todos e morreram de peste suína tipica ou foram sangrados para obtenção de virus.

Injetei, depois, em outro lote, por 3 vezes ao todo, com intervalo de 7 dias, 20 cc. de cada vez, misturando os vacinados com os contaminados, 15 dias após a ultima inoculação da suspensão formulada. Os resultados foram parciais, morrendo de peste aproximadamente 15 0/0 dos leitões vacinados.

Não sou favoravel á vacinação por meio do virus morto, na peste suína.

Devo assinalar, tambem, que perdi muitos porcos, presumivelmente imunizados pelo virus formulado, inoculado pelo espaço de 2 meses, em alta dôse, e quando comecei a fazer carga com virus fresco, para hiperimuniza-los, afim de fornecerem sôro, adoeceram gravemente e morreram.

O Departamento de Agricultura, dos Estados Unidos da America do Norte, está fazendo experiencias com uma vacina idealizada por *Dorset*, onde o virus é tratado pelo cristal violeta. Apesar de esperançosos os resultados obtidos, ainda é cêdo para concluir.

#### 19 — *As dificuldades para obter o hiperimmune-sôro de baixo custo*

Consumi tempo e muita energia para resolver este caso. Não fosse o estímulo e amparo do grande mestre e amigo *Vital Brasil*, confesso, teria abandonado a tarefa na metade.

Do que serviria fabricar o sôro tecnicamente perfeita, se o se ualto valor o impossibilitaria de aplicação na pratica?

Outróra, quando havia deficiencia de tecnica, desfibrinava ou citratava-se o sangue dos porcos para emprega-lo. O "sôro verme-

lho", que tem toda a aparência de sangue, não é um produto livre de germes, não tem a potencia do "sôro claro", coagula ou deposita em fôrma de massa e por vezes determina abscessos, quando injetado. Ha cerca de 20 anos atraz foi a unica classe de produto empregado contra a peste suína. Com o evoluir da ciência, conseguiu-se obter um sôro claro e livre de germes, possivelmente determinados de abscessos, sôro claro que se diferencia do vermelho pelo fato de que todos os globulos do sangue foram eliminados, isto é, o produto é mais concentrado.

Procurei preparar o chamado sôro claro, imitando o que se faz atualmente em todo o mundo. Esbarrei, porém, numa dificuldade de ordem economica: o elevado valor monetario por que ficaria o sôro.

Com efeito, na America do Norte, onde se prepara em alta escala o sôro contra a peste suína, os porcos sofrem três sangrias na cauda, sendo a ultima a branco. Nas instalações ha inspetores veterinarios oficiais, que examinam a carcassa e as vicerias, que são dadas ao consumo publico. O sôro é pois, um sub-produto, porque o sangue seria perdido de qualquer maneira ou aproveitado como adubo.

Este processo não me parecer viável entre nós, onde o consumo de suínos é limitado apenas aos domingos e em numero muito restrito.

Deveria conceber um processo em que os fornecedores de sôro fossem conservados em larga carreira, doando sangue periodicamente. Isto foi realizado, sendo escolhido o processo das sangrias parciais nas veias mamarias.

Escolhem-se porcas pesando mais de 100 quilos e que tenham tido pelo menos duas gestações. Nelas o sistema venoso estará bem desenvolvido.

Em sua hiper-imunização não empreguei artifício diverso do que hoje é classico neste particular. Saliento apenas a necessidade de ser empregado sangue puro, desfibrinado, nas ultimas inoculações, em vez de suspensão virulenta de órgãos. O sangue é muito mais rico em virus; deve ser colhido no mesmo dia de serem procedidas as inoculações.

Cada individuo fornece, em media, 1.500 a 2.000 cc. de sangue, em cada sangria.

O sangue é obtido em tubos especiais. Não utilizei a citratação, a desfibrinação e a centrifugação usadas por outros colegas. Prefiro deixar processar-se a coagulação e decantar o sôro o rendimento medio de 55 a 65 cc. de sôro para cada 100 cc. de sangue, o que vem a ser praticamente igual ao rendimento pela centrifugação, dispensando uma operação que viria encarecer o produto.

Durante a fase de hiperimunização os suínos são constituídos em grupos de 4 a 6 e, para facilitar a escrituração, as inoculações são realizadas em todo o efetivo no mesmo dia, ou por grupos de 10 ou mais individuos.

O sôro de todos os animais de alta imunização é misturado e guardado na camara fria, depois de fenicado.

Destarte possui-se um sôro de atividade determinada, praticamente sempre a mesma, clarificado e filtrado em vela esterilizante.

Depois de misturado e dosado, o sôro é classificada e filtrado em vela esterilizante. Uma vez constatada a sua esterilidade bacteriologica, é distribuido em empolas ou em frascos estereis. Controla-se mais uma vez a esterilidade de duas empolas colhidas a esmo e o produto está pronto a ser lançado no consumo.

Do que acabei de expôr, verifica-se que, sob o ponto de vista do exame bacteriologico, sou mais exigente do que geralmente se estabelece nos outros países. Com efeito, enquanto alguns institutos limitam-se a fenolar o plasma centrifugado e outros a simultaneamente fenolar a 5 p. 1.000 e suoxolar a 1 p. 9.000, como o Instituto Pasteur de Alger, aqui no Brasil emprego o sôro (e não o plasma), fenolado apenas a 3 p. 1.000 e o esterilizo em vela esterilizante, depois de previa clarificação. A exigencia é a mesma da dos sôros para uso humano. O produto apresenta-se limpido, translucido, livre de qualquer germe e contem insignificante proporção de antiseptico.

A esterilização em vela e os dois exames bacteriologicos para germes cultivaveis, que exijo, garantem contra o que já algumas vezes aconteceu, em certos países, quando da exportação de sôro anti-pestico suíno foram verificados casos de aparecimento de rusiopatia ("ruiva") nos suínos que receberam o sôro. O imune-sôro não esterilizado em vela, procedente de países onde a rusiopatia é enzootica, não está escapo de levar o *Erisipelotrix-rusiopathiae* a regiões e países desse germe.

Não existindo, embora, em nosso país a rusiopatia, a esterilização em vela garantirá contra qualquer germe cultivável.

## 20 — As sangrias parciais

Não ha a menor duvida que a pratica das sangrias parciais nas veias mamarias tem, sob o ponto de vista da produção do sôro, capital importancia, visto como permite aumentar consideravelmente o rendimento dos porcos fornecedores de sôro. Por isto é que, de-

pois de algum tempo, resolvi empregar somente porcas no serviço e nas condições a que já me referi.

Cada individuo pôde ficar no serviço 3 a 5 anos, fornecendo muitos litros de sôro, sem o mínimo sofrimento. Quando, á força de muitas sangrias, as veias vão ficando obstruidas, depois de bem lavadas e desinfectadas as porcas vão á pocilga de criação, onde são fecundadas e sofrem uma ou duas gestações, fornecendo leitões para as inoculações experimentais. Voltam depois, com o sistema venoso melhorado, para a pocilga de hiperimunização.

Neste ritmo são entretidas em bom estado físico, habituando-se rapidamente a todas as manipulações, deixando de gritar incomodamente, como acontece ás primeiras intervenções.

Quando, ao cabo de longa carreira, a luz dos vasos não permite mais uma sangria compensadora, aconselho três efusões sanguíneas nas cocigenas, com intervalo de 7 a 10 dias, sendo a ultima á branco. A aspiração com o vacuo, pressão negativa de 25 a 30mm Hg, é indispensavel.

Este processo dispensa a intervenção nas veias jugulares, sempre demorada e custosa. A sangria nas jugulares, que só pôde ser efetuada mediante anestesia local, absolutamente não serve para ser empregada em larga escala.

Como meio de contensão pôde ser empregada uma mesa fortê ou a suspensão, conforme aparelho que empreguei. Este ultimo processo é o unico atualmente de que se vem servindo e o qual aconselho, pela sua eficiencia e simplicidade.

Com um pouco de habito, consegue-se apanhar a veia com uma agulha-trocater de calibre bem determinado, com a mesma facilidade com que se sangra os grandes herbívoros na jugular. Não é preciso descobrir a veia mamaria por meio de previa incisão; apanha-se o vaso por punção direta.

Dou a seguir o historico do suíno 13, por onde se verá, a titulo de exemplo, a carreira de uma porca fornecedora de sôro.

#### HISTORICO DO SUINO 13

- 28.11.30 — E' adquirido e pesa 130 kilos. Foi um dos primeiros suínos a ser imunizado. Neste mesmo dia recebeu 2 cc. de virus A. P. A. e 100 cc. de sôro algeriano.
2. 1.31 — Recebe mais 50 cc. do sôro algeriano.
11. 2.31 — Recebe suspensão de 200 cc., constante de baço e sangue do leitão n. 37, inoculado com virus A. P. A.
17. 2.31 — Recebe 500 cc. sangue virulento A. P. A.
24. 2.31 — 1.<sup>a</sup> sangria: 2.000 cc.
1. 3.31 — Recebe 300 cc. de sangue virulento A. P. A.
10. 3.31 — 2.<sup>a</sup> sangria: 2... cc.
1. 4.31 — Recebe 50 cc. de sangue virulento A. P. A.
10. 4.31 — Recebe 50 cc. de sangue virulento A. P. A.
25. 4.31 — 3.<sup>a</sup> sangria: 1.500 cc.
8. 5.31 — Recebe 500 cc. sangue virulento A. P. A.
15. 5.31 — 4.<sup>a</sup> sangria: 1.500 cc.
30. 5.31 — Recebe 200 cc. suspensão de vísceras e sangue A. P. A.
12. 6.31 — Recebe 500 cc. sangue virulento A. P. A.
19. 6.31 — 5.<sup>a</sup> sangria: 800 cc.
26. 6.31 — Recebe 1500 cc. de sangue A. P. A.
15. 7.31 — Recebe 500 cc. de sangue A. P. A.
21. 7.31 — 6.<sup>a</sup> sangria: 1.000 cc.
7. 8.31 — Recebe 100 cc. de sangue virulento A. P. A.
15. 8.31 — Recebe 500 cc. de sangue virulento A. P. A.
30. 8.31 — 7.<sup>a</sup> sangrias 1.500 cc.
11. 9.31 — Recebe 500 cc. de sangue virulento A. P. A.
27. 9.31 — 8.<sup>a</sup> sangria: 1.500 cc.
- 10.10.31 — Recebe 500 cc. sangue virulento A. P. A.
- 24.10.31 — 9.<sup>a</sup> sangrias 2.000 cc.
- 31.10.31 — Recebe 150 cc. sangue virus argentino Rosenbusch.
- 7.11.31 — Recebe 400 cc. virulento A. P. A.
- 24.11.31 — 10.<sup>a</sup> sangrias 2.000 cc.
- 11.12.31 — Recebe sangue e vísceras em suspensão, de um leitão inoculado com o virus A. P. A. — Não tendo sido possível inocular a suspensão organica no mesmo dia, ficou guardada em camara fria para ser injectada no dia seguinte, resultando d'ahi ter o animal apparecido doente em 18.12.31 com todos os symptomas de gangrena gástrica. Neste mesmo dia injecta-se 150 cc. de sôro anti-gangrenoso 1.V.B. O resultado foi bom, restabelecendo-se o animal em poucos dias.
24. 1.32 — Recebe 500 cc. de sangue virulento
15. 2.32 — 11.<sup>a</sup> sangria: 1.500 cc.
23. 2.32 — Recebe 200 cc. de sangue e 300 cc. suspensão de vísceras A. P. A.
28. 3.32 — Recebe 400 cc. sangue A. P. A.
12. 4.32 — 12.<sup>a</sup> sangria: 2.000 cc.
13. 4.32 — Recebe 400. cc. sangue virus argentino Rosenbusch.
27. 4.32 — 13.<sup>a</sup> sangria: 2.000 cc.
14. 5.32 — 14.<sup>a</sup> sangria: 2.000 cc.
25. 5.32 — Recebe 400 cc. sangue virulento A. P. A.
5. 6.32 — 15.<sup>a</sup> sangria: 2.000 cc.
9. 6.32 — Recebe 300 cc. sangue e 200 cc. suspensão vísceras A. P. A.
19. 6.32 — 16.<sup>a</sup> sangria: 2.000 cc.
29. 6.32 — Recebe 300 cc. sangue e 200 cc. suspensão virulenta A. P. A.
3. 8.32 — Recebe 300 cc. sangue e 200 cc. suspensão virulenta A. P. A.
12. 7.32 — 17.<sup>a</sup> sangria: 2.000 cc.
3. 8.32 — Recebe 300 cc. sangue e 200 cc. suspensão virulenta A. P. A.
20. 8.32 — 18.<sup>a</sup> sangrias 2.000 cc.
5. 9.32 — Recebe 200 cc. sangue e 300 cc. suspensão virulenta A. P. A.
17. 9.32 — 19.<sup>a</sup> sangrias 2.000 cc.
- 4.10.32 — Recebe 300 cc. sangue e 200 cc. suspensão virulenta A. P. A.
- 18.10.32 — 20.<sup>a</sup> sangria: 2.000 cc.
- 13.11.32 — Recebe 300 cc. sangue e 200 cc. suspensão virulenta A. P. A.
- 26.11.32 — 21.<sup>a</sup> sangria: 1.500 cc.
- 30.11.32 — Recebe 50 cc. sangue A. P. A. e 150 cc. virus argentino.
- 7.12.32 — Recebe 300 cc. sangue Rosenbusch e 200 cc. suspensão virulenta A. P. A.
- 13.12.32 — Recebe 300 cc. sangue e 200 cc. suspensão virulenta virus Rosenbusch.
- 28.12.32 — 22.<sup>a</sup> sangria: 2.000 cc.
18. 1.33 — Recebe 200 cc. sangue e 300 cc. suspensão virulenta A. P. A.
25. 1.33 — 23.<sup>a</sup> sangria: 2.000 cc.

Nesta data foi remetida para a pocilga de criação, afim de procrear e descansar, mais tarde retornando ao serviço.

Analisando a carreira deste suíno, verifica-se que durou 26 meses na primeira fase de serviço, fornecendo 41.300 cc. de sangue, que renderam 26.845 cc. de sôro (65<sup>o</sup>). O rendimento medio das sangrias, neste animal, sem esforço, foi de 1.796 cc. por intervenção.

O animal cresceu e engordou durante esse periodo de serviço: pesando inicialmente 110 quilos, apresentou 183 quilos no dia de baixar a pocilga de criar. Dois anos depois ainda estava e mserviço, rendendo mais cerca de 43 litros de sangue ou 28 de sôro.

Fica patente, por este exemplo, a vantagem do metodo.

### 21 — A dosagem do sôro

Não ha criterio unico na avaliação do valor protetor do sôro contra a peste suína, sendo que, entretanto, as divergencias não são importantes.

Desde 1922, existe na America do Norte um regulamento estabelecendo normas a este respeito. Não é permitido verificar-se a potencia de um volume acima de 100 litros de cada partido de sôro, que deve ser fenicado e bem misturado. O procedimento exigido é o seguinte: sobre 8 porcos sadios, pesando 18 a 40 quilos, 5 servem ao exame do sôro, recebendo cada um 20 cc. de sôro (0,5 a 1 cc. por quilo de peso vivo) num lado do corpo e 2 cc. de virus no outro lado. Os 3 restantes, que servirão de testemunhos, são inoculados com 2cc. de virus. E' exigido, no que concerne á atividade do virus, que pelo menos 2 animais testemunhos adoeçam entre 4 a 7 dias após a inoculação, apresentando a sintomatologia clinica propria da doença, grande elevação termica e que, á necropsia, sejam encontradas lesões da doença. Caso o virus não se mostre bastante ativo, se os suínos beneficiados com o sôro e os testemunhos mostrarem-se visivelmente doentes antes do 4.<sup>o</sup> dia após a injeção, ou se os porcos inoculados com o sôro manifestam sinais de outra doença durante o periodo de observação (21 dias), a prova não vale, devendo ser repetida em melhores condições. O sôro é declarado "suficientemente eficaz" desde que todos os suínos com ele inoculados permaneçam sadios ou desde que não mais de um adoença, mas venha a curar-se. O sôro é declarado "insuficientemente eficaz" se não mais de um suíno protegido manifesta-se doente após três dias, sem

curar-se completamente, ou se dois ou tres animais protegidos tornam-se visivelmente doentes após o terceiro dia.

Na Alemanha, desde 1926, a verificação do valôr imunizante do sôro contra a peste suína é praticada sobre 24 suínos, com o peso de 30 a 45 quilos, divididos em 3 lotes, em compartimentos diferentes. Dois lotes são constituídos de animais protegidos; o terceiro lote serve de testemunho. No lote A, inocula-se a dôse maxima de 30 cc. de sôro (0,6 a 1 cc. por quilo de peso vivo. Na série B os porcos não são logo submetidos a qualquer tratamento. O lote C recebe virus com o lote A. Desde que o primeiro animal se mostre febricitante é tratado curativamente com as dôses duplas de sôro e os do lote B, nesta data, são submetidos á inoculação preventiva preventiva com dôse simples de sôro e misturados ao lote C.

A prova é considerada como satisfatoria desde que, na serie C, seis animais se mostrem mortalmente doentes dentro de 20 dias. Não sendo assim, ou se mais de dois testemunhos apresentam febre logo dois dias depois de infectados, a prova deve ser repetida. O sôro é julgado utilizavel desde que, na serie A, submetida á vacinação simultanea, morram no maximo 3 porcos e que, na serie B morram recebeu sôro, no maximo 25<sup>o</sup> dos que, no além do 1.<sup>o</sup> porco que adoeceu e em seguida momento da inoculação de sôro não estavam febricitantes.

Na Hungria a dosagem é executada como na Alemanha, mas a serie B é omitida. Os porcos de 1.<sup>a</sup> serie recebem 0,8 a 1 cc. de sôro por quilo de peso vivo e aos mesmo tempo 1 cc. de virus; essa mesma dôse de virus é inoculada sem sôro nos testemunhos. A prova é considerada bôa quando todos os testemunhos morrem de peste porcina num lapso de 21 dias e que todos os animais protegidos parecem sadios e sem febre ao cabo da observação.

J. Kenda (1932), do Instituto Central de Higiene de Belgrado, propôs as seguintes diretivas para a verificação do valor imunizante do sôro: a dosagem será praticada sobre 15 porcos de raça selecionada, pesando em média 30 quilos e com a idade de 3 a 4 meses. Depois de pesados e marcados, os porcos serão repartidos em 5 grupos de 3 porcos cada um, que são observados clinicamente por dois dias. Os porcos clinicamente sadios, 1.<sup>o</sup> grupo, recebem 1 cc. de virus padrão e de outro lado do corpo 1 cc. de sôro por quilo de peso vivo. O 2.<sup>o</sup> grupo recebe a mesma quantidade de virus e 0,75 c. de sôro por quilo. O 3.<sup>o</sup> grupo, 0,5 c. de sôro por quiloc, para a mesma dose de virus (1cc.). O 4.<sup>o</sup> e o 5.<sup>o</sup> grupos servirão de testemunhos: o 4.<sup>o</sup> receberá o de testemu-

nhos: o 4.<sup>o</sup> receberá 1 cc. de vírus por unidade e o 5.<sup>o</sup> fica misturado com os do 4.<sup>o</sup>, sem qualquer proteção, para servir a uma prova do valôr curativo de sôro após infecção natural.

Os do 4.<sup>o</sup> grupo devem morrer dentro de 21 dias.

Dentre os do 5.<sup>o</sup> grupo, pelo menos dois animais devem adoecer de peste porcina no decorrer da observação. Logo aos primeiros sintomas clinicos serão inoculados com 1 e 2 cc. de sôro por quilô de peso vivo. Deixar-se-á morrer o outro deste grupo, que eventualmente venha adoecer, afim de poder estabelecer bacteriologicamente a causa da morte.

Caso morra um porco no 1.<sup>o</sup> grupo, poder-se-á não obstante deixar utilizar o sôro examinado, desde que no total dos três primeiros grupos 6 porcos, pelo menos, não apresentarem sinais da doença, durante a observação de 21 dias.

No Instituto de Soroterapia "Kamendin", em Sovi-Sad, as avaliações da potencia do sôro partem do titulo de 0,5 para cima.

No Instituto de Sorôterapia de Poredovic, em Zagub, as provas vão de 0,1 a 1 cc. de sôro por quilo de peso vivo.

Na União Soviética procedem-se habitualmente duas experiencias de dosagem. As quantidades de sôro variam de 0,3 a 0,9 de cc. por kilo de peso vivo.

J. Michalka efetua a dosagem inoculando respectivamente, 0,25 — 0,50 e 0,75 do cc. de sôro por k. p. v. O sôro que só protege com a dose de 0,75 de cc. não poderá ser exposto á venda sem a declaração de que as doses deverão ser aumentadas de 250%.

Pelo quadro abaixo verifica-se que as maiores exigencias são formuladas pela Hungria e a Iugoslavia, no que concerne ao virus; na qualificação de sôro os E. U. da America do Norte mostram-se os mais severos.

O Prof F. Rosenbusch, na Republica Argentina, no Instituto Biologico da Sociedade Rural, realiza a dosagem de cada partida de sôro em 20 leitões de 18 a 30 quilos, repartidos em 5 lotes de 3 e um de 5 leitões, (testemunhos).

Os 5 lotes de sôro-virus recebem doses constantes de virus fresco (2cm.3) e os de sôro variando desde 16 — 18 — 20 — 22 até 24 cm.3 de virus em cada um.

São observadas as reações termica e clinica pelo espaço de 20 dias. Deverão morrer os testemunhos no período máximo de 12 a 14 dias. Em sua grande maioria, porém, devem apresentar todos os sintomas bem evidentes de peste. Caso isto não suceda, considera-se os leitões inadequados e se repete a prova.

Decide a atividade do sôro a sobrevivencia dos leitões inoculados com o sôro-virus,

observando-se geralmente temperaturas elevadas nos lotes de menor quantidade de sôro, sendo que um ou outro pôde apresentar sintomas passageiros no lote de 16 cm.3 de sôro.

Rosenbusch prefere lotes maiores, como ficou exposto, para prevenir resultados duvidosos e reduzir a insegurança devida a resistencia individual que, em lotes pequenos, desnor-teiam. Ademais, a variação das doses de sôro fornecem um criterio da atividade do sôro e da diferença entre diversas partidas.

Como se deduz, o metodo seguido por Rosenbusch é excelente, servindo ao mesmo tempo para ser verificada a atividade do virus e do sôro.

Na dosagem do sôro, entre nós, dei preferencia ás exigencias americanas, muito severas no que concerne ao sôro. Primitivamente o virus empregado nessas provas era o Algeriano; logo que obtive o nacional "S. Cruz", também muito patogênico e constante em sua ação, passou ele a servir como padrão de dosagem. Devo, entretanto, ponderar que sempre que uma partida de sôro satisfizes as exigencias maximas, nas provas com aquele virus, nunca deixou também de proteger nas provas em que, para comparação, serviram os virus Africano ou o Americano. Virus pouco patogênicos e que não possuam ação mórbida uniforme, não devem ser utilizados nas provas de controle da ação protetora do sôro.

Na secção Sorôvacionoterapia do I. B. A. vigoram as exigencias americanas para a dosagem do sôro contra a peste suína.

## 22 — Como obter um sôro potente

A condição primordial para se obter ótimo sôro contra a peste dos porcos, ou seja o hiper-imune-sôro "claro", depende da amostra dos virus, que devem ser de excepcional virulencia.

O sôro obtido com a inoculação de amostras comuns ou pouco virulentas têm valôr imunizante precario, senão nulo, não satisfatorio nos casos de epizootias graves de peste suína, e nas provas de qualificação, não preenchem o mínimo das exigencias estipuladas.

Como antígeno, durante a hiperimunização, utilizei-me do sangue, suspensão de visceras e a propria carne dos leitões pestosos sangrados a branco, com o fim de doarem sangue para as inoculações antigenicas.

Esta era fornecida em estado fresco, depois de passada na maquina e misturada aos outros alimentos, aos suínos em fase de hiperimunização. Como a via digestiva é o meio natural de infecção, a ingestão de carne e visceras virulentas também mostra-se um

PAISES	SORO			VIRUS
	N. de animais	Dóse em cc. por quilo de vivo	EXIGENCIAS	
E. U. da A. do Norte . . . . .	8	0,5 a 1 cc	Um leitão póde adoecer, mas deve curar-se espontaneamente	3 2 testemunhos sobre 3 devem adoecer de P. s. entre o 4.º e o 7.º dias e morrer durante o prazo de observação (21 dias).
Alemanha . . . . .	8 (1)	0,6 a 1 cc.	No maximo três perdas	8 6 testemunhos devem morrer de P. s.
Hungria . . . . .	8	0,75 a 1 cc.	No maximo uma perda	8 3 testemunhos devem morrer durante a observação de 21 dias.
Iugoslavia . . . . .	3	0,50 do cc. 0,75 do cc. 1,00 cc.	2 devem morrer entre os de 0,5; entre os de 0,75 póde morrer um; entre os de 1cc. nenhum deve ficar mortalmente doente.	3 Todos os testemunhos devem morrer de P. s. durante a fase da ex-periencia.
Russia . . . . .	4	0,3 0,6 0,9	Desconhecidas	1 Desconhecidas
Brasil . . . . .	8	0,5 a 1 cc.	Um leitão póde adoecer, mas deve curar-se espontaneamente	3 2 testemunhos sobre 3 devem adoecer de P. s. entre o 4.º e o 7.º dia e morrer.
Argentina . . . . .	8	0,5 a 1 cc.	Um leitão póde adoecer, mas deve curar-se espontaneamente	3 2 testemunhos sobre 3 devem adoecer de P. s. entre o 4.º e o 7.º dia e morrer.

(1) Refiro apenas os animais inoculados sim ultaneamente com o soro e o virus.

meio auxiliar de imunização, aproveitando-se grande quantidade de antígeno por uma via natural.

Para empregar as vísceras (baço e fígado) estabelecerem elas conservadas em glicerina por tres dias no frígogeno a 3.<sup>o</sup> — 5.<sup>o</sup> C., antes de serem trituradas e suspensas em solução fisiologica, afim de serem inoculadas. Com essa precaução a glicerina esteriliza os germes banais, conservando o virus, que é inoculado em estado de pureza. A suspensão de órgão é inoculada sempre subcutaneamente e, no verão principalmente, as injeções devem ser procedidas o mais proximo possivel do preparo da suspensão. Observei, certa vez, varios casos graves e outros letais de edema gazoso, em suínos imunizados, quando, por inadvertencia do encarregado, a suspensão antigenica foi guardada de um dia para o outro.

Sómente inoculando grande quantidades de sangue virulento é que se consegue forçar a imunidade, levando-a ao limite padrão da dosagem do sôro. O sangue a principio pôde ser inoculado sob a pele; as duas ultimas inoculações devem ser efetuadas pelas vias endoperitoneal intra-venosa.

Sobre o ritmo das inoculações, chamo apenas a atenção para os intervalos, no inicio, que nunca devem ser inferiores a 15 dias entre duas inoculações. O espaço entre a primeira e a segunda inoculação deve ser minima de 25 dias. Perdi muitos animais quando pretendi correr. Em imunização, é preciso andar devagar quando se tem pressa: a natureza não dá saltos (*natura non facit saltus*).

O sangue obtido nas sangrias é deixado coagular na camara fria (3.<sup>o</sup>, 5.<sup>o</sup> C.) e depois o sôro é decantado, fenolado a 3<sup>o</sup> e misturado. A dosagem é procedida quando o volume atinge cerca de 100 litros. A legislação americana sabiamente não permite dosar volume superior a cem litros.

A parte solida do sangue é rejeitada. Bem demonstrado está que as substancias protetoras (anti-corpos) existem apenas no sôro e que os globulos vermelhos do sangue nenhum valôr têm na produção da imunidade. Todo produto vermelho ou pardo, como existe no consumo brasileiro, demonstra a presença de corpos estranhos que, aumentando o volume, diminuem o poder protetor da dose imunizando e, quando injetados, opõem-se á absorpção rapida, garantidora de melhor exito.

Tambem em nosso país, ha muitos anos passados, foi patenteado um produto que seria "sôro-vacina" contra a peste suína. Nas provas que com ele efetuei, mostrou-se absolutamente ineficaz, contra a infecção pelo virus nacional "S. Cruz", quer como preventi-

vo, quer como curativo. Neste particular devo salientar que o termo "sôro-vacina" é contra-científico porque, se sôro é virulicida, a junção do virus ao sôro acaba determinando a morte do virus. Ora, estando estabelecido que com o virus morto não se confere a imunidade contra a peste suína, como conciliar as duas coisas?

As tentativas de vacinação com o virus formolado, por mim efetuadas, não foram satisfatorias. O mesmo se deu com as experiencias de *Donatien* e *Lestoquard*, e outros investigadores. Em nenhum país do mundo a vacinação com o virus morto, contra a peste suína, é praticada oficialmente.

Como sôro realmente potente, deve entender-se aquele obtido pela inoculação crescente de doses de um virus de excepcional virulencia e, nas provas de proteção, aquele que se mostre realmente eficaz contra um virus muito patogênico, um virus adrede escolhido, que serve de padrão nessas provas. O "virus Santa Cruz", por exemplo, pôde servir como antígeno para a obtenção do sôro especifico, porque começa a elevar a temperatura entre o 3.<sup>o</sup> e o 5.<sup>o</sup> dias, mantendo-a acima de 14.<sup>o</sup> e determinando uniformemente a morte dos suínos com 30 a 40 quilos dentro de 21 dias. E", pois, um virus padrão.

### 23 — Do emprego do sôro

Até os dias que correm, ainda não foi descoberta a quimioterapia especifica da peste suína. As grandes fábricas fizeram experimentar em seus laboratorios, ou fóra deles, um verdadeiro arsenal quimico.

O sôro especifico é o unico produto realmente eficaz para curar com relatividade os animais doentes e sobretudo para evitar com segurança o contagio.

No Brasil, de modo geral, a virulencia da peste dos porcos, como ficou referido, é muito inferior da observada na America do Norte e certos países da Europa. Daí resulta, tambem de modo geral, que entre nós a quantidade de sôro a empregar é, em regra, um pouco menor do que no estrangeiro. Todavia, em certas regiões onde as epizootias são frequentes e muito mortíferas, o único critério exato de combate á doença é o emprego do sôro de acordo com o peso dos animais, conforme a tabela classica, levemente modificada:

Suínos abaixo de 10 quilos . . . .	10 cc
Suínos de 10 a 20 quilos . . . .	15 cc
Suínos de 20 a 30 quilos . . . .	20 cc
Suínos de 30 a 40 quilos . . . .	30 cc
Suínos de 40 a 50 quilos . . . .	40 cc
Suínos de 50 a 60 quilos . . . .	50 cc
Suínos acima de 60 quilos . . . .	60 cc

E mpcilgas infectadas, o emprego do sôro paralisa rapidamente a mortandade.

Nos animais clinicamente doentes as doses inoculáveis, via de regra, devem ser aumentadas 50%. O resultado do emprego do sôro como curativo é limitado; seu maior valor é preventivo.

Das numerosas experiencias comparativas do emprego do sôro como curativo, que em 1930 realizei com os sôros algeriano (Instituto Pasteur — *Donatien* e *Lestoquard*), americano (Laboratorio Lederle, — A. Eichhorn), alemão (Behring) e o brasileiro (Americo Braga), pude estabelecer o seguinte:

a) — Os suínos de 3 a 6 meses curam-se, porém lentamente. Nos recentemente desmamados pôde notar-se até 50% de perdas

b) — Os de mais de 6 meses curam-se com segurança, quando tratados logo no inicio.

c) — Os adultos doentes podem curar-se, sendo porém necessarias doses elevadas de sôro. A tosse persiste por algum tempo. Os suínos muito graves morrem.

d) — A fôrma intestinal em começo é rapidamente curavel; a fôrma pulmonar resiste mais, sendo aqui notada certa mortandade.

e) — O sôro alemão falhou totalmente; mais tarde, dosando sua atividade, para os virus. A. P. A., Americano e Português, foi verificado seu baixo poder protetor. Pondero, entretanto, que esse sôro tinha o seu limite de atividade a inspirar-se.

Felizmente, no Brasil, salvante certas regiões, a peste suína é de modo geral benigna, sendo excepcional isolar-se um virus hiper-virulento. De fôrma que, conforme estabeleceu o resultado do largo emprego do sôro na pratica corrente, sua ação quasi sempre é favorável em perto de 95% dos casos convenientemente tratados.

#### 24 — Sôro-contaminação — Sôro-vacinação

A pratica demonstrou aqui, como por toda a parte onde existe a peste suína, que os leitões inoculados preventivamente com o sôro em meio infectado se imuniza, solidamente por si só em contacto com o virus do sólo.

A este sistema, tão simples e eficiente, o unico empregado em nosso País, denomina-se *sôro-contaminação*.

E' processo indicado por *Donatien* e *Lestoquard* na Algeria, por Rosenbusch na Argentina e está sendo aconselhado, em certos países, em substituição á *sôro-vacinação*, que traz serio perigo.

Os estudos sôbre a pizootiologia da peste suína em nosso país induzem-se a desaconselhar o emprego generalizado da imunização simultanea, com sôro e virus, no territorio nacional.

Até que os fatos venham a demonstrar novos rumos, os sanitaristas veterinarios nacionais não deverão permitir o emprego generalizado desse processo. Quando, por exceção previamente concedida, o metodo tiver de ser executado em determinada criação, só poderá ser efetuado por veterinario official, que acompanhará o resultado, interditando o estabelecimento.

A pratica, em nosso país, tem demonstrado que com a inoculação protetora sómente do sôro, a doença é, em regra rapidamente paralizada; as perdas não passam de 10%. Pôde-se avaliar melhor esta percentagem quando comparada com as baixas da peste suína, nas condições naturais que oscilam entre 50 a 80% e mais.

#### 25 — Resumo

O A. relata observações e pesquisas sobre a peste suína no Brasil, o terceiro país colocado na escala suínotecnica mundial.

Antes de iniciar o preparo do Sôro especifico, procurou estudar as epizootias de peste suína que dizimam os rebanhos nacionais.

Faz o historico, sendo de opinião que a doença fôra remotamente introduzida com a importação de reprodutores de pura raça para melhorarem as qualidades zootecnicas dos suínos nacionais. A primeira epizootia, da qual ha noticia, observou-se no Estado de S. Paulo, em 1899.

Para pesquisar os virus brasileiros, empregou leitões da raça Duroc-Jersey, criados seguramente ao abrigo da infecção, em instalações adrede resistencia, que poderia prejudicar as conclusões. De modo geral, os virus estudados mostraram-se pouco patogenicos, mas foi obtida uma boa amostra, numa velha zona de concentração de porcos para o matadouro de Santa Cruz. Este virus, pelo A. denominado "S. Cruz", nome do local onde foi encontrado, mostrou ser filtravel através dos filtros esterelizantes de porcelana, resistente á glicerina, patogenico exclusivamente para os suínos, capaz de elevar a temperatura entre 3 a 5 dias, mantendo-a acima de 41.º C. e produzindo a morte de porcos com 30 a 40 quilos dentro de 21 dias, com todo o quadro sintomatologico e necroscopico da doença. Mostra que, no Brasil, como acontece nos outros países, existem virus de fraca e de forte patogenidade. Aqui, porém, não foi facil colher um virus muito ativo.

Afim de que fosse possivel realizar estudos imunológicos com o "virus S. Cruz", foi obtido virus e sôro Lederle e, por gentileza de A. *Donatien* e F. *Lestoquard*, o virus A. P. A. (Alger-Paris-Alger) e sôro algeriano. Mais tarde serviram nas provas o virus do laboratorio de Patologia Veterinária de

Portugal e o vírus do Instituto Biológico da Sociedade Rural Argentina, gentilmente cedido por *Rosenbusch*. O "vírus S. Cruz" em nada difere dos potentes vírus Argeliano e Americano e sua virulência também mostrou-se igual a do Português e do Argentino. Nas provas de imunidade cruzada todos estes vírus ou o soro com eles obtido conferiram mutuamente a proteção, levando a concluir pela identidade do vírus brasileiro com os exóticos e, portanto, pela unicidade dos vírus da peste suína. O A. chama a atenção para não ser confundida a diferença da virulência com a pluralidade de vírus da peste suína, que não existe.

Durante as pesquisas do vírus, também eram feitas culturas para descobrir germes cultiváveis. Foram isoladas a *Salmonella suispestifer*, a *Pasteurella suilla* e a *Pseudomona aeruginosa*. Esses três germes foram identificados pelas suas propriedades culturais, morfológicas, bioquímicas, sorológicas e biológicas. Nos focos pestilenciais, de onde foram eles isolados, o soro específico contra o vírus da peste suína, empregado a título curativo e profilático, bastou para extinguir prontamente a mortandade. O resultado desta terapia também secundária desses germes na etiopatogenia da peste suína no Brasil.

O A. refere-se que as helmintoses dos suínos são muito generalizadas no país e cita a lista dos *Nematodeos*, *Cestodeos* e *Acantocephalos* encontrados nos suínos brasileiros. Quasi sempre a peste suína e as helmintoses são encontradas juntas, concorrendo ambas para intensificar a letalidade. Entretanto, tal como se encontram surtos exclusivos de helmintoses, assim também verificam-se epizootias puras de peste suína.

Embora conciente do papel secundário dos germes visíveis, o A. pretendeu verificar se a imunização dos porcos contra esses germes daria maior resistência aos animais para lutarem contra o vírus específico. Tudo o que foi realizado nesse sentido não autoriza a consagração do método.

Quanto à recetividade, refere-se o A. que as raças nacionais se mostram um pouco mais resistentes do que as melhoradas, mas os suínos de todas as raças são recetivos.

Fazendo o estudo clínico da doença no País, refere-se que no Brasil se constata com maior frequência as formas aguda e crônica; a super-aguda só foi obtida experimentalmente.

Capítulo da anatomia patológica nada de novo pôde trazer. O A. salienta a grande dificuldade em obter-se, geralmente, nas necropsias de porcos mortos de peste suína natural, lesões típicas da doença. Assim, o diagnóstico inspirado apenas no resultado das ne-

cropsias pôde induzir a erro. O quadro necroscópico típico foi obtido, sempre com a maior regularidade, com o potente vírus nacional "S. Cruz".

Indica as normas que devem ser seguidas para o diagnóstico, apontando os meritos e demeritos dos vários elementos. Na prática devem-se voltar as vistas para a clínica, as lesões anatomo-patológicas e aos efeitos da soroterapia. O emprego do soro é, com efeito, um dos bons elementos indiretos do diagnóstico.

Refe-se depois aos vários processos das invasões das pocilgas brasileiras pela peste suína, fornecendo os elementos de defesa sanitária. Estuda com muita atenção a questão dos "portadores de vírus", os grandes responsáveis pela disseminação da doença.

Nas tentativas de imunização ativa com o vírus morto, empregando vários artificios modernos, morreram 15% dos leitões vacinados, quando expostos à infecção natural; a mortandade elevou-se de 100% quando a inoculação do antígeno foi realizada uma única vez.

A seguir relata todas as precauções tomadas no preparo do soro, sendo preferidas as sangrias periódicas nas veias mamárias. Em lugar onde não haveria consumo da carne dos suínos sangrados a branco, o método é o único capaz de condicionar a obtenção de um soro barato. Em vez de sangrar em plasma, para centrifugar, o A. prefere deixar o sangue coagular naturalmente, para obter o soro que, depois de misturado e dosado, é clarificado e filtrado em vela esterilizante. A esterilização em vela e os dois "controles" para germes cultiváveis, após a filtração e a distribuição em frascos, garantem contra o que já algumas vezes aconteceu, com certos países exportadores de soro, onde a rusiopatia sendo enzootica, o soro foi contaminado por *Erysipelotrix rusiopathiae*. Embora não existindo no Brasil a rusiopatia, a esterilização em vela garantirá contra qualquer germe cultivável e reduz ao mínimo o uso dos antissépticos, imprimindo ao soro excelentes qualidades.

Passa em revista as exigências para a dosagem do soro na América do Norte, Alemanha, Hungria, Iugoslavia, Rússia e termina optando pelo método americano, muito exigente no que respeita ao soro.

No que se refere ao alto poder imunizante do soro, assevera que a condição primordial para se obter ótimo soro depende da amostra de vírus (antígeno), que deve ser de excepcional virulência. Soro obtido com amostras pouco virulentas, têm valôr fraco, senão nulo. Como método de imunização lembra, além do que é clássico, o emprego da via digestiva, aproveitando-se a carne fresca, dos fornecido-

res de virus sangrados a branco, triturada na máquina e misturada aos outros alimentos. Como a via digestiva é o meio natural de infecção, a ingestão de alimentos virulentos também mostra-se um meio auxiliar de imunização, aproveitando-se grande quantidade de antígeno por uma via natural. Entretanto, só inoculando grandes quantidades de sangue virulento é que se consegue forçar a imunidade, levando-a ao limite padrão da dosagem do sôro. As duas últimas inoculações devem ser efetuadas pelas vias endo-peritoneal ou intra-venosa.

Por fim, discutindo o emprego do sôro, diz que, de modo geral, no Brasil a virulência da peste dos porcos é muito inferior da observada na America do Norte e certos países da Europa. Daí resulta, também de modo geral, que naquele país a quantidade de sôro a empregar é, em regra, um pouco menor do que no estrangeiro. Todavia, em certas regiões onde as epizootias são frequentes e muito mortíferas, o único critério exato de combate á doença é o emprego do sôro de acôrdo com o peso dos animais.

No Brasil só se emprega a sôro-contaminação. A sôro-vacinação, inoculação simultânea de sôro e virus, é desaconselhada, dado o perigo que oferece num país onde a doença é geralmente benigna. Protegidos com o sôro os animais reforçam sua imunidade em contacto com o virus do sólo, nas criações infectadas.

## 26 — Conclusões

### I

Com as pesquisas aqui relatadas, ficou definitivamente identificada a existencia da peste suína no Brasil.

### II

Em todas as provas de imunidade cruzada, ativa e passiva, o virus nacional comportou-se identicamente com os virus exóticos, típicos da peste suína.

### III

Como até a presente data a peste suína se manifeste, de modo geral, em carater benigno, em nosso País, um dos maiores do mundo na produção de suínos, urge que as vistas das autoridades sanitarias se voltem para esta doença, evitando sua disseminação.

### IV

A sôro-vacinação não deve ser permitida em nosso País, até que os fatos venham a demonstrar novos rumos na profilaxia da peste suína entre nós. Quando, por exceção previamente concedida, o metodo de inoculação simultânea de sôro e virus tiver de ser executado, só deverá ser efetuado por veterinario oficial, que acompanhará o resultado, interditando o estabelecimento.

### V

Aprática, em nosso País, tem demonstrado que com a inoculação protetora sómente de sôro, a doença é, em regra, rapidamente paralizada; as perdas não passam de 10%. Dispensa-se maior atenção a esse resultado quando comparado com as baixas da peste suína, nas condições naturais, que oscilam entre 50 a 80% e mais.

### VI

Em sua profilaxia o emprego dosôro é a arma mais eficaz, sendo necessaria a fiscalização do poder imunizante do sôro por parte do governo, afim de ser evitado o descredito trazido pelo emprego de produtos de pouco ou nenhum valôr protetor.

### VII

Ha necessidade de continuar a ser pesquisada a area geografica da peste suína no Brasil.

### VIII

Seria desejavel que fossem fornecidos recursos ao Instituto de Biologia Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal afim de que seja instituido um serviço de estudo da patologia suína nacional e também fossem preparados produtos biológicos contra as doenças que dizimam os suínos, causando impecilho ao mais rapido desenvolvimento da suino-cultura, uma das maiores industrias da produção animal brasileira.

# Conselho Federal de Comércio Exterior

A 8.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA  
A 9 DE JUNHO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 9 do corrente sob a presidência do diretor geral, a 8.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os conselheiros Leonardo Truda, Benjamin do Monte, Uldarico Cavalcanti, Raulino de Oliveira, Guilherme Weinschenck, João Firmino Correia de Araujo, Alves de Souza, Torres Filho, Salgado Scarpa, Alencastro Guimarães, Ildefonso Albano e Euvaldo Lodi.

Aprovada, sem debate, a ata da sessão anterior, o ministro Joaquim Eulálio deu conhecimento ao plenário dos seguintes despachos do Sr. Presidente da República:

a) aprovando a resolução atinente ao comparecimento do Brasil á Exposição Nacional do Canadá.

b) aprovando a resolução relativa á exportação do pinho brasileiro;

c) arquivando o processo que trata da exportação de minério de ferro.

No expediente foi lido o ofício em que o Ministério das Relações Exteriores encaminha cópia de uma nota dirigida á Embaixada do Brasil em Washington pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos da América a propósito das restrições existentes, naquele país, com relação á exportação de materiais considerados necessários á defesa nacional.

Foi igualmente lido o ofício em que a Comissão de Marinha Mercante participa haver recomendado ao agente do Lloyd Brasileiro em Nova York, para propor á Brasil-United States Freight Conference a redução de U. S. \$500 por tonelada, no frete de adubos procedentes da América do Norte, afim de atender aos interesses vitais da produção agrícola brasileira, conforme solicitação do Conselho.

Após o exame de outros assuntos, passou-se á ordem do dia.

Foi aprovado o parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, de que é relator o conselheiro Alves de Souza, sobre o processo — Possibilidades da indústria brasileira —, opinando pelo seu desdobramento em dez outros processos, em que serão estudados os diferentes aspectos deste problema. Depois, foi aprovado o parecer da mesma Camara opinando pelo arquivamento do processo que tra-

ta da cultura e moagem do trigo no Brasil. Em seguida, o conselheiro João Firmino deu um voto com restrições ao parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes sobre o processo — “Café solúvel Nescafé”.

Reaberta a discussão, falaram os conselheiros Salgado Scarpa, Leonardo Truda, Raulino de Oliveira, Euvaldo Lodi e Torres Filho, sendo depois aprovado um aditivo ao parecer, apresentado pelo conselheiro Benjamin do Monte.

A sessão terminou ás 19 horas.

## REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

O Conselho Federal de Comércio Exterior reuniu-se extraordinariamente no dia 5 do corrente, sob a presidência do diretor geral, para ultimar os estudos que vinha fazendo a respeito da indicação do conselheiro Lodi sobre fornecimento de matérias primas destinadas á indústria nacional. Durante a sessão, que durou cerca de 2 horas, foram examinados detidamente todos os aspectos de tão importante problema, ficando, por fim, assentadas as sugestões que o Conselho julgou conveniente submeter ao Sr. Presidente da República sobre o abastecimento normal da nossa indústria.

A 9.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA  
A 16 DE JUNHO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 16 do corrente, sob a presidência do diretor geral a 9.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os Conselheiros Leonardo Truda, Benjamin do Monte, Uldarico Cavalcanti, Raulino de Oliveira, João Firmino Correia de Araujo, Torres Filho, Guilherme Weinschenck, Alves de Souza, Santos Filho, Alencastro Guimarães, Ildefonso Albano, Euvaldo Lodi e Salgado Scarpa.

Aberta a sessão, o diretor geral comunicou ao Conselho os seguintes despachos do Sr. Presidente da República: a) aprovando a resolução relativa á defesa do patrimônio florestal do país e reconstituição dos pinheirais devastados; b) arquivando o processo que trata do serviço dos vigias no porto de Santos. Depois, o Ministro Joaquim Eulálio participou ao plenário que a Diretoria das Rendas Aduaneiras, examinando o processo atinente á classificação aduaneira da aparelhagem para

solda elétrica, cujo exame lhe fora pedido pelo Conselho, acabava de informar que a solicitação da Federação das Indústrias de São Paulo no sentido de ser obtida uma redução nos direitos sobre a referida aparelhagem, foi atendida, em parte, nas alterações introduzidas na tarifa aduaneira.

Comunicou, ainda, o diretor geral que o Sr. Presidente da República manifestara o grande interesse que lhe merecia a indicação feita no Conselho sobre o abastecimento de matérias primas à indústria nacional. O Conselheiro Lodi manifestou sua satisfação por essa importante notícia, que vinha mais uma vez patentear o interesse com que o Sr. Chefe da Nação encara os problemas do país, evitando, destarte, que a indústria venha a sofrer perturbações em seu funcionamento.

Terminado o exame do expediente, passou-se à ordem do dia.

Reaberta a discussão do parecer da Comissão sobre expansão do comércio da bacia amazônica, o Conselheiro Truda indicou uma série de medidas tendentes a fomentar o desenvolvimento econômico da região, que viriam também beneficiar os países vizinhos. Nêste sentido apresentou um substitutivo ao parecer, que, após ligeiro debate, foi aprovado. A seguir, foi aprovado o parecer da Câmara de Intercambio Comercial, Crédito, Cambio e Propaganda, de que é relator o Conselheiro Lodi, referente ao crédito hoteleiro e turístico.

Por fim, o Conselheiro Uldarico Cavalcanti justificou o parecer da Câmara de Tarifas Aduaneiras atinente ao processo que trata da redução de direitos para a importação de essências concentradas. Aberta a discussão, o Conselheiro Lodi salientou as vantagens que decorreriam para o país com o desenvolvimento das culturas das plantas odoríferas, cuja importancia preconizou, mormente, quando os países produtores estavam atualmente impedidos de atender aos mercados consumidores. Terminadas suas considerações, pediu e obteve vista do processo.

Finda a ordem do dia, o Conselheiro Torres Filho, em longa exposição, apreciou os dados contidos no relatório do presidente do Banco do Brasil, tecendo elogiosas referências à atuação do nosso mais importante estabelecimento de crédito. Examinando o trabalho desenvolvido pela Carteira de Crédito Agrícola, salientou, em face das cifras dos anteriores relatórios, o desenvolvimento de suas operações e exprimiu a satisfação da lavoura, de que é representante no Conselho, pelo cuidado que o crédito agrícola está merecendo da direção do Banco. Entretanto, observou o Conselheiro Torres Filho, algo ainda, se po-

deria fazer em amparo do pequeno produtor, do sitiante, do meeiro, neste terreno. Conquanto reconheça a dificuldade de semelhante operação, apresentava uma indicação no sentido de que o Conselho, em colaboração com o Banco do Brasil e ouvidas as classes interessadas, estudasse o meio de se encontrar uma fórmula que proporcionasse, por intermédio das cooperativas, este benefício a maior número de pequenos produtores.

#### A 10.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 23 DE JUNHO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 23 do corrente, sob a presidência do Diretor Geral, a 10.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os Conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Weinschenck, João Firmino Correia de Araujo, Artur Torres Filho, Ildfonso Albano, Alves de Souza, Salgado Scarpa, Euvaldo Lodi e Alencastro Guimarães.

Aprovada, sem debate, a ata da sessão anterior, o Ministro Joaquim Eulálio deu conhecimento ao plenário dos seguintes despachos do Sr. Presidente da República:

a) aprovando a seguinte resolução atinente à importação de matérias primas destinadas à indústria nacional: "O Conselho Federal de Comércio Exterior é de parecer que o Governo Federal, por intermédio da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, promova nos termos do decreto-lei n. 3.293, de 21 de Maio de 1941, a importação, para distribuição à produção nacional, das matérias primas, máquinas, aparelhos e utensílios necessários e sem similar produzidos no país, sujeitos a licença prévia de exportação, procedendo à fiscalização que julgar conveniente";

b) aprovando a resolução que opina pela criação de escritórios de propaganda e expansão do Brasil, com mostruários permanentes, em Caracas e Bogotá, nos moldes dos escritórios já existentes em outras cidades, determinando, também, que os encarregados daqueles escritórios ficarão incumbidos de examinar a conveniência de serem instalados outros em Panamá, Guatemala e México;

c) aprovando a resolução que trata do estabelecimento de acordos cambiais com a Colômbia, Venezuela e o Equador.

Passando ao exame do expediente da sessão, o Ministro Joaquim Eulálio disse que o Sr. Presidente da República continua bastante interessado na solução do problema do abastecimento de matérias primas à indústria, tendo a propósito recebido inúmeros officios, memoriais cartas e telegramas de associações

de classe e particulares. O assunto, declarou o Diretor Geral, estava afeto á Carteira de Exportação e Importação, a qual, segundo lhe comunicou o respectivo Diretor, Conselheiro Truda, já se acha em entendimentos com a Federação das Indústrias que apresentará, oportunamente, a relação dos artigos necessários á continuidade da vida industrial do país.

Em seguida, o Ministro Joaquim Eulálio trocou idéias com seus colegas sobre as atividades da Comissão de Defesa da Economia Nacional, mostrando que haveria conveniência em conjugar, mais intimamente, seus serviços com os do Conselho, afim de se obter maior rendimento de trabalho e também maior rapidez no exame dos problemas atribuídos a esses órgãos.

Anunciada a Ordem do Dia, o Conselheiro Guilherme Weinschenck, 1.º relator, expôs a matéria do processo que trata da criação de um instituto de estudo e pesquisas hidroclimatológicos, analisando, a seguir, as conclusões do parecer da Comissão Mixta. O Conselheiro Alves de Souza, cujo ponto de vista, fora aceito pela Comissão, fundamentou seu parecer, falando, depois, o Conselheiro Lodi que demonstrou a necessidade do processo baixar em diligências, para o fim de serem aduzidos novos elementos informativos, o que foi aceito pelo plenário.

Foi unanimemente aprovado o parecer da Camara de Intercambio Comercial, Crédito, Cambio e Propaganda, de que é relator o Conselheiro Ildefonso Albano, sôbre a organização de mostruários dos produtos de exportação do Brasil na União Sul-Africana. Foi igualmente aprovado o parecer da mesma Camara, também relatado pelo Conselheiro Ildefonso Albano sobre a organização de mostruários em Santiago do Chile.

Finda a Ordem do Dia, o Conselheiro tratou demoradamente do estudo e solução de diversos problemas referentes á economia nacional.

#### A 12.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 7 DE JULHO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 7 de Julho corrente, sob a presidência do Diretor Geral, a 12.ª sessão ordinária, a que compareceram os Conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamim do Monte, Raulino de Oliveira, Guilherme Weinschenck, João Firmino Correia de Araujo, Bulcão Ribas, Santos Filho, Ildefonso Albano, Salgado Scarpa, Arthur Torres Filho, Alves de Souza, Euvaldo Lodi e Alencastro Guimarães.

Aprovada, sem debate, a ata da sessão anterior, o Diretor Geral comunicou ao plenário que o Sr. Presidente da República aprovara a resolução referente á industrialização de café solúvel, e que deste ato já fora cientificado o Departamento Nacional do Café.

A respeito da resolução, já aprovada pelo Sr. Presidente da República, relativa á importação de matérias primas destinadas á indústria, informou o Diretor Geral que se realizara no Conselho uma conferência, da qual Indústrias e o diretor da Carteira de Exportação e Importação, para o fim de se assentar participaram o presidente da Federação das a maneira mais prática de efetuar essa operação.

Declarou, ainda, o Ministro Joaquim Eulálio que atendendo á solicitação formulada pelo Conselheiro Leonardo Truda, transmitira ao presidente da Comissão de Marinha Mercante cópia da correspondência apresentada por esse membro do Conselho, na qual exportadores brasileiros pleiteia a criação de uma linha de navegação para a Colômbia. Segundo informou o presidente da Comissão, logo que possível, será inaugurada uma linha que, partindo de Santos, sirva aos portos do Rio, do norte do Brasil, das Guianas, da Venezuela, da Colômbia, terminando no porto do México.

O Conselheiro Truda chamou a atenção para a circunstancia de que já se iniciou uma animadora corrente de negócios entre o Brasil e a Colômbia, a qual se avolumará no dia em que nossos vapores escalem em Barranquilla ou Cartagena.

Depois, o Conselho tratou do exame de assuntos de ordem econômica, findo o que, passou-se á Ordem do Dia.

Reaberta a discussão do parecer da Comissão Mixta sobre o processo intitulado "A crise da citricultura nacional, motivada pelo fechamento dos mercados europeus", falou, em primeiro lugar o Conselheiro Guilherme Weinschenck, relator da matéria. Em longa exposição, examinou pormenorizadamente as emendas apresentadas em sessão anterior, justificando, em relação a cada uma, o parecer da Comissão.

A seguir falaram, sucessivamente, os Conselheiros Euvaldo Lodi, que sustentou as emendas de sua autoria, e Bulcão Ribas que teceu considerações de natureza fiscal em torno do parecer.

Por sua vez, o Conselheiro Alencastro Guimarães fez longo exame da crise por que passa a citricultura, apontando diversos pontos, a seu ver, merecedores de estudo.

O Conselheiro Leonardo Truda, presidente da Comissão, no decorrer do debate, prestou diversos esclarecimentos, tendo igualmente o

Conselheiro Weinschenck respondido às observações emitidas por diversos membros do Conselho.

O Conselheiro Benjamim do Monte apresentou sugestões ao parecer que foram logo relatadas, tendo sido encaminhadas à Mesa novas emendas.

Por fim, o Conselheiro Torres Filho leu uma declaração de voto, no qual propugna pelo estabelecimento de medidas de caráter permanente, por meio de uma assistência técnica ao produtor e com o auxílio do crédito a juros módicos, a uma sessão extraordinária para o dia 10 do corrente, afim de se ultimar o exame da matéria.

A sessão terminou às 20 horas e 30 minutos.

### A 13.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 14 DE JULHO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 14 do corrente, sob a presidência do Diretor Geral, a 13.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os Conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamim do Monte, Raulino de Oliveira, Felix Ribas, Guilherme Weinschenck, Arthur Torres Filho, João Firmino Correia de Araujo, Ildefonso Albano, Salgado Scarpa, Alves de Souza, Alencastro Guimarães e Euvaldo Lodi.

Aprovada, sem debate a ata da sessão anterior, o Ministro Joaquim Eulálio comunicou ao plenário os seguintes despachos do Sr. Presidente da República:

— aprovando a resolução referente ao estabelecimento de convenções sobre marcas de fábrica, produtos farmacêuticos e rebate de tarifas; — aprovando a resolução relativa à celebração de um acordo comercial com a Guatemala.

Passando à Ordem do Dia, foi anunciado, em virtude de urgência, o parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais sobre comércio de cacau.

Feito o relato da matéria pelo Conselheiro Felix Ribas, o Conselheiro Torres Filho teceu diversas considerações em torno do assunto, dando, em seguida, as razões por que dava seu voto com restrições. Continuando a discussão, o Conselheiro Leonardo Truda pediu esclarecimentos sobre a matéria, que lhe foram prestados pelo relator, sendo depois aprovado o parecer. Da mesma Camara foi, sem discussão, aprovado o parecer sobre o processo denominado — Indústria de madeiras folheadas. Inportação e possibilidades de exportação, de que é relator o Conselheiro Raulino de Oliveira.

Depois foi reaberta a discussão do parecer da Comissão Mixta sobre o processo intitulado — “Crise da citricultura nacional, mo-

tivada pelo fechamento dos mercados europeus”. De início falou o Conselheiro Guilherme Weinschenck que começou por examinar o trabalho apresentado na última sessão pelo Conselheiro Benjamim do Monte, declarando que não só as sugestões nele contidas como as emitidas em plenário, no decorrer do debate, haviam sido devidamente consideradas pela Comissão, que decidira apresentar em aditamento ao seu parecer, outras conclusões, de forma a esclarecer, em definitivo, pontos sobre os quais haviam sido levantadas dúvidas, conclusões que o relator justificou verbalmente.

Depois, o Diretor Geral passou a ouvir a opinião dos presentes. O Conselheiro Torres Filho dispensou-se de novas considerações, por constar sua opinião do voto apresentado na última sessão.

O Conselheiro João Firmino Correia de Araujo, no intuito de harmoinizar os diversos pontos de vista suscitados no debate, apresentou um substitutivo, que dispõe sobre a criação de um órgão destinado a defender a citricultura. Por sua vez, o Conselheiro Euvaldo Lodi justificou um substitutivo, consubstanciando diversos aspectos do problema. Depois, o Conselheiro Leonardo Truda, presidente da Comissão encarregada do estudo da matéria, leu um trabalho em que fixou diversas preliminares, para serem decididas, antes da votação do parecer. Após animado debate, foi aprovado, com emendas, o parecer da Comissão.

Devido ao adiantado da hora, foi suspensa a sessão, tendo, antes, o Diretor Geral marcado uma sessão extraordinária para a próxima 5.<sup>a</sup>-feira, afim de serem examinados os pareceres já constantes da pauta dos trabalhos.

A sessão terminou às 21 horas.

### A 14.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 21 DE JULHO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 21 do corrente, sob a presidência do Diretor Geral, a 14.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamim do Monte, Guilherme Weinschenck, Felix Ribas, João Firmino Correia de Araujo, Arthur Torres Filho, Alves de Souza, Santos Filho, Salgado Scarpa, Ildefonso Albano e Euvaldo Lodi.

Aberta a sessão, o Diretor Geral comunicou ao plenário que o Sr. Presidente da República, aprovara, em 1.<sup>o</sup> do corrente mês, a seguinte resolução originada de um processo formado no Departamento de Imprensa e Propaganda, denominado “Crédito hoteleiro e turístico”:

O Conselho Federal de Comércio Exterior sugere, para solução, no momento, do problema de crédito turístico, que se recomende ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, auxiliadamente, em entendimento com o Departamento de Imprensa e Propaganda e de acordo com os dispositivos legais vigentes e as instruções da autoridade superior sobre a matéria, as empresas idôneas pertencentes aos seus quadros associativos que desejarem construir hotéis confortáveis e modernos, no Rio de Janeiro e nos Estados, com o objetivo de incrementar o turismo no Brasil".

A seguir, o Diretor Geral tratou do arquivamento de processos que perderam sua oportunidade, com o que concordou o plenário.

Passando á Ordem do Dia foi anunciado o processo que trata da exclusividade para a exportação da cera de ouricuri, marca "Franklin". De início, falou o conselheiro Santos Filho que explicou a atuação desenvolvida pela Fiscalização Bancária relativamente á exportação do produto. Depois, o conselheiro Torres Filho, relator da Camara de Produção, Consumo e Transportes, em longa exposição examinou todas as peças do processo, justificando, por fim, as conclusões do parecer da Camara. Seguiu-se com a palavra o conselheiro Ildefonso Albano que examinou a questão em seu aspecto legal. Travou-se, depois, ligeiro debate, apresentando o Conselheiro Felix Ribas emenda ao parecer, cujo exame foi adiado, por haver o conselheiro Ildefonso Albano pedido e obtido vista do processo.

O conselheiro Salgado Scarpa justificou, em detalhado relatório, o parecer da Comissão Mixta sobre a supressão, para a exportação de determinados produtos, da obrigatoriedade da entrega de 30% de cambio, á taxa oficial. O referido processo originou-se de uma proposta feita pelos delegados da Indústria e do Comércio, constante do relatório apresentado ao Sr. Presidente da República pelo conselheiro Leonardo Truda, chefe da Missão Econômica Brasileira, que no ano passado percorreu os países septentrionais da América do Sul e os da América Central. O objetivo do parecer é estimular a saída de produtos manufaturados, criando novas correntes de exportação, trazendo para o país novas fontes de renda. Durante a discussão, o conselheiro Santo Filho leu um longo voto vencido, em que apreciava minuciosamente a matéria e explicava o papel desempenhado pelo Banco do Brasil com referência á questão de cambio. A seguir, foi o parecer aprovado, contra os votos dos Srs. conselheiros Santos Filho e Ildefonso Albano.

A seguir, foi aprovado, por unanimidade, o parecer da Comissão Mixta, de que é relator o conselheiro Eivaldo Lodi, opinando pelo arquivamento do processo que trata da criação do Banco de Exportação e Importação. Declarou o conselheiro Lodi que o processo se originara de uma sugestão constante do relatório apresentado pelo chefe da Missão Econômica Brasileira, a qual é hoje uma realidade, e que, sob a chefia do conselheiro Truda, está prestando reais serviços ás classes trabalhadoras do país.

Por fim, foi aprovado o parecer da Camara, Consumo e Transportes, relatado pelo Conselheiro Torres Filho, sobre a situação dos estoques de couro existentes no país.

Finda a Ordem do Dia, o conselheiro Eivaldo Lodi assinalou a boa impressão que causara em todo o país a resolução aprovada pelo Sr. Presidente da República sobre crédito turístico, que vinha estimular o turismo, com evidentes vantagens para o país.

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 17 do corrente, sob a presidência do Diretor Geral, uma sessão extraordinária, a que compareceram os conselheiros Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Raulino de Oliveira, Guilherme Weinschenck, João Firmino Correia de Araujo, Arthur Torres Filho, Ildefonso Albano e Salgado Scarpa.

Aberta a sessão, o conselheiro João Firmino Correia de Araujo procedeu á leitura da redação final da resolução, que dispõe sobre medidas de amparo á atual safra da laranja exportavel, assunto que fora objeto de estudo no Conselho, durante três sessões consecutivas.

Posta a votos a redação final, o conselheiro Torres Filho aprovou-a com restrições, dentro do ponto de vista constante do voto já apresentado, esperando que seja o mesmo considerado, quando forem estudadas as medidas de carater permanente destinadas a amparar a citricultura nacional, a partir da safra 1941-1942.

O conselheiro Benjamin do Monte também aprovou a redação com restrições, explanadas numa declaração que apresentou.

O Conselheiro João Firmino Correia de Araujo declarou que, de acordo com sua opinião, era favorável a que o Conselho apresentasse logo um projeto de decreto-lei, afim de que as medidas por este órgão sugeridas entrassem em execução.

Por assim entender, solicitou ao Diretor Geral que á exposição a ser enviada ao Sr. Presidente da República fosse anexado o projeto que redigira, a título de subsídio.

A seguir, o conselheiro Guilherme Weinschenck relatou o processo que trata da concessão de novas normas de crédito para estímulo às exportações, justificando, depois, o parecer da Comissão Mixta.

Durante a discussão, o conselheiro Salgado Scarpa apresentou uma emenda substitutiva ao parecer, que foi aprovada. Em seguida, foi encerrada a sessão.

#### A 15.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 28 DE JULHO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 28 de Julho último, sob a presidência do Diretor Geral, a 15.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Raulino de Oliveira, Guilherme Weinschenck, Felix Ribas, João Firmino Correia de Araujo, Artur Torres Filho, Alves de Sousa, Ildefonso Albano, Alencastro Guimarães e Euvaldo Lodi.

Iniciados os trabalhos, foi, sem debate, aprovada a ata da sessão anterior.

A seguir, o ministro Joaquim Eulalio comunicou ao plenário os seguintes despachos do Sr. Presidente da República: a) aprovando a resolução que trata da expansão do comércio da bacia amazônica b) aprovando a resolução que dispõe sobre a organização e remessa, pelo Departamento Nacional de Indústria e Comércio, para a União Sul-Africana, de um mostruário de produtos de exportação, que possam interessar àquele país; c) arquivando o processo intitulado "Possibilidades de exportação de produtos brasileiros para a União Sul-Africana".

A propósito da recente resolução referente à importação de matérias primas, declarou o ministro Joaquim Eulalio haver recebido de diversos pontos do país manifestações de apreço pela adoção dessa medida. Entre elas, destacava o telegrama em que o Dr. Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo apresentava ao Conselho os agradecimentos dessa entidade pela atenção dispensada ao apelo dirigido ao Sr. Presidente da República, afirmando que os industriais paulistas aguardam confiantes a ação dos poderes públicos no sentido de atenuar a crise de suprimento de matérias primas, máquinas, aparelhos e utensílios necessários à indústria e sem similar produzido no país.

Ainda a respeito da importação de matérias primas, informou o conselheiro Leonardo Truda que a Comissão incumbida de receber os pedidos dos importadores já se reuniu, devendo em breve, convidar as firmas inte-

ressadas a apresentar suas solicitações. Esclareceu mais que um número apreciável de pedidos já chegou àquele órgão, em grande parte, encaminhados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, sendo de esperar que os interessados, para sua própria conveniência, não retardem a apresentação de suas propostas.

Adiantou mais o conselheiro Truda que a referida Comissão estava examinando diversas questões interessantes, para as quais procurava uma fórmula, que atendessem de modo mais pronto, dentro da lei, às necessidades da vida industrial do país. Retomando sua exposição, o Diretor Geral participou ao plenário que o Presidente da Comissão de Marinha Mercante comunicou ao Conselho haver conseguido, por intermédio da Agência Geral do Lloyd Brasileiro em Nova York, que a "Brazil United States Freight-Conference" declarasse aberto o frete para adubos. De conformidade com o parecer do Conselho, aprovado pelo Sr. Presidente da República, aquela Comissão fixou o frete do produto americano, para os portos brasileiros da escala direta dos navios, em 7.000 dólares por tonelada. Deste modo, acrescentou o ministro Joaquim Eulalio, a resolução do Conselho, de tanta vantagem para a nossa lavoura, foi plenamente atendida.

Em seguida, passou-se à Ordem do Dia.

De início, o conselheiro Alves de Souza, justificou uma indicação, subscrita também pelos conselheiros Benjamin do Monte e Torres Filho, na qual propõe ao Conselho que, após os devidos estudos, encareça ao Sr. Presidente da República a criação da carreira de Técnico de Economia, para atender às necessidades sempre crescentes dos Ministérios e dos órgãos que orientam, coordenam, controlam, superintendem e dirigem as atividades econômicas nacionais. Mostrou o conselheiro Alves de Souza que a rapidez com que os fenômenos econômicos, mormente com a situação criada pela atual guerra, surgem, atingindo profundamente a vida das nações, exigem a adoção de medidas adequadas e objetivas, de caráter essencialmente prático. Saliu que os técnicos improvisados, sem formação sistemática, que atendem com notável zelo e dedicação às necessidades da Administração no domínio econômico, devem evoluir no sentido de firmar um pendor vocacional num preparo básico que lhes possibilite uma visão completa da vida econômica nacional e universal, tornando-se aptos a desempenhar, com segurança, a elevada e complexa tarefa de proporcionar aos dirigentes todos os elementos que estes careçam para soluções acertadas. Aliás, far-se-á, no domínio econômico, o mesmo que se faz em outros setores, com reais

proveitos, com a criação das carreiras de Técnico de Educação e de Técnico de Administração. A indicação acima foi imediatamente considerada objeto de deliberação e encaminhada à Câmara competente.

Depois, fôï aprovado, com um aditivo, o parecer da Câmara de Produção, Consumo e Transportes, de que é relator o conselheiro Alves de Souza, sobre o processo relativo ao aproveitamento da mina de níquel de Buriti.

Em seguida, o conselheiro Benjamin do Monte, em longa exposição, examinou minuciosamente o processo referente à criação do Instituto Nacional de Carnes, apreciando a matéria em seus aspectos da produção, industrialização e distribuição, justificando, por fim, o parecer da Câmara de Produção, Consumo e Transportes. O trabalho do conselheiro Monte foi objeto de elogiosas referências dos conselheiros João Firmino, Torres Filho e Leonardo Truda, que acentuaram a maneira elevada e objetiva por que ele versara assunto de tanta magnitude.

Aprovado o parecer, foi a seguir, aprovado outro da mesma Câmara, também relatado pelo conselheiro Monte, relativo a um pedido de favores para a instalação de um matadouro frigorífico em Penápolis.

Por último, foi sem debate, o parecer da Câmara de Intercâmbio Comercial, Câmbio, Crédito e Propaganda, de que é relator o conselheiro Leonardo Truda, atinente à aquisição de salitre do Chile.

## A 17.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA

A 11 DE AGOSTO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 11 do corrente, sob a presidência do Diretor Geral, a 17.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Guilherme Weinschenk, Felix Ribas, João Firmino Correia de Araujo, Artur Torres Filho, Ildefonso Albano Alves de Souza, Salvador Scarpa e Euvaldo Lodi.

Aprovada, sem observações, a ata da sessão anterior, o ministro Joaquim Eulalio, iniciando o relatório verbal, disse que o Sr. Presidente da República continuava vivamente interessado pela solução do problema da importação de matérias primas, de que se vem ocupando a Carteira de Exportação e Importação, cujo regulamento acabava de ser aprovado.

Quanto à questão da próxima safra de laranjas, declarou o Diretor Geral que, conforme anunciara ao plenário, na sessão anterior, já se estão processando as providências para a colocação da colheita fluminense, aliás

solicitadas pelo Interventor Federal no Estado do Rio, estando designada uma comissão que considerará, particularmente, os seguintes pontos: — controle da exportação, visando assegurar ao produto, nos mercados exteriores ainda abertos, um preço razoável; — aproveitamento do restante da safra exportável para consumo nos mercados internos, e apresentação de uma fórmula de financiamento dentro das normas gerais da Carteira mos da proposta do Governo Fluminense, as plique em compromisso do Governo. Nos termos de Crédito Agrícola e Industrial, que não im-resoluções dessa Comissão serão, ainda, submetidas ao Sr. Presidente da República.

Continuando seu relatório, o ministro Joaquim Eulalio lamentou a ausência do conselheiro Sylvio Raulino de Oliveira que, indicado para assumir a chefia da "Brazilian Steel Commission", em breve, partirá para os Estados Unidos. Em seu nome de seus colegas e no seu próprio o Diretor Geral congratulou-se com o Conselho por tão feliz nomeação que recaia em um dos seus membros mais capazes, espirito conciliador e cuja cooperação se avultava nos momentos mais difíceis.

A pedido do Diretor Geral, o conselheiro Alves de Souza, participou ao plenário que a Câmara de Produção, Consumo e Transportes haviam comparecido os Srs. William F. Hoffmann Jr. e Mortimer T. Harvey, respectivamente vice-presidente e técnico de pesquisas da Irvington Varnish & Insulator Co., de Nova Jersey, Estados Unidos.

A referida firma dedica-se à industrialização da castanha do cajú, cujo líquido é empregado, com ótimos resultados no fabrico de isolantes elétricos, sapatas de freio; revestimentos para reservatórios, de grande resistência aos agentes químicos; discos de fricção; resinas para vernizes e tintas, além de várias outras aplicações, de largo emprego no atual momento. Pelo que afirmaram, estes industriais estão interessados na montagem de uma fábrica no Brasil, e já partiram em visita a Pernambuco, Ceará, etc., afim de verificar *in loco*, se os cajueirais do Norte permitem uma exploração econômica. Afigurando-se à Câmara interessante o aproveitamento em larga escala de uma fruta, abundante no país e de pouca aplicação, ofereceu aos visitantes, que aliás, não solicitaram favores para sua indústria, todos os préstimos para facilitar seus empreendimentos.

Em seguida, o conselheiro Leonardo Truda leu uma carta, em que uma firma desta praça, no intuito de compensar a perda dos mercados estrangeiros consumidores das nossas frutas cítricas, se propunha a exportar laranjas para a Venezuela, em navios do Lloyd Brasileiro. Do estudo a que procedeu,

para realizar seu objetivo, firma verificou que os fretes em vigor não permitem, no momento, sustentar esta exportação. Todavia, a firma desejava iniciar seus embarques a título de experiência, dentro de um frete a ser estipulado, suscetível de alterado, caso a transação suportasse. Comentando os termos da carta em questão, o conselheiro Leonardo Truda deu inteiro apoio, no que foi acompanhado por diversos conselheiros, a uma iniciativa que visava a conquista de novos mercados.

Por fim, o conselheiro Torres Filho, chamou a atenção do Conselho para o memorial em que o Sindicato dos Exportadores de Laranjas se queixam do recente ato do Instituto do Pinho majorando os preços das caixas. Recebendo o pedido, assegurou o Diretor Geral que o assunto seria objeto de estudo por aquele Instituto.

Passando á Ordem do Dia, foi, de início, aprovado, sem discussão, o parecer da Comissão Mixta, de que é relator o conselheiro Uldarico Cavalcanti, opinando pelo reinício das negociações com a Venezuela para a celebração de um Tratado Comercial, que promova o desenvolvimento do intercambio comercial entre os dois países.

Depois, foi aprovado outro parecer da mesma Comissão, relatado pelo conselheiro Uldarico Cavalcanti, em que se sugere a celebração de um tratado de comércio com o México e o estabelecimento de uma linha de navegação do Lloyd Brasileiro entre portos mexicanos e brasileiros.

Por último, foi aprovado o parecer da Camara de Intercambio Comercial, Crédito, Cambio e Propaganda, de que é relator o conselheiro Ildefonso Albano, sobre a participação do Conselho na 28.<sup>a</sup> reunião do Conselho Federal de Comércio Exterior de Nova York, ficando, por proposta do conselheiro João Firmino Correia de Araujo, encarregado o conselheiro Raulino de Oliveira de representar o Conselho nesse certame.

Terminando o exame da Ordem do Dia, o conselheiro Euvaldo Lodi disse que, pelos jornais, tivera a notícia de que o ministro João Alberto, ex-Diretor Geral do Conselho, realizava no Canadá uma série de conferências de propaganda do Brasil. Tão salutar empreendimento merecia especial aplauso, mesmo porque era realizado por um antigo companheiro, que no exterior continuava a atuar no mesmo sentido em que fizera quando na direção do Conselho.

A seguir, o conselheiro Uldarico Cavalcanti apresentou uma indicação, na qual, depois de enaltecer os trabalhos efetuados pelo Dr. Eloi de Moura, em colaboração com a Sra. Maria de Lourdes Lima Modiano, do

Ministério do Trabalho, sobre estatística do nosso comércio exterior, do qual já havia publicado um volume, propunha que o Conselho considerasse a conveniência de serem publicados outros pertinentes ao intercambio comercial com o Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Perú e Venezuela.

A sessão terminou ás 19 horas.

#### A 18.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINA'RIA REALIZADA A 18 DE AGOSTO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 18 do corrente, sob a presidência do Diretor Geral, a 18.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os conselheiros Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Raulino de Oliveira, Guilherme Weinschenck, João Firmino Correia de Araujo, Arthur Torres Filho, Alves de Souza, Santos Filho, Ildefonso Albano, Salgado Scarpa e Alencastro Guimarães.

Aprovada, sem observações, a ata da sessão anterior, o ministro Joaquim Eulalio participou ao plenário que segundo comunicação do Ministerio das Relações Exteriores, por decreto de 23 do mês passado, foi transferido da Legação do Brasil em Atenas para a Embaixada em Bogotá o Conselheiro Comercial Caio de Lima Cavalcanti. Com essa providência fica atendido um dos itens da resolução do Conselho, aprovada pelo Senhor Presidente da República, relativa ao processo que tem por título — *Criação de Escritórios de Informações, com mostruários permanentes, em determinados países americanos*. Foram igualmente objeto de comunicações ao Ministério do Trabalho os outros pontos visados pela citada resolução, isto é, a criação desses escritórios em Caracas e Bogotá, bem como no Panamá, na Guatemala e no México.

Comunicou, ainda, o Diretor Geral que a Comissão incumbida de solucionar o problema da safra da laranja, composta de três membros, um representante do Governo Fluminense, outro da Prefeitura do Distrito Federal e o terceiro do Ministério da Agricultura, se reunira pela primeira vez, dando logo início ao estudo do assunto, detendo-se, especialmente, no exame de medidas visando o controle da exportação e o estabelecimento de preços mínimos para o produto. Para patentear o interesse do Conselho, autor dessa iniciativa, o ministro Joaquim Eulalio solicitou ao conselheiro Benjamin do Monte, diretor da Camara de Produção, Consumo e Transportes, que acompanhasse os trabalhos da mencionada Comissão.

O Diretor Geral agradeceu ao conselheiro Alves de Souza, diretor, da Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura, a oferta de um magnífico mostruário contendo diversos tipos de quartzo, e ao conselheiro Raulino de Oliveira as amostras de material bélico, confeccionado com matéria prima exclusivamente nacional em máquinas acionadas com o petróleo de Lobato. Estas dádivas, disse o Diretor Geral, chegaram no momento em que se pretende reorganizar o Museu do Conselho.

Por último, o ministro Joaquim Eulalio apresentou ao conselheiro Raulino de Oliveira os votos de completo êxito na missão que vai exercer nos Estados Unidos e os agradecimentos de todos pelos excelentes serviços prestados ao Conselho. O conselheiro Raulino de Oliveira agradeceu as elogiosas referências tributadas à sua pessoa, manifestando seu reconhecimento às provas de atenção que sempre recebera de seus pares, afirmando que, durante sua permanência no Conselho, tivera o ensejo de aumentar seus conhecimentos no trato das múltiplas questões ali debatidas. O conselheiro Torres Filho felicitou o conselheiro Raulino de Oliveira pela nova investidura, onde irá prestar relevantes serviços, dada sua qualidade de técnico militar de grande renome, expressando-lhe o pesar geral pelo seu afastamento do Conselho, onde goza merecidamente de alto apreço, pela sua cultura e lhanza de trato. Esperava que no desempenho da nova missão se houvesse êle com o mesmo brilho e felicidade com que se conduzira no desempenho de outras.

### A INDUSTRIALIZAÇÃO DAS FRUTAS CITRÍCAS

Em seguida, o conselheiro Torres Filho tratou da nova indústria das frutas cítricas, em que o Conselho tem certa parcela de colaboração, a qual está se desenvolvendo de modo promissor. A falta de mercados consumidores do estrangeiro animou os interessados a cuidar do fabrico de óleos de laranja, que estão encontrando boa aceitação por parte dos importadores americanos, privados dos centros fornecedores da Palestina, Espanha, etc.

São Paulo, que tomou a iniciativa desta indústria, de grandes perspectivas econômicas, visando o aproveitamento da laranja em todos os seus elementos integrantes, conta atualmente com três grandes instalações. A de Taubateé, pertencente à Indústria Ramaciell S. A., montada com o capital de 2.500.000\$. O seu período de safra vai de Março a Setembro, trabalhando diariamente, 20 toneladas de laranja, com a produção diária de 8.500 litros de suco integral. 1.280 de suco concen-

trado, 50 quilos de óleo essencial concentrado e 4.000 quilos de farelo ou torta. O maquinário empregado, especializado, é constituído de máquinas nacionais e estrangeiras. A instalação de Sorocaba pertence à S. A. Indústrias Reunidas de Amido (Saíra). O período de safra nesta zona vai de Abril a Julho, trabalhando, por dia, cerca de 20 toneladas de laranjas, para a produção diária de 500 litros de suco concentrado, 100 quilos de óleo essencial, 2.400 quilos de farelo ou torta, além de quantidades variáveis de suco integral, brandy, cognac e pactina.

A terceira instalação localizada em Limeira, pertencente à Sociedade de Produtos Cítricos do Brasil Ltda., produz anualmente 15 toneladas de óleo essencial, 6 de citrato de cálcio e pequena quantidade de brandy.

Continuando sua exposição, o Conselheiro Torres Filho disse que, neste interim, fora enviado um técnico do Ministério da Agricultura, para que do contacto com os citricultores e industrias verificasse o que há de positivo neste setor. A notícia que trouxe o técnico, Dr. Moura Brasil, é altamente confortadora, porque demonstra a capacidade da nossa gente de lutar contra o imprevisível.

São Paulo, de cuja safra, orçada em . . . . 2.500.000 caixas, só saíram 300.000 caixas, para o exterior, apesar dos esforços do Governo, enveredou pela nova indústria com grande entusiasmo.

O Dr. Moura Brasil sentiu em Limeira um movimento generalizado entre os grandes produtores de aproveitarem a laranja para o fabrico de óleo, utilizando-se de material brasileiro. Dois são os tipos fabricados O americano, empregado em confeitarias e fábricas de bebidas, e o italiano, obtido pela raspagem, utilizado em perfumarias.

Acontece que há outras máquinas, de pequenos fabricantes, produzindo óleo de qualidade inferior. Diante da grande solicitação dos mercados americanos, onde o preço do quilo varia de 50\$000 a 80\$000, há o receio muito fundado, de que surjam artigos inferiores, que comprometam a produção brasileira. Daí o motivo por que os interessados apelaram para o Governo, pedindo a elaboração de regulamento que estabeleça as características dos tipos a serem exportados.

Interessante notar, declarou o conselheiro Torres Filho, que nos últimos dias surgiram em Limeira cerca de 20 pequenas fábricas de óleo, aumentando desta forma o consumo da laranja.

O Governo paulista, no interesse de acautelar a nova indústria, por intermédio da Secretaria da Agricultura, montou em Campi-

nas, na "Casa da Laranja", uma instalação dotada de centrífugas, para o fim de purificar o óleo produzido nas pequenas fábricas, de modo a que apresentem as qualidades exigidas pelos consumidores.

Afim de atender ao apelo dos interessados, o conselheiro Torres Filho propôs ao Conselho que solicitasse ao Ministério da Agricultura que baixasse logo o regulamento de padronização do óleo de laranja, e que o mesmo Ministério instalasse nos centros produtores centrífugas de grande capacidade para purificação do óleo.

Atendendo ao pedido do conselheiro João Firmino, o Dr. Moura Brasil, presente á sessão, informou que a laranja aproveitada é a do tipo — "Pera" — produzindo 6 caixas de laranja um quilo de óleo. O preço do produto industrial obtido de cada caixa oscila entre 8\$000 e 12\$000.

O interesse dos Estados Unidos de adquirir o óleo do Brasil está em que sendo sua laranja muito valorizada, a industrialização do produto não oferece preços remuneradores.

#### ORDEM DO DIA

A referida indicação, por proposta do Diretor Geral, foi imediatamente posta a votos e, em seguida, aprovada.

Passando-se á Ordem do Dia, foi aprovado, sem discussão, o parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras sobre a aplicação do decreto-lei n. 2.898, de 1938, relativo ao imposto de consumo, de que é relator o conselheiro João Firmino.

A seguir, foi aprovado, o parecer da Camara de Intercambio Comercial de que é relator o conselheiro Ildefonso Albano, sobre intercambio Comercial Brasil-Congo Belga.

#### A 19.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINA'RIA REALIZADA A 25 DE AGOSTO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 25 de Agosto findo, sob a presidência do Diretor Geral, a 19.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Guilherme Weinschenck, Felix Ribas, João Firmino Correia de Araujo, Arthur Torres Filho, Ildefonso Albano, Alves de Souza, Salgado Scarpa, Alencastro Guimarães e Euvaldo Lodi.

Aprovada, sem observações, alta da sessão anterior, o ministro Joaquim Eulalio participou ao plenário os seguintes despachos do Sr. Presidente da República: a) arquivando

o processo que trata da criação do Banco de Importação e Exportação; b) aprovando a resolução atinente ao estabelecimento de Camaras de Comércio na Venezuela e na Colômbia.

Comentando as medidas propostas pelo Conselho sobre a expansão do nosso comércio exterior na América, disse o ministro Joaquim Eulalio que, além da designação de um Conselheiro Comercial para Bogotá, já do conhecimento do plenário, a criação urgente de um Escritório de Informações e Propaganda do Brasil no México fora encarecida pela nossa representação diplomática naquele país. Ouvido o conselheiro Leonardo Truda, foi este de opinião que a medida em apreço era de real interesse e concorreria para estimular as relações comerciais entre os dois países, as quais já haviam sido objeto de estudos por parte da Missão Economica Brasileira, que a respeito formulara apreciações constantes do seu relatório.

Continuando sua exposição, o ministro Joaquim Eulalio leu o telegrama em que o Ministro do Brasil no Canadá, Sr. João Alberto Lins de Barros, ex-diretor do Conselho, apresenta cumprimentos pela feliz iniciativa do comparecimento do Brasil á Exposição de Toronto, recém-inaugurada, com êxito particular para o nosso país.

#### INDUSTRIA DE VIDROS PLANOS

A propósito da indústria de vidros planos, objeto de uma das recentes resoluções do Conselho, declarou o Diretor Geral que recebera a visita de representante de um grupo de capitalistas estrangeiros desejosos de instalar no Brasil esta indústria. Acabam estes industriais de montar uma grande fábrica no Canadá e esperam dentro deste ano, instalar uma no Brasil, depois de axaminar as condições técnicas relativas á escolha do local onde deverão fazer a montagem de suas instalações.

#### SUCEDANEO PARA A FOLHA DE

#### FLANDRES

Em seguida, o conselheiro Leonardo Truda considerou a conveniência de serem adotadas medidas tendentes a diminuir a crise por que passam as indústrias nacionais, devido á falta de certos artigos importados.

Aludia particularmente á escassez da folha de Flandres, cuja importação antes da guerra vinha aumentando de ano para ano, cada vez mais utilizada para diversos fins, maximé no acondicionamento de produtos, entre os quais, sobressaem as carnes de conserva,

artigo que está encontrando grande aceitação nos mercados americanos. Verificada a falta da folha de Flandres, achava que se devia, desde já, cogitar da sua substituição, sempre que possível, por sucedaneos, feitos de matérias primas nacionais, o que poderia ser feito com visível economia para o produtor, além de representar o aparecimento de uma nova fonte de renda para o país, pela utilização, em larga escala, de seus materiais.

Neste sentido, apresentou o conselheiro Leonardo Truda uma indicação, para ser estudada pela Comissão de Defesa da Economia Nacional, que deverá reunir um grupo de técnicos encarregada de propor as medidas práticas convenientes para que esta indicação seja executada com a possível urgência.

A proposição do conselheiro Truda foi imediatamente posta a votos e aprovada.

### A INDUSTRIA DE O'LEOS DE LARANJA

O conselheiro Torres Filho prestou informações relacionadas com a incipiente indústria de óleos de laranja, já comentada por si sobre a exportação de essências cítricas, pelos quais tivera a surpresa de verificar as grandes possibilidades desta indústria, surgida do fechamento dos mercados estrangeiros, consumidores da nossa laranja. Segundo as cifras, a exportação de essências pelo porto do Rio de Janeiro, no período de Junho, Julho até 25 de Agosto fluente, foi de 14.305 k., no valor de 1.296:030\$1, resultado sem dúvida bastante animador para uma iniciativa recentemente organizada.

### A CRISE DE O'LEO COMBUSTIVEL

Depois, o conselheiro Euvaldo Lodi deu esclarecimentos sobre a situação da crise de óleo combustível para a indústria, em face das dificuldades de navios tanques. As providências tomadas pelo Conselho Nacional de Petróleo, com a cooperação da Confederação Nacional da Indústria, teem resultado altamente proveitosos, estando já organizado um cadastro de todos os aparelhos de queima existentes nos Estados de São Paulo e do Rio e no Distrito Federal, resultante do exame e dos estudos procedidos diretamente pelo departamento técnico da Confederação Nacional da Indústria. Expôs o conselheiro Euvaldo Lodi, com detalhes, as notáveis economias já obtidas e em vias de serem conquistadas, não só pela substituição, nas caldeiras já convenientemente adaptadas, do óleo importado por outros combustíveis nacionais, como ainda pelo estabelecimento de controle em todos os apare-

lhos de queima. A situação, de fato, é imprevisível, quanto ao óleo combustível importado, por causa das exigências da guerra, adaptação da indústria nacional aos nossos de modo que constitue dever elementar a próprios recursos.

### ORDEM DO DIA

Depois, passou-se ao exame da Ordem do Dia. Foi, primeiro, aprovado, sem debate, o parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, de que é relato ro conselheiro Torres Filho, sobre a situação econômica do algodão, em face da guerra européia.

Depois o conselheiro Torres Filho fez promenorizada exposição de matéria do processo atinente á padronização do cumarú, para efeito da exportação. Originou-se o processo de um trabalho feito pelo Sr. Virgilio Campelo, do Instituto Nacional de Tecnologia, sobre este produto, conhecido no comércio mundial pelo nome de fava tonca, aplicada na indústria de perfumaria, óleos, sabões finos, e usada como sucedaneo da baunilha, tida até como planta medicinal, por causa de suas virtudes tônicas e espasmódicas. A exportação do cumarú, iniciada em 1933, com 31.000 k., chegou em 1937 a 195.230 k., no valor de 3.850 contos de réis. Contudo, devido á guerra, nossas remessas para o exterior diminuíram, registando as estatísticas para 1940 a saída de 148.864 k., no valor de . . . . 1.157:876\$0. Apreciando o trabalho e as sugestões do Sr. Virgilio Campelo, o conselheiro Torres Filho justificou o parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, que entre outras medidas, encarece ao Ministério da Agricultura a padronização do cumarú, até que o Instituto Nacional de Tecnologia possa indicar o método mais recomendável para o preparo do referido produto, recomendando também ao Instituto Agrônômico do Norte o estudo da fava, sob o ponto de vista da sua exploração em bases racionais. O parecer da Camara foi aceito na sua totalidade pelo plenário.

Em seguida, o conselheiro Uldarico Cavalcanti relatou o processo que cogita da organização de um Tratado de Comércio e Navegação com a Colômbia, justificando as conclusões do parecer da respectiva Comissão Mixta, as quais foram unanimemente aprovadas pelo Conselho.

Por último, foi aprovado o parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, de que é relator o conselheiro Alves de Souza, sobre a cessão de patentes para a exploração de polpas e celulose destinadas á fabricação de papel.

## A 20.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINARIA REALIZADA A 1 DE SETEMBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou a 1.<sup>o</sup> do corrente, sob a presidência do Diretor Geral, a 20.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os Conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Guilherme Weinschenck, Pedro Brando, João Firmino Correia de Araujo, Felix Ribas, Artur Torres Filho, Alves de Souza, Salgado Scarpa, Ildfonso Albano, Alencastro Guimarães e Euvaldo Lodi.

Aprovada, sem observações, a ata da sessão anterior, o ministro Joaquim Eulálio comunicou ao plenário os seguintes despachos do Senhor Presidente da República: a) aprovando a resolução atinente á adoção de novas normas de crédito bancário, para estímulo ás exportação; b) aprovando a resolução relativa á exploração do minério de níquel de Buritity; d) aprovando a resolução pertinente á situação dos estoques de couros existentes no país.

### SUCEDANEOS DA FOLHA DE FLANDRES

Referindo-se á indicação do Conselheiro Leonardo Truda, sobre a substituição da folha de Flandres por sucedaneos nacionais, no acondicionamento de produtos, o ministro Joaquim Eulálio declarou que já estava sendo organizada a comissão incumbida do estudo da matéria, aguardando-se, apenas, a designação dos representantes de diversos órgãos, para que se iniciem os seus trabalhos. Ao Conselho, acrescentou o Diretor Geral, estavam chegando, desde já, sugestões, indicando divresas medidas a serem tomadas, o que denota o interesse existente na procura de um meio prático, capaz de atender á indústria, suprimindo as deficiências impostas pela guerra. A este respeito, informou o Conselheiro Leonardo Truda que a Comissão de Fomento Inter-Americano estava empenhada em determinar trabalhos desse órgão que podem substituir os retirados do mercado, sendo os trabalhos desse órgão acompanhados com grande atenção nos Estados Unidos, os quais, serão, naturalmente, levados ao conhecimento dos interessados, no devido tempo.

### ORDEM DO DIA

Após uma troca de opiniões sobre assuntos de natureza econômica, passou-se á Ordem do Dia, sendo, primeiro, aprovado, com emendas, o parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais, de que foi relator o

Conselheiro Raulino de Oliveira, referente á isenção de direitos, sobre o papel destinado aos jornais. A seguir, o Conselheiro Felix Ribas fez pormenorizada exposição da matéria do processo atinente á isenção de direitos para a importação de tambores para óleo, justificando, depois, o respectivo parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras. Comentando o assunto, falaram os Conselheiros Pedro Brando e Euvaldo Lodi que prestaram diversos esclarecimentos. Por fim, foi aprovado, sem observações, o parecer da Camara de Produção, Consumo e Transporte, relatado pelo Conselheiro Benjamin do Monte, sobre taxas de classificação e fiscalização de couros.

### COMERÇIO DE ALGODÃO

Apreciando os dados referentes á exportação de algodão, o Conselheiro Torres Filho declarou que, contra a expectativa geral, o nosso produto foi no decorrer deste ano objeto de animada procura pelos importadores estrangeiros. Segundo informações da Agência no Estado de São Paulo do Serviço de Economia Rural, pelo porto de Santos, de Janeiro a Julho, saíram 930.549 fardos, com ... 173.252.378,5 quilos brutos, contra 536.819 fardos, com 100.356.040, em igual período de 1940. A primazia aos países compradores cabe ao Canadá, seguindo-se-lhe, por ordem decrescente, o Japão e a China.

Quanto aos sub-produtos de algodão, o movimento nos sete primeiros meses do ano fluente, elevou-se a 85:380:686\$030, sendo 82.803:766\$730, para o exterior e reis ..... 2.577:419\$300 para o país. Em igual período do ano passado, o movimento registado alcançou 79.865:448\$180, sendo reis ..... 79.708:617\$080 para o exterior e reis ..... 156:813\$100 para o país. Entre os sub-produtos, o linter e óleo, tiveram suas vendas ampliadas. O primeiro, cuja exportação decaíra, no ano passado, pelo fechamento dos mercados europeus, foi, no corrente exercício, grandemente procurado pelos Estados Unidos, que passou a ser o principal comprador de linter de São Paulo.

Após enumerar as cifras acima, o Conselheiro Torres Filho baseado num memorial que lhe foi dirigido, apresentou uma indicação, na qual pede ao Conselho que examine a situação dos maquinistas nacionais de algodão, proporcionando-lhes maiores recursos, afim de que possam manter suas atividades, independente de influências estranhas á classe. Após detalhar a questão, o Conselheiro Torres Filho apontou as medidas que devem ser adotadas com o fim de amparar uma nu-

merosa classe, que, desde há muito, está concorrendo, de modo decisivo, para o desenvolvimento da economia nacional.

#### RESOLUÇÕES APROVADAS PELO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

OSr. Presidente da República determinou, por despacho de 15 do mês ultimo, o arquivamento do processo n. 1.123, Vol. VIII, intitulado "Banco de Importação e Exportação", sobre o qual o Conselho adotara na sessão ordinária de 22 de Julho a seguinte resolução:

"O Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo tomado conhecimento do assunto de que trata a documentação anexa, é de parecer, de acordo com a conclusão da Comissão Mixta incumbida de estudar a matéria, que nada há a resolver a respeito, em vista da criação da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil".

O Sr. Presidente da República aprovou, ainda, por despacho do mesmo dia, a seguinte resolução adotada pelo Conselho na sessão plenária de 30 de Junho, relativa ao estabelecimento de Camaras de Comércio na Venezuela e na Colômbia (P. n. 1.123, Vol. X):

"O Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo tomado conhecimento do assunto tratado na documentação junta, é de parecer que se recomende ás representações diplomáticas na Venezuela e na Colômbia:

a) a ultimação das providências iniciadas pela Missão Econômica Brasileira para o estabelecimento da Junta de Conciliação e Arbitragem do Comércio Brasileiro-Venezuelano;

b) a instituição, logo que seja possível, em Caracas, da Camara do Comércio Brasileiro-Venezuelana;

c) a instituição, tão logo seja possível, de uma Camara de Comércio Brasileiro-Colombiana em Bogotá ou em Barranquilla, como parecer mais aconselhavel".

#### A 21.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINARIA REALIZADA A 8 DE SETEMBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou anteontem, sob a presidência do

Diretor Geral, a 21.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Guilherme Weinschenck, João Firmino Correia de Araujo, Felix Bulcão Ribas, Alves de Souza, Arthur Torres Filho, Ildefonso de Abreu Albano, Alencastro Guimarães, Salgado Scarpa e Euvaldo Lodi.

Aprovado, sem observações, a ata da sessão anterior, o ministro Joaquim Eulalio comunicou ao plenário os seguintes despachos do Sr. Presidente da República:

a) aprovando a resolução relativa ao comparecimento do Conselho á 28.<sup>a</sup> convenção anual do Conselho Nacional de Comércio Exterior da cidade de Nova York;

b) aprovando a resolução que dispõe sobre a criação do Instituto Nacional de Carnes;

c) aprovando a resolução referente á instalação de um matadouro-frigorífico em Penápolis, São Paulo;

d) aprovando a resolução relativa á oficialização das missões industriais;

e) aprovando a resolução que trata das restrições feitas em Portugal sobre importação de café do Brasil;

f) arquivamento, de acordo com a proposta do Conselho, o processo referente ao aumento de salário para os tripulantes de embarcações de pequena cabotagem.

#### AMPARO A CITRICULTURA

Finda a leitura dos despachos, o ministro Joaquim Eulalio declarou que o Ministério da Fazenda, ouvido pelo Sr. Presidente da República sobre a resolução que dispõe sobre a adoção de medidas de amparo á citricultura nacional, não concordara co algumas das sugestões do Conselho. Após uma troca de opiniões, ficou decidido que o parecer da Fazenda fosse encaminhado á Comissão criada, em virtude de solicitação do Interventor Federal no Estado do Rio, para tratar do escoamento da atual safra de laranjas.

A seguir, o conselheiro Torres Filho, após uma série de considerações, congratulou-se com o Conselho pelo ato do Senado argentino aprovando o novo Tratado de Comércio brasileiro-argentino, o qual vem inaugurar uma nova fase nas relações entre os dois países.

#### ORDEM DO DIA

Passando á Ordem do Dia, foi anunciado o processo que trata da indústria de invólucros invioláveis. Relatada a matéria pelo conselheiro Benjamin do Monte, que justificou o parecer da Camara de Produção e Consumo, o conselheiro Lodi propoz emendas de redu-

ção ao parecer, que foram aprovadas. Depois, o conselheiro João Firmino, em longa exposição, examinou o parecer da Câmara de Tarifas Aduaneiras referente ao processo que versa sobre a isenção de direitos para a importação de nitrato de sódio e cloreto de potássio. O assunto ensejou longa discussão, ficando, por fim, adiada, para novo exame do processo, de acordo com a deliberação do plenário. Por último, foi também adiada, em virtude de requerimento apresentado em plenário, a discussão do parecer da Câmara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais, de que é relator o conselheiro Uldarico Cavalcanti, sobre o consumo de café na Argentina.

#### RESOLUÇÕES DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O Sr. Presidente da República aprovou, por despacho de 21 de Agosto último, a seguinte resolução, adotada em sessão extraordinária de 17 de Julho, relativa à adoção de novas normas de crédito bancário, para estímulo às exportações:

“O Conselho Federal de Comércio, tomado conhecimento da documentação anexa, é de parecer que se recomende à Carteira de Exportação do Banco do Brasil a adoção, quando possível, das medidas, sobre crédito bancário para estímulo às exportações, que o chefe da Missão Econômica Brasileira sugere no seu relatório”.

O Sr. Presidente da República também aprovou, por despacho de 26 do mesmo mês, a seguinte resolução adotada em sessão plenária do dia 4, relativa à exportação de ceras vegetais:

“O Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo tomado conhecimento do assunto de que trata a documentação anexa e

Considerando a importância de que se reveste a exploração racional das ceras vegetais brasileiras e a conveniência que há em se assegurarem os mercados internacionais que a consomem;

Considerando mais o grande desenvolvimento da produção de sucedaneos e sintéticos que ameaçam esta riqueza, é de parecer que:

a) seja recomendado ao Ministério da Agricultura que, pelo Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas

em colaboração com os Estados produtores, organize um plano sistematizado de estudos experimentais das plantas ceríferas nacionais, especialmente da carnaúbeira e do ouricuri, com o objetivo de racionalizar a exploração dessa riqueza;

b) seja pelo Ministério da Agricultura promovida a organização de cooperativas de produtores de ceras vegetais, especialmente de carnaúba e de ouricuri, que visem a instalação de usinas de beneficiamento, habilitando-as à obtenção do financiamento proporcionado pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil;

c) seja recomendado ao Ministério da Agricultura que proceda, nos termos do decreto-lei n. 334, de 15 de Março de 1938, à padronização da cera de ouricuri”.

O Sr. Presidente da República aprovou, igualmente, por despacho de 26 do mês findo, a seguinte resolução, adotada pelo Conselho na sessão extraordinária de 17 de Julho, relativa à exploração do minério de níquel de Burití:

“O Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo tomado conhecimento do assunto de que trata a documentação anexa, de acordo com o parecer da Câmara de Produção, Consumo e Transportes e reconhecendo a necessidade de se proceder a um estudo técnico-econômico e financeiro para a organização de um plano de industrialização dos minérios de níquel, cobalto e cobre, de Burití ou São José do Tocantins, em Goiás, e de Liberdade, em Minas Gerais, sugere a organização de uma comissão para esse fim, constituída de técnicos dos Departamentos de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, de Estradas de Ferro e de Estradas de Rodagem do Ministério da Viação e Obras Públicas; da Diretoria do Material Bélico do Ministério da Guerra, de um instituto de pesquisas técnicas e do Departamento de Financiamento do Banco do Brasil”.

O Sr. Presidente da República aprovou, ainda, por despacho de 26 de Agosto findo, a seguinte resolução, adotada pelo Conselho na sessão plenária de 21 de Julho, relativa à situação dos estoques de couros existentes no país.

"O Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo tomado conhecimento do assunto de que trata a documentação anexa, é de parecer:

I — que seja levado ao conhecimento da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil o resultado do inquérito a que se procedeu sobre o assunto, do qual se verificou a existência de grandes estoques de couros secos e salgados que se destinavam á exportação e que se acham retidos por falta de mercado consumidor estrangeiro;

II — que o Conselho sugira a doção de providências com o fim de proteger os estoques de couros, bem assim de intensificar o consumo de seus artefatos no país, promovendo-os:

a) a industrialização intensiva dos couros secos e salgados por meio de curtimento, que permitirá a conservação em estoques por prazo mais longo;

b) a industrialização dos couros curtidos, pela transformação em calçados e em outros artefatos, com o objetivo de aumentar o consumo no mercado interno;

III — que se proceda a um inquérito, de facilitar a execução das providências dos itens *a* e *b*, voltando o processo ao relator, após a sua conclusão".

#### A 22.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINA'RIA REALIZADA A 15 DE SETEMBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 15 último, sob a presidência do Diretor Geral, a 22.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os Srs. conselheiros Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Alves de Souza, Euvaldo Lodi, Arthur Torres Filho, Felix Bulcão Ribas, João Firmino Correia de Araujo, Santos Filho, Pedro Brando, Ary Maurell Lobo, Guilherme Weinschenck, Salgado Scarpa, Ildefonso Albano e Alencastro Guimarães.

Aprovada, sem observações, a ata da sessão anterior, o ministro Joaquim Eulalio comunicou ao plenário os seguintes despachos do Sr. Presidente da República: *a*) aprovando a resolução relativa á celebração de um tratado comercial com a Venezuela; *b*) aprovando a resolução referente á indústria de madeiras folheadas; *c*) aprovando a resolução atinente á cultura e industrialização da oitica.

A seguir, o Diretor Geral declarou que tinha o prazer de saudar o novo companheiro de trabalho, o coronel Maurell Lobo, novo

conselheiro nomeado pelo Presidente da República, e que pela primeira vez, comparecia á sessão.

Referiu-se o ministro Joaquim Eulalio á cultura e capacidade do coronel Lobo, manifestada em livros e artigos, de todos conhecidos, assegurando a certeza de que nele iriam encontrar um valioso colaborador, e que, por outro lado, acharia ele em cada um de seus colegas o mesmo desejo de cooperação e auxilio recíproco, no desempenho dos encargos conferidos ao Conselho.

No relatório verbal o Ministro Joaquim Eulalio deu conhecimento ao Conselho do andamento de diversos assuntos de importancia para a economia do país.

#### SITUAÇÃO ECONOMICA DO ACRE

Em Junho do ano passado, o Conselho sugeriu ao Sr. Presidente da República a adopção de diversas medidas destinadas a fortalecer a economia da região acreana. O Conselho foi cientificado, pelos órgãos governamentais incumbidos de executar essas sugestões, que quase todas estão em via de ser levadas a efeito: o Conselho de Imigração e Colonização promoveu a ida de nordestinos para o Acre; o Ministério da Educação e Saúde estuda o problema do saneamento da região e difusão do ensino primário, por meio de escolas itinerantes; a Comissão de Marinha Mercante tomou providências no sentido de instituir a navegação dos altos rios, por meio de embarcações de pequeno calado; o Banco do Brasil criou uma sub-agência em Cruzeiro do Sul; o Ministério da Agricultura, finalmente, elaborou um plano de fomento da produção agro-pecuária da região, que submeteu á consideração do Conselho, o qual ainda voltará a examinar a matéria.

#### AS POSSIBILIDADES DO CHA' BRASILEIRO

Atendendo a uma determinação da Câmara de Produção, Consumo e Transportes, a Secção de Pesquisas iniciou um inquérito em São Paulo e Minas Gerais, afim de coligir elementos que permitam proceder a um estudo pormenorizado sobre a produção e comércio do chá, tendo enviado para esses dois Estados, 18 questionários, compreendendo cada um 28 quesitos. Com os elementos já obtidos, entre os quais, os fornecidos pelas Secretarias da Agricultura de São Paulo e Minas Gerais, e por dez agricultores, a Secretaria da Câmara de Produção está fazendo a apuração parcial que ficará completa, logo que cheguem os dados dos plantadores de Minas.

### COMISSÃO DE DEFESA DA LARANJA

Havendo o Sr. Presidente da República aprovado a sugestão do Interventor Federal no Estado do Rio sobre a defesa da laranja, foi constituída no Conselho uma comissão, que ficou composta dos Srs. Franklin Viegas, Ricardo Xavier da Silveira e Osvino Pena, representantes do Ministério da Agricultura, do Governo do Estado do Rio e da Prefeitura do Distrito Federal, respectivamente. Depois de várias reuniões, em que foram examinadas as dificuldades por que atravessa o comércio exportador, devido á perda de mercados externos a Comissão apresentou ao Diretor Geral, para serem submetidos á consideração do Sr. Presidente da República dois projetos. Num, se estabelece o regime de quotas para os exportadores, e no outro, ainda pendente de parecer do Instituto do Pinho, se trata do preço das caixas de madeira desarmadas. Já foi submetido ao Sr. Presidente da República um projeto criando, na Comissão de Defesa da Economia Nacional, a Junta Reguladora do Comércio da Laranja (J. R. C. L.), órgão encarregado de coordenar, controlar e superintender as atividades do comércio da laranja e seus produtos.

### O O'LEO DE BABAÇU" COMO COMBUSTIVEL

Por diversas vezes o Conselho tem se pronunciado sobre o valor do babaçú na economia nacional, e recentemente foi criada uma comissão especial, composta de técnicos para estudar o processo intitulado — Criação do Instituto do Babaçú. Esta Comissão está constituída dos Srs. Fernando Viriato Miranda Carvalho, representante do Estado do Maranhão, Dr. Adrião Caminha, representante do Ministério da Agricultura, Clovis Macedo Cortes, representante do Departamento N. de Portos e Navegação, Arthur Pereira Castilho, representante do Departamento N. de Estradas de Ferro e Francisco de Moura, representante do Conselho N. do Petróleo. A sua primeira reunião compareceram o Dr. Paulo Ramos, Interventor Federal no Estado do Maranhão. A Comissão assistiu experiências realizadas em motores "Deisel", em que foi empregado como combustível o óleo de babaçú (puro), tendo sido satisfatórios os resultados obtidos. Em breve estarão terminados seus trabalhos, que serão submetidos á Camara de Produção, Consumo e Transportes.

### COOPERATIVA DE PESCA

Por indicação do conselheiro Alencastro Guimarães, foi apresentado á Camara de Produção, Consumo e Transportes, um ante-pro-

jeto referente ás cooperativas de pesca e industrialização. Encarecendo a importancia do assunto, propôs o conselheiro Alencastro Guimarães que fosse efetuado um estudo geral do problema, afim de estabelecer a organização de cooperativas já previstas em lei, concedendo-lhes, porém, vantagens mais amplas. O Conselho já se dirigiu a diversas autoridades federais e estaduais, associações de classe e a técnicos, solicitando-lhes o respectivos parecer, havendo sido organizada uma comissão especial que emitirá parecer a respeito.

### FOLHAS DE FLANDRES

No mês passado, o conselheiro Leonardo Truda apresentou uma indicação em que pedia a realização de estudos destinados a verificar a possibilidade de ser substituída a folha de Flandres empregada no acondicionamento de diversos produtos, por outros recipientes de fácil obtenção, feitos de matéria prima nacional. A Comissão de Defesa da Economia Nacional, a quem está afeto o assunto, já se dirigiu ao Instituto Nacional de Tecnologia, ao Ministério da Agricultura, á Secretaria Geral de Saude e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal e á Confederação N. da Indústria, pedindo-lhes a indicação de representantes, que constituirão a Comissão de Técnicos encarregada de apontar a solução do problema. Tendo já sido designados tais representantes, deve a Comissão realizar, muito em breve, sua primeira reunião.

### A SITUAÇÃO DO MATE

Finda a leitura do relatório, o conselheiro Benjamin do Monte comunicou que o presidente do Instituto Nacional do Mate, a pedido do Diretor Geral, comparecera á Camara de Produção, Consumo e Transportes, onde fizera pormenorizada exposição das atividades deste órgão, indicando as medidas que estava, paulatinamente, pondo em prática, no sentido de conjugar os interesses dos produtores, industriais e exportadores. Descreveu a maneira porque está orientando a política de distribuição de quotas, detendo-se, por largo tempo, no exame das organizações cooperativistas, assunto que está estudando em colaboração com o Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura. Aludiu á posição do mate nos mercados externos e por fim, salientou o empenho em que estava de solver as dificuldades, que porventura surgissem, frisando seu desejo de manter permanente contacto com o Conselho, o que só poderá redundar em benefício da ação do Instituto. O conselheiro Monte manifestou a ótima impres-

são causada pela exposição do presidente do Instituto do Mate, que procura deste modo, acelerar as medidas tendentes a melhorar a situação da erva-mate.

### GUIA DOS EXPORTADORES

Depois, o conselheiro Euvaldo Lodi manifestou sua agradável impressão pelo recente trabalho elaborado pela Secretaria do Conselho, intitulado "Guia dos Exportadores", onde estão arroladas as firmas exportadoras registradas até 31 de Dezembro de 1940, na Secção do Fomento do Comércio Exterior. Disse S. Excia. que essa publicação recomendava o esforço e dedicação dos seus redatores, declarando que nela encontrara mais de mil firmas exportadoras nacionais, com as respectivas indicações, para fins de comércio, além de consignar detalhadas referências sobre diversos órgãos da administração pública, federais, estaduais, etc., associações de classe da agricultura, do comércio e indústria. Disse, mais, o conselheiro Euvaldo Lodi, que o "Guia dos Exportadores" constituirá elemento indispensável a todos quantos se preocupem com o desenvolvimento econômico, e terminou por solicitar fosse consignado em ata um voto de louvor por tão útil trabalho. O conselheiro Torres Filho, secundando as palavras de seu colega, louvou essa iniciativa que visa disciplinar nossa exportação, a qual coincide com os esforços empregados pelo Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, no sentido de manter no exterior o crédito do comércio brasileiro. Agradecendo as referências feitas pelos membros do Conselho, o Ministro Joaquim Eulalio salientou o interesse que já o Sr. Presidente da República manifestara por essa publicação, que seria distribuída, oportunamente, no exterior, por intermédio do Itamarati, e dentro do país, pela Secretaria do Conselho.

### ORDEM DO DIA

Passando á Ordem do Dia, foi aprovado, sem debate, o parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras, de que é relator o conselheiro Uldarico Cavalcanti, sobre cobrança de direitos alfandegários para a entrada de filtros de cabelo. Foi, depois, aprovado, sem discussão, o parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, relatado pelo conselheiro Benjamin do Monte, sobre exploração do quisto betuminoso de Maraú. Findo o exame da Ordem do Dia, o conselheiro Maurell Lobo, em ligeiras palavras, agradeceu as referências feitas á sua pessoa pelo Diretor Geral, bem como

pelos conselheiros João Firmino e Euvaldo Lodi, afirmando seu propósito de colaborar com o Conselho, na solução dos problemas que lhe estão afetos.

### A 23.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINA'RIA REALIZADA A 22 DE SETEMBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 22 do corrente, sob a presidência do Diretor Geral, a 23.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os Conselheiros Leonardo Truda, Benjamin do Monte, Uldarico Cavalcanti, Ari Maurell Lobo, João Firmino Correia de Araujo, Guilherme Weinschenck, Felix Ribas, Arthur Torres Filho, Ildefonso Albano, Alves de Souza e Euvaldo Lodi.

Aprovada, sem observações, a ata da sessão anterior, o Diretor Geral comunicou ao plenário que o Sr. Presidente da República aprovara a resolução referente á celebração de um tratado de comércio com o México, bem como de um acordo para o estabelecimento de uma linha de navegação do Loide Brasileiro entre aquele país e o Brasil.

Foi também aprovada pelo Sr. Presidente da República a resolução atinente á aplicação do decreto-lei n. 2.898, de 23 de Setembro de 1940, assunto que deverá ser submetido ao Ministro da Fazenda para esclarecimento de dúvidas existentes na citada lei.

A seguir, o Ministro Joaquim Eulálio declarou que a Comissão encarregada de examinar a questão das carnes, sugerida pelo Conselheiro Benjamin do Monte em relatório aprovado pela Camara de Produção, estava em vias de organizar-se devendo a mesma ser integrada de representantes das classes interessadas.

Logo que sua constituição ficasse determinada, realizaria sua primeira reunião, com a assistência do Conselheiro Monte.

### PROBLEMAS DA REGIÃO AMAZONICA

Passando á ordem do dia, foi anunciado o processo intitulado — "Problemas da região amazônica". Na ausência do relator, Conselheiro Raulino de Oliveira, o Diretor Geral pediu ao Conselheiro Torres Filho, autor da indicação que dera causa ao processo que fizesse o relatório da matéria.

Principiou o Conselheiro Torres Filho, recordando que o Conselho, por diversas vezes, já se pronunciou sobre questões da Amazônia, tendo emitido pareceres, de grande utilidade para a região. Inúmeros tem sido os processos organizados com a colaboração de técnicos, e as autoridades dos Estados interes-

sados, a começar pelos Interventores, compareceram ao Conselho para prestar esclarecimento a respeito da orientação a ser tomada para solucionar-se tão importante questão. Trata-se de uma região de mais de três milhões de quilômetros quadrados, onde impera a indústria extrativa, e cuja coluna vertebral foi a borracha. A depreciação desta acarretou o êxodo da população para outras zonas, deixando, por falta de braços, inexplorada, uma enorme reserva de riquezas, que merecem ser trabalhadas. Ainda recentemente, continuou o Conselheiro Torres Filho, o Sr. Presidente da República, ao percorrer o extremo norte do país, prometeu uma série de medidas que restabelecesse a antiga prosperidade, cuja execução já está sendo realizada.

Conhecendo a valiosa documentação existente nos arquivos do Conselho, resolveu o Conselheiro Torres Filho, apresentar uma indicação, em que propunha o seu reexame para a redação de um plano capaz de determinar medidas de caráter permanente. Depois, historiou os trabalhos da Comissão incumbida do estudo da matéria, que, na fase preparatória dos trabalhos, ouviu o Doutor Felisberto Camargo, diretor do Instituto Agrônomo do Norte, resultado da orientação do Governo, no sentido do aproveitamento racional das riquezas daquela zona.

O Doutor Felisberto Camargo, em interessante exposição, focalizou diversos aspectos dos problemas da região amazônica, referindo-se à organização e programa de trabalho do Instituto Agrônomo do Norte, que começaria a cuidar da borracha, passando depois a outros produtos, pela ordem de sua importância econômica. Frizou o Doutor Felisberto Camargo a necessidade de serem considerados em conjunto os diversos problemas da região, colocando-os sob uma orientação uniforme.

A Comissão ouviu também, em reunião especial, os Drs. Jorge Andrade e Huascar de Figueiredo, respectivamente, Sub-diretor da Fazenda do Amazonas e Procurador Fiscal da Fazenda do mesmo Estado, os quais, após um exame das condições da Amazônia, indicaram a necessidade de providências atinentes ao saneamento, colonização, transporte e crédito. Ficou resolvido pela Comissão que o relator, Conselheiro Raulino de Oliveira, formulasse uma série de quesitos, destinados a encarar o assunto, sob um aspecto mais específico, o qual foi respondido pelos interessados, por fim, declarou o Conselheiro Torres Filho, a Comissão ouviu o Sr. Eugenio Soares, presidente da Associação Comercial do Pará, que, em sua exposição, depois de considerar as di-

ficultades por que atravessa a Amazônia, mostrou a vantagem que haveria com o estabelecimento de um órgão federal, que supervisionasse as atividades econômicas da região.

Por fim, terminados os trabalhos, a Comissão deliberou, de acordo com o relator. Conselheiro Raulino de Oliveira, apresentar um projeto, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal de Expansão Econômica da Amazônia, órgão destinado a sistematizar e coordenar as atividades existentes, ou a criar, da administração pública federal, estadual e municipal, no sentido de incentivar as medidas técnicas, econômicas da Amazônia, abrangendo os problemas comuns aos Estados do Maranhão, Pará, Amazonas, Mato Grosso e Território do Acre.

Iniciando o debate, o Conselheiro Leonardo Truda declarou que daria seu voto favorável á criação do órgão proposto pela Comissão Mixta, que se incumbiria do estudo de vastos problemas, que só poderão ser considerados pela presença constante de um grupo de homens, que se dediquem á sua solução.

Examinou, em seguida, o texto dos dois decretos, publicados durante o ano para amparar a borracha, salientando que no primeiro não estava mencionado qual o órgão encarregado do controle dos preços.

Surgiu, então, o segundo decreto, de 25 de Agosto, pelo qual a Carteira de Exportação e Importação ficou encarregada de controlar os preços dos artefatos de borracha e da matéria prima destinada ao mercado interno.

Esclareceu, em seguida, que havendo a Carteira recebido comunicação oficial de que a Argentina e o México tinham também adotado medidas de controle de exportação, haviam sido informadas as Agências do Banco do Brasil em Belem e Manaus de que poderiam ser permitidas exportações de borracha para esses países, desde que tais exportações não prejudicassem o abastecimento interno e o fornecimento ao mercado norte americano.

Em seguida, apresentou o Conselheiro Truda os seguintes dados relativos á existência de borracha nos mercados do norte do país:

<i>Pará:</i>	<i>Toneladas</i>	
Existência em 1.º de Julho .....	886	
Entradas de 1.º de Julho a 20 de Setembro .. . . . . .	2.171	3.057
Saídas — de 1.º de Julho a 20 de Setembro:		
Estados Unidos .. . . . . .	383	
Sul do Brasil .. . . . . .	905	
Argentina .. . . . . .	300	1.586
Existência em 20 de Setembro .....	1.469	

De 1.º de Julho a 20 de Setembro entraram 2.171 toneladas, que somadas ás existentes dão um total de 3.057 toneladas. O movimento de saídas foi animador, conforme se depreende das cifras:

	<i>Toneladas</i>
Estados Unidos .. . . . . .	383
Sul do Brasil .. . . . . .	905
Argentina .. . . . . .	300
	<hr style="width: 10%; margin: 0 auto;"/>
	1.588

*Manaus:*

	<i>Toneladas</i>
Existência em 1.º de Julho .. . . . .	40é
Entradas — de 1.º de Julho a 2é de Setembro .. . . . .	1.83é 2.230
Saída — Exterior .. . . . .	316
Sul do Brasil .. . . . .	696 1.012
Existência em 20 de Setembro .. . . . .	1.218

Se considerarmos que o decreto é de 25 de Agosto, ponderou o Conselheiro Truda, ou que a exportação para a Argentina foi autorizada na semana passada, verificar-se-á que as saídas demonstram um movimento de transações satisfatórias. A Carteira estuda também a warrantagem do produto, desenvolvendo, por ora, apenas uma ação de presença.

Entretanto, o escoamento do total da safra da borracha se pode considerar perfeitamente assegurado, facultando-se á indústria nacional o indispensável suprimento de matéria prima.

Seguiu-se ligeiro debate em que tomaram parte os Conselheiros João Firmino, Benjamin do Monte e Torres Filho, findo o qual, o Conselheiro Maurell Lobo pediu e obteve vista do processo.

## OUTROS ASSUNTOS

Depois foi aprovado, com emendas dos Conselheiros Euvaldo Lodi e João Firmino, o parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, de que é relator o Conselheiro Benjamin do Monte, sobre embarque obrigatório em vapores do Loide Brasileiro, do material estrangeiro destinado ao Governo Federal.

Por último, foi aprovado, sem debate, o parecer da Camara de Intercambio Comercial, Credito, Cambio e Propaganda, relatado pelo Conselheiro Ildefonso Albano, sobre o convi-

te do Governo Colombiano para que o Brasil compareça á Exposição Nacional de Palmira.

Finda a ordem do dia, o Conselheiro Torres Filho apresentou uma indicação, pela qual se sugere á Prefeitura do Distrito Federal, para que, dentro do grande plano projetado para a cidade, seja incluído o do seu abastecimento, pela criação de um grande entreposto de distribuição e mercados regionais de abastecimento.

## A 24.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 29 DE SETEMBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 29 de Setembro de 1941, sob a presidência do Diretor Geral, a 24.ª sessão ordinária, a que compareceram os Conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Artur Torres Filho, João Firmino Correia de Araujo, Guilherme Weinschenck, Euvaldo Lodi, Francisco A. dos Santos Filho, Felix Bulcão Ribas, Ari Maurell Lobo, Ildefonso Albano, Alencastro Guimarães e Alves de Souza.

Aprovada, sem observações, a ata da sessão anterior, o Ministro Joaquim Eulalio comunicou ao plenário os seguintes despachos do Sr. Presidente da República:

a) aprovando a resolução referente á instalação da indústria do vidro plano;

b) aprovando a resolução que trata da indústria de envólucros invioláveis;

c) aprovando a resolução que dispõe sobre a padronização do cumarú, recomendando a adoção de diversas medidas no sentido de sua exploração, em bases racionais.

- A seguir, o Ministro Joaquim Eulalio participou ao plenário que o Ministério das Relações Exteriores convidara o Conselho para participar duma Comissão Mixta, composta de três membros, que deverá negociar o tratado de comércio e navegação a ser firmado com o Paraguai. Para representar o Conselho, o Ministro Joaquim Eulalio disse que designara o Conselheiro Uldarico Cavalcanti, diretor da Camara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais, o qual aceitara essa incumbência.

O Conselheiro Uldarico Cavalcanti, em breve palavras, agradeceu a missão que lhe fora outorgada, afirmando que envidaria todos os seus esforços para bem corresponder á confiança nele depositada.

## EXPORTAÇÃO DO PINHO

Depois, foi lido o fício em que o presidente do Instituto Nacional do Pinho descreve a atuação desse órgão no sentido de expan-

dir o comércio exterior do pinho, apesar das dificuldades existentes.

Confrontando-se a exportação do primeiro semestre do corrente ano, com a de igual período do ano passado, verifica-se um aumento, em volume, de 18.515 toneladas, e, em valor, de 16.528 contos.

Quanto ao mercado platino, as exportações do nosso produto, que representavam, em média, 45 % (quinquênio 1936-1940) sobre o total da importação argentina, atingiram, no primeiro semestre do ano em curso, a percentagem de 75 %, evidenciando um aumento de 30 %.

As entradas do pinho brasileiro no mercado platino aumentaram de 8.952.000 pés, em média, mensalmente, no primeiro semestre de 1940, para 13.298.000 pés, em média, durante o mesmo período de 1941, enquanto que as importações argentinas de pinhos americanos caíram de 7.541.000 pés para 4.426.000.

Alem disso, está sendo feita, com resultados promissores em concorrência ao "espruce", a introdução dos nossos tipos de 3.<sup>a</sup> qualidade, de bitolas especiais para construções.

O Instituto já se dirigiu ao Conselheiro Comercial do Brasil em Buenos Aires afim de obter do Governo Argentino que crie, na tarifa alfandegária, classes favorecidas em que se enquadrem o "Pinho Brasil" e os nossos "compensados".

Quanto á classificação de outras madeiras, o Instituto Nacional do Pinho está cooperando com o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura afim de ser feita a padronização das espécies mais importantes, destinadas á exportação.

## ORDEM DO DIA

Anunciada a ordem do dia, o conselheiro Benjamin do Monte relatou o processo intitulado — "Resoluções do II Congresso Brasileiro de Farmacia", enunciando, por fim, as conclusões do parecer em que a Camara de Produção, Consumo e Transportes aventa a realização de medida para utilização dos nossos recursos minerais. O referido parecer foi adotado, sem observações, pelo plenário.

Depois, o Conselheiro João Firmino Correia de Araujo examinou a matéria do processo relativo á isenção de direitos para a importação de nitrato de sódio e cloreto de potássio impuros. Após minucioso exame do assunto, o Conselheiro João Firmino analisou

os fundamentos das conclusões do parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras que foram aprovadas, juntamente com um aditivo da autoria do Conselheiro Uldarico Cavalcanti.

A seguir, foram sucessivamente aprovados, sem discussão, três pareceres da Camara de Produção, Consumo e Transportes, relatadas pelo Conselheiro Alencastro Guimarães, sobre os seguintes processos:

- a) Fretes marítimos de adubos;
- b) Aumento de salários para os tripulantes de embarcações de pequena cabotagem; e
- c) Estabelecimento de linhas de navegação do Lloyd Brasileiro para Colômbia, Panamá, Guatemala e México.

Examinando este processo, originado de sugestões formuladas pela Missão Econômica Brasileira, o Conselheiro Alencastro Guimarães enumerou as vantagens que hão de advir para o Brasil e, para o comércio americano em geral, da adoção dessas medidas, terminando seu relatório por recomendar ao Conselho um especial voto de louvor ao trabalho da Missão Econômica.

O Conselheiro Truda agradeceu as elogiosas referências á Missão emitidas pelo relator, e salientou a circunstancia de que as estatísticas recentes acusam o desenvolvimento do nosso comércio com os países mencionados na linha de navegação a ser estabelecida.

Tratando de produtos brasileiros consumidos em países da America Setentrional, mostrou que as cifras ainda não revelam precisamente o montante da nossa exportação, citando o caso do cacau que chega á Colômbia, através de intermediários de outros países. Após uma série de considerações em torno do assunto, Sua Excia. deu seu voto favoravel ao parecer, o qual foi unanimemente aprovado.

Relatado pelo Conselheiro Alves de Souza o processo sobre causas do encarecimento da vida no Brasil e justificado o respectivo parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, falaram sucessivamente, os conselheiros Santos Filho e Artur Torres que dissertaram sobre as causas determinantes da elevação dos preços. Em vista da complexidade do assunto, foi sua discussão adiada.

Por fim, o Conselheiro Uldarico Cavalcanti analisou o parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras sobre importação de direitos de importação para polpa de marmelo. Aberta a discussão, falaram os Conselheiros João Firmino e Euvaldo Lodi, tendo este solicitado vista do parecer.

A sessão terminou ás 19 horas e 40 minutos.

## SESSÃO DE 29-11-1941

Com extraordinária concorrência realizou-se no sábado, dia 29 de Novembro proximo passado, na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, a sessão especial para entrega dos diplomas aos alunos que terminaram no corrente ano os varios cursos ministrados na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura.

Presidiu os trabalhos o Sr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade, que, ao abri-los, convidou para a mesa os senhores representantes do Sr. Ministro da Agricultura, do Departamento de Educação, da Escola Nacional de Agronomia, do Colegio Universitario, professor Geraldo Kulmann, e os membros da Congregação da Escola.

Usa da palavra o Sr. Arruda Camara que historia, para os presentes, as varias fases dos cursos da Escola, mostrando a necessidade, que temos de tecnicos e profissionais, concientes, amparados por sólidos preparo e tirocínio nos trabalhos práticos. Mostra em rápida síntese os métodos de ensino seguidos á rigor, sempre e sempre observado, na concessão dos graus ou titulos profissionais, encarecendo o acerto dessa orientação, traduzida na procura que ha, por parte de empresas particulares e mesmo de serviços públicos, nos titulados da Escola de Horticultura Wenceslau Bello. Cita, a proposito, que, até, agora, os diplomados pelo Estabelecimento estão todos empregados.

Ha um ponto, todavia, que deseja justificar perante a Diretoria da Sociedade e das autoridades presentes: é aquele que se refere ao ensino de desenho e de História Natural, especialmente de botanica, que tem sido objeto de reparos, achando alguns que a natureza da Escola, não comporta o desenvolvimento dado. E' um engano que precisa ser desfeito pois que o ensino dessas materias, como é feito, objetivamente, torna-se indispensavel a formação profissional dos horticultores e jardineiros. Uns e outros serão chamados, como têm sido a instalação de granjas e de parques e jardins. Precisam interpretar, com segurança e rapidez, plantas e projetos, e isso só o conseguem sabendo projetar e desenhar. Quanto a botanica, os mesmos argumentos são dispendidos. A escolha das plantas para os parques e jardins, hortas e pomares exige conhecimentos especializados. Ressalta que tais conhecimentos não sacrificam, antes facilitam o preparo dos estudantes que se exercitam, diariamente, em trabalhos inherentes a profissão. Eles adquirem, com a prática o hábito de trabalhar.

Depois o Sr. Arruda Camara lê o teor do diploma que ia ser conferido aos alunos aprovados.

Receberam o honroso documento os seguintes alunos:

*Horticultores:* — Adolpho Victor Herzog, Alvaro Gonçalves Ribeiro, Mario Roca Freire.

*Jardineiros:* — Celio Rodolpho, Macario Grieder.

*Hortelões:* — Celio Barbosa Anchieta, Christiano da Silva Barbosa, José Rodolpho Macario Grieder, Lourival de Oliveira Camara.

*Fruticultores:* — Celio Barbosa Anchieta, Christiano da Silva Barbosa, José Rodolpho Macario Grieder, Lourival de Oliveira Camara.

*Apicultores:* — Atilio Pinto da Cunha, Rodolpho da Fonseca Luiz.

O aluno Mario Roca Freire, que falou em nome da turma, proferiu o seguinte discurso:

“Exmo. Sr. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura. Ilustre Paraninfo. — Prezados mestres. Minhas senhoras. Caros colegas.

Pela segunda vez estamos reunidos para a cerimonia de formatura de mais um grupo de alunos diplomados pela Escola de Horticultura Wenceslau Bello. Coube-me, desta vez, dizer algumas palavras em nome daqueles que hoje, deixam a Escola. São palavras de despedida e não um discurso, pois nós, horticultores, não somos oradores.

Esforça-me-ia, todavia, para cumprir, da melhor maneira, a missão que a generosidade dos colegas, somente a generosidade, levou-os a confiar-me. Faço-o, porém, desvanecido, mas confusão ainda, pela honra da escola.

Senhores: O Brasil, país essencialmente agrícola, pujante na sua extensão territorial, notavel pelas suas reservas naturais e desenvolvimento economico, apresenta-se-nos como um prodigioso campo aberto ás mais nobres e elevadas realizações. Ao ensino e á educação profissional, principalmente, deverá nosso grande país, o fortalecimento de sua economia e a destacada posição que só conseguem as nações organizadas.

A orientação da mocidade para as profissões utilitárias, e, dentre elas, para a exploração nacional da terra, é um problema vital. Merece, por isso mesmo, ser encarado com o necessario desvelo, por todos aqueles a quem estão confiados os destinos da nação.

A Escola de Horticultura Wenceslau Bello, a nossa escola e nosso orgulho, é um frizante exemplo do que se pôde conseguir neste setor de atividades.

Localizada na Capital Federal, mantém em seu seio representantes de quasi todos os Estados, estudantes que vieram de diferentes regiões do nosso vasto país, buscar conhecimentos que os habilitem a viver da terra, trabalhando-a, segundo as racionais exigencias da técnica, no seu cultivo e exploração.

A Horticultura, pois, devemos consagrar, prezados colegas, toda a nossa boa vontade e o maximo do nosso esforço.

Tenho a certeza de que não nos arrependemos.

Tenho a certeza de que não necessitaremos de outras cogitações.

Ela é vasta, imensa e de incalculaveis possibilidades.

Caber-nô-á, pois, pelo estudo e pelo trabalho, a oportunidade de realizações.

Na propria escolha das plantas multiplos e variados serão os fatores que teremos de considerar.

Na *Hortalicicultura*, parte da Horticultura que trata da instalação, cultivo e preparo da horta, alem das condições do meio, natureza e fins da exploração teremos que atender preferencias e necessidades individuais, nas explorações domesticas; — naquelas destinadas a estabelecimentos de ensino, hospitais, etc., as exigencias de ordem economica e alimentar; — e, finalmente, tratando-se de explorações comerciais e industriais, as exigencias dos mercados.

Em relação ás hortaliças, sabemos constituirem elas complemento indispensável á nossa alimentação.

Daí fazer-se mistér, um estudo da importancia de cada uma, para que possamos tirar dela o maior partido. — Finalmente, devemos adaptar-nos aos habitos dos consumidores e ás suas preferencias.

Na Fruticultura: — devemos escolher variedade para a constituição do pomar, tendo-se em vista a produção de frutos durante todo o ano.

Devemos, entretanto, investigar — sempre sobre as épocas de maturação dos frutos na região em que for feito o pomar. No caso de exploração especializada, de um ou limitado numero de especies, teremos que atender, tambem, a outros fatores, e entre eles, o rendimento das plantas matrizes, as condições de transporte, etc.

Quanto ás variedades, naturalmente serão escolhidas aquelas que tenham maior aceita-

ção e quanto a embalagem, maior resistencia e durabilidade dos frutos.

Na Floricultura: — as mesmas precauções deverão ser tomadas, principalmente em se tratando de exploração comercial. — Convem lembrar que, o comercio de flores cortadas, tem exigência requintada. Ha, entretanto, grande consumo.

Na jardinagem — vamos encontrar toda sorte de atrativos, principalmente na parte referente á arquitetura de parques e jardins, que constitue uma especialidade. Nessa parte da Horticultura teremos que aclimatar variedades e submeter ao cultivo, adaptando-as, plantas silvestresde grande beleza, que permanecem desconhecidas e inaproveitadas.

O exercicio da nossa profissão, util em qualquer parte, dever-se-á, desenvolver, preferivelmente, na hipotese de trabalho por conta propria, nas zonas rurais, proxima dos grandes centros populosos.

Acabamos de recordar sinteticamente, as características essenciais da horticultura e de apresentar em esboço, o quadro que se nos apresenta de suas possibilidades no Brasil.

Ilustre Paraninfo: — Habituaados, como estamos, a tratar com os grandes vultos da Sociedade Nacional de Agricultura, admirando-os e respeitando-os era natural a nossa aspiração.

Queriamos fosse um desses vultos o orientador dos nossos primeiros passos na profissão. A escolha foi expontanea, brotou de nossos corações como o vigor das plantas que se vestem de verde quando cessam as estiagens.

E' uma divida que não pagamos. Divida que conservamos pelo muito que fizestes para a abertura de nossa Escola.

A nossa divida não pôde e não deve ser quitada. Tem V. Excia. eminente mestre e bondoso amigo, na "Escola Wenceslau Bello", o nome estampado, como o dos doutores Simões Lopes e Arthur Torres Filho, em ouro na sua historia.

Prezados Professores: — Para vós não temos despedidas.

Com as vossas lições e os vossos conselhos, estaremos sempre e para sempre unidos. Que Deus lhes dê saúde e força para o preparo de novas turmas de profissionais, como nós dispostos, a trabalhar pelo Brasil.

Colegas: — Chegou o momento de separar-nos. Será, todavia, um mero acontecimento.

Viverá, em cada um de nós, a saudosa recordação dos tempos em que labutamos, em que juntos passamos momentos de alegria e de incerteza, irmanados na mais cordial cama-

radagem. Nesse grande abraço de despedida, repercute bem vivo, em nosso íntimo, o lema dos horticultores, tão bem lançado pelo emérito professor e primeiro diretor da Escola de Horticultura Wenceslau Bello — Dr. Antonio de Arruda Camara: — “Dedicai á horticultura — *braços, cerebro e coração*.”

Fala a seguir o Sr. Edgard Teixeira Leite, Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura e escolhido paraninfo da turma de 1941, que proferiu a seguinte oração:

“Meus Senhores. — Meus jovens amigos.

Falar neste recinto e nesta solenidade é para mim, grande honra. E eu quero, agradecer de início a alta distinção que me conferiram os diplomandos da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, convidando-me para paraninfar a sua formatura.

Realizada nesta casa, reveste-se de singular significação: é também uma homenagem, prestada aos vultos ilustres, que exornam a nossa galeria dos presidentes da velha a gloriosa Sociedade Nacional de Agricultura; a homens dos mais eminentes pela inteligência, pelo caráter, pelo saber e pelo seu patriotismo, que prestaram ao país, os mais assinalados serviços trabalhados pela nossa terra, construindo um Brasil maior.

Foram eles, que, com os seus colaboradores, desinteressados e abnegados, promoveram, no campo de nossas atividades agrícolas as mais felizes iniciativas e realizações. Longa seria a sua enumeração, na vida laboriosa e fecunda desta Sociedade: no setor da economia, no da pecuária, da agricultura, das indústrias rurais, promovendo, discutindo, sugerindo e também discordando, sobre os problemas dos mais graves e dos mais decisivos, sempre e sempre operários leais do Brasil!

Mas, eu não quero enumerar a longa e brilhante folha de serviços da Sociedade Nacional de Agricultura, que lhe dá, incontestável direito, de ser citada na ordem do dia do livro de grandes servidores da nação. Apenas, um, desejo recordar, como que concretizando todos, que é como que um símbolo e síntese dos demais: o de haver promovido e agido, decididamente, pela criação do Ministério da Agricultura, campanha que encontrou na ação esclarecida, do grande Nilo Peçanha, o seu ilustre e brilhante realizador.

Sempre bom lembrar este fato, que vai como que sendo esquecido, para que se os homens não o olvidem e não pnta, como tem por vezes ocorrido, do filho ingrato, atos inamistosos e de despreço.

Todo este passado, de fé e de trabalho, de amor e de sacrifício, pelo Brasil, tem hoje, nesta solenidade, a sua comprovação e a sua confirmação; os que sucederam aos que con-

tinuam nos inspirando, acolheram as suas lições, guardaram os seus ensinamentos e os puzeram em prática, numa obra que ha de ficar como uma das mais fecundas realizações da nossa Sociedade: a Escola de Horticultura Wenceslau Bello.

Por isso, na hora de prestação de contas, poderemos comparecer perante o conselho dos nossos antigos dirigentes, tranquilos e lhes dizermos, sem orgulho, mas sem reboços, que a Sociedade Nacional de Agricultura, continua viva, de pé, dentro de seu programa, tendo realizado o ideal porque tanto lutaram, de transformar o tradicional Horto da Penha, n'um grande centro de atividade agrícola, onde, pelo cultivo inteligente e racional do sólo, se ensinasse a ser mais querida e mais amada a terra do Brasil.

Este ideal, foi objetivado e de tal forma, pela tenacidade de Simões Lopes, de Arthur Torres Filho e pela abnegação de Arruda Camara, que como tanto de seus ilustres antepassados, continua a ser um dedicado servidor do Brasil, — que eu, sem receio, vos afirmo, meus senhores, que a Sociedade Nacional de Agricultura, está vivendo uma grande hora, da sua longa historia, tão cheia e tão fecunda de altos serviços á nossa terra e á nossa gente.

Aos que têm visitado a Escola, acompanhado os trabalhos dos cursos, assistido aos exames de seus alunos, sabem e com segurança, a obra magnífica que ali se está fazendo criando um corpo de profissional competentes, nas diversas especialidades da Horticultura.

Tenho tido esta oportunidade e, por isso, quero aqui prestar o meu depoimento pessoal, por certo desvalioso, mas sincero, do que vi, não em dias de visitas de mostra, mas na intimidade da vida escolar e no período de exames, verificando que os pontos não eram conhecidos com antecedência, nem as soluções dos problemas dados, com antecipação — exemplo que não é seguido, por muito estabelecimento de fama, nos diversos graus de nosso ensino, com o que se desmoraliza a mocidade, e se desserve o Brasil.

Tive o desejo — que realizei — de arguir, pessoalmente a diversos alunos e apurei que não tinham aprendido por simples memorização, mas eram capazes de resolver, as questões que lhes eram propostas, menos bem ou menos mal, mas sempre por si, mesmos, dentro de um sentido das nossas realidades.

Verifiquei, co msurpresa e com real satisfação, que ali não se fazia “agricultura no espaço”, muito bonita para torneios literários e demonstração de falso saber, mas que se estava “escrevendo na terra” uma pagina do mais alto proveito, para o aperfeiçoamento da nossa agricultura n'um dos seus ramos mais

uteis e mais importantes. E sabeis por que? Porque o proposito da Escola Wenceslau Belo é o de preparar para a vida, ensinando a fazer, dentro do aforisma, para mim, cada vez mais certo, de que só se sabe fazer bem, o que se já se fez, não apenas uma, mas, muitas e repetidas vezes.

Aprender a fazer, para fazer bem.

E' porque sabem fazer, que os diplomados da nossa Escola, encontrarão, na vida pratica a melhor aceitação, sendo disputados cada vez mais pelos que se dedicam aos diversos setores da Horticultura.

Os que não tiveram a fortuna de um tão íntimo contacto com aquele próspero e cada vez mais prestigioso centro de ensinamento, poderão ter uma prova do que afirma aqui, mesmo neste recinto. As suas paredes estão ornadas de trabalhos escolares ali realizados — planos e plantas de explorações horticolas, herbarios, e outras demonstrações da objetividade do ensino ali ministrado.

Quanta escola de gráu muito superior teria dificuldade de apresentar uma tão larga e variada mostra de aproveitamento!

Mas, não é apenas por isso, que a Escola Wenceslau Belo merece a minha particular admiração e é sempre com renovado prazer que a visito.

Ha um outro motivo, e de ordem, por assim dizer, mais alta, que desejo consignar aqui: é pela verificação que ali tenho mais uma vez feito da capacidade do homem brasileiro, da sua inteligencia e de sua operosidade, e do que póde ser e póde realizar, quando as suas qualidades virtuais, são convenientemente conduzidas e aproveitadas.

Convencido, com Alberto Torres — cujo nome eu relembro com singular satisfação, nesta casa, que deve a um seu parente tão ilustre os mais assinalados serviços, o nosso presidente Dr. Arthur Torres Filho — convencido com Alberto Torres, repito da excelência do nosso povo, que é bom e inteligente corajoso e trabalhador, tendo realizado, sob condições novas e adversas, obra sem favôr valiosa, resolvendo problemas, que por si só dão medida de sua capacidade — eu encontro, no corpo docente da Escola de Horticultura Wenceslau Belo, uma constante e reptida confirmação do pensamento do mais alto pensador politico do nosso país, do mestre insigne das novas gerações.

Dê-se ao jovem brasileiro, condições razoaveis de educação e de ensino, e vereis surgir ainda dos mais modestos setores sociais, homens que nos diversos campos de nossas atividades, se defrontam com sucesso e superam

com vantagem, os chamados povos cultos. Aproveite-se este material humano de primeira ordem, modelando-o de modo conveniente, — dê-se tornando-o um instrumento de uma grandeza economica, fazendo dele um cidadão prestante é obra do mais alto merecimento, que precisa e deve ser amparada; é o melhor modo de servir a nação.

Não quero importunar-vos, alongando estas palavras. Mas quero, ainda uma vez, insistir, que no homem, tem a nação a sua melhor e maior riqueza. Póde o seu solo ser fértil; abundante o sub-solo em jázidas piscosos os seus rios e os seus mares; vastas e pujantes suas florestas, clemente o seu clima, mas se o homem que o possui não o souber mobilisar, com proveito da nação e da humanidade, as riquezas do territorio que serve de base fisica da nação, estará sempre ameaçado, pelos imperialismos agressivos, e será uma vitrina em perspectiva de tesouros que possui e não sabe explorar.

Por isso, devemos fazer, de cada brasileiro, um elemento valioso para a ocupação efetiva de nosso país, para que ela não seja realizada por outros. Ao lado do mais vivo patriotismo, que põe na defesa da Pátria o supremo dever do cidadão, precisamos dar aos nossos patricios, elementos para que possam, diante dos problemas de ordem pratica, da vida real, atender, nos diversos setores, ás suas soluções.

E porque a Escola de Horticultura Wenceslau Belo, está pelo seu ensino, realizando este programa, está silenciosa, laboriosamente trabalhando do modo mais fecundo, pela grandeza deste país.

Meus jovens amigos!

Eu me congratulo convosco, pela conclusão de vossos estudos, na carreira que abraçastes.

São como vêdes, duplos os meus cumprimentos: pelo feliz termino de vosso curso e tambem pelo setor de atividade que escolhestes.

Em nehum dos ramos da agricultura, é mais direto o contacto com a natureza, que o da Horticultura.

Nele não se tem o sentido da massa brutal que industrializando a produção agricola fez com que a vida rural, tomasse o aspecto quasi fabril.

Na vossa profissão, cada planta como que é cuidada individualmente; sente-se o contacto direto com a natureza: a sua influen-

cia, tem de ser encarada a todo momento e pelo exame direto de suas condições, ao mesmo tempo que a adotamos ás nossas necessidades, ela nos aproxima mais da terra, abrindo cada dia mais os seus segredos, ensinando-nos a ama-la mais, e pelo imenso campo de estudo que nos oferece, aprimora as qualidades de nosso espírito, na experimentação e na observação. Ha no velho testamento — o grande e primoroso monumento da literatura universal — um trecho obscuro que diz que “no trato da terra está a fonte de toda a sabedoria”. Estas palavras, escritas ha centenas de anos, encerra — com as restrições naturais que o conhecimento do universo ora nos proporciona — uma grande, uma brutal soma de realidades — Mas, as palavras da Biblia, tem também um outro sentido: o do aperfeiçoamento moral, o aprimoramento do carater, uma mais larga compreensão da vida, que nos dá o inteiro contacto com a natureza, de que a terra é a sua mais forte e importante representação.

E' tambem sob este aspecto, que deveis ser felicitados: pela sorte de haverdes escolhido profissão das mais nobres, que dá proventos de ordem economica em altos proveitos de ordem moral.

Vasto é o campo que se abre deante de vós, meus jovens amigos!

O Setor em que ides lutar — lutar — e vencer — é dos mais importantes para a economia nacional e está quasi inexplorado. O nosso povo está sub-nutrido e sub-alimentado. A sua alimentação precisa ser muito e muito melhorada, porque sem este fator primordial, a nossa gente não poderá ter as necessarias condições de vitalidade para a convivencia brutal que se nos depara, ante um mundo cada dia mais cheio de apreensões e de ameaças. Sob este aspecto, a vossa profissão está na primeira linha da defesa nacional. As cidades se multiplicam e se desenvolvem; as populações rurais aumentam; e todos reclamam melhores condições de existencia, que têm de ser processadas, nos produtos de que a horticultura é em larga parte responsavel pelo seu fornecimento.

Por isso, o vosso dever é grande, para com o Brasil.

Está prestes a hora da separação.

Partis, alegres por certo, mas haveis tambem de levar saudades — que o tempo só fará crescer — da escola que vos acolheu e onde passastes dias dos melhores de nossa vida.

Não haveis de esquecer dela: dos vossos mestres — corpo docente tão cheio de capacidade e de abnegação e haveis, por todos os meios, mostrar-vos dignos deles, do muito que trabalharam e se esforçaram, em vosso beneficio.

Não quero, me separar de vós, sem pedir-vos que mediteis, nas horas dificeis, que a vida reserva aos homens, ainda aos mais felizes e aos mais bem dotados, na luta com a natureza e com os seus semelhantes, as palavras de um patricio illustre, que tem num instituto bem vizinho de vossa Escola, o monumento visivel de sua gloria imperecivel, as palavras de Osvaldo Cruz, que aconselhava e repetia sempre: “Não esmorecer, para não desmerecer”.

Encerrada a solenidade, usa, por fim, da palavra o Sr. Arthur Torres Filho, que se faz porta-voz da grande satisfação que como agrônomo, como brasileiro e como Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, sente ao ver mais uma turma, embora pouco numerosa, mas muito seleta, de profissionais, cuja atividade em pouco se fará sentir no campo vastíssimo da horticultura.

Faz várias considerações a respeito dêsse rama da agricultura, tão descuidada entre nós, e cuja importancia é tida em tão alta conta pela Sociedade Nacional de Agricultura que, ha longos anos, tem concentrado todos os seus esforços na Escola cujo funcionamento já nos vem apresentando os melhores frutos. Tem esse estabelecimento, diz o Sr. Torres Filho, como absorvido quasi que completamente todas as atenções da Diretoria.

Elogia o corpo docente da Escola formado dentro do espírito que desde a inauguração vem norteando os seus trabalhos — e ao qual, em grande parte, diz, deve o exito até agora obtido. Pena é que não possa a Sociedade dispor de maiores recursos para desenvolver o ensino a tal ponto de esgotar a lotação da Escola, cujo regime de internato gratuito obriga a Diretoria a ser muito parcimoniosa na concessão das matriculas.

Em seguida encerra a sessão.



Para que fique demonstrado o interesse que tais cursos despertam, não só entre

15-20 anos . . . . .	15 alunos
21-25 anos . . . . .	13 alunos
26-30 anos . . . . .	6 alunos
31-35 anos . . . . .	8 alunos
36-40 anos . . . . .	4 alunos
41-45 anos . . . . .	3 alunos
46-50 anos . . . . .	2 alunos

Para darmos uma idéia do movimento dos cursos rápidos desde a inauguração da Escola, daremos a seguir uma relação dos alunos matriculados e que lograram aprovação, nos diferentes cursos.

Na relação, não figuram ainda todos os alunos aprovados no Curso de Organização de Pomares, pois, muitos dêles, requereram, por motivo de saúde, segunda chamada de exame.

Observa o Sr. Arruda Camara que uma das condições indispensáveis ao êxito dos cursos rápidos é a de sua realização aos domingos. Dados em dias da se-

mana — e essa experiência já foi feita na Escola, deram em resultado o decréscimo da frequência.

E, então, feita a entrega dos certificados aos alunos que cumpriram o 12.º curso rápido da Escola de Horticultura "Wenceslau Bello", e que são os seguintes: Alcides Cruz, Arthur José de Almeida e Silva, Ernani Cunha e Castro, Eugenio Wetzel, Francisco Munhoz Bellar, Georg Washington Lait, Guido del Pin, Horacio Lima Rodrigues, Helio Leocádio, João Baptista Rodrigues, José Mouta, José Rodrigues de Oliveira, Lourival Arruda Camara, Manoel Ignacio Torres, Marcio Nogueira Lassance Cunha, Nelson de Castro Miranda, Nelson Martins Pinheiro, Walter Georg Mosse, Washington Barbosa da Silva.

A entrega foi feita pelo Sr. Itagiba Barçante, que agradeceu a presença de todos, congratulando-se com a Sociedade Nacional de Agricultura e com a Escola pelos brilhantes cursos rápidos e, também, pelos cursos regulares, o que constitui um grande serviço à agricultura nacional.

Em seguida foi encerrada a sessão.

# Confederação Rural Brasileira

Instituição composta de associações agrícolas de todo  
o Brasil, mantendo representação  
permanente da classe junto do Conselho Federal  
do Comercio Exterior

Séde: Largo de S. Francisco 3, 2.º, Salas 202/206

# SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 16 de Janeiro 1897

Reconhecida de utilidade publica pela lei n. 3549, de 18 de Outubro de 1918



Presidente perpetuo

**Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida**

## DIRETORIA GERAL

<i>Presidente</i>	Ildefonso Simões Lopes
<i>1.º Vice-Presidente</i>	— Arthur Torres Filho
<i>2.º »</i>	» — Edgard Teixeira Leite
<i>3.º »</i>	» — Mario de Oliveira
<i>1.º Secretario</i>	— Antonio de Arruda Camara
<i>2.º »</i>	» — Adamastor Lima
<i>3.º »</i>	» — Eurico Santos
<i>4.º »</i>	» — Altino de Azevedo Sodré
<i>1.º Tesoureiro</i>	— Kurt Repsold
<i>2.º »</i>	» — Domigos de Faria

## DIRETORIA TECNICA

Fabio Furtado Luz
Franklin de Almeida
Hilario Luiz Leitão
Luiz de Oliveira Mendes
Otto Frensel
Francisco de Assis Iglesias
Frederico Murtinho Braga
Joaquim Bertino
Luiz Gonçalves Vieira
Virginio Werneck Campello

## CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache  
Alvaro Simões Lopes  
Antonio F. Magarinos Torres  
Argemiro de Oliveira  
Alpheu Domingues da Silva  
Annibal di Primio Beck  
Archimedes de Lima Camara  
Belisario Alves F. Tavora  
Creso Braga  
Carlos de Souza Duarte  
Euvaldo Lodi  
Eduardo Duvivier  
Fidelis Reis  
Fernando Costa  
Filogonio Peixoto  
Fabio de Azevedo Sodré  
Francisco Leite Alves Costa  
Gastão de Faria  
Humberto Rodrigues de Andrade  
Honorio da Costa Monteiro Filho

Itagiba Barçante  
J. C. Belo Lisboa  
Jeronymo Antonio Coimbra  
Julio Eduardo da Silva Araujo  
Julio Cesar Lutterbach  
José de Oliveira Marques  
José de Borja Peregrino  
José Solano Carneiro da Cunha  
José de Mello Moraes  
José Monteiro Ribeiro Junqueira  
João Baptista de Castro  
João Mauricio de Medeiros  
Landulpho Alves de Almeida  
Luiz Simões Lopes  
Mario Telles da Silva  
Marcial Terra  
Ottoni Soares de Freitas  
Ruy Carneiro  
Sebastião Herculano de Mattos  
Wenceslau Braz Pereira Gomes

# Escola de Horticultura Wenceslau Bello

(MANTIDA PELA S. N. DE AGRICULTURA NO ANTIGO HORTO FRUTICOLA DA PENHA)

RECONHECIDA E FISCALIZADA PELO GOVERNO DA NAÇÃO

PENHA — RIO — E. F. LEOPOLDINA

- Mudas e Enxertos de plantas frutíferas próprias ao clima do Districto Federal.
- Ótimos exemplares de plantas ornamentais.
- Laranjeiras — Tipo exportação.
- Mangueiras das melhores variedades
- Abatimentos aos socios da S. N. de Agricultura.

Solicital informações á

**SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA**

— Largo de São Francisco, 3-2.º - Salas 202/6 —

TEL. 22-6241

Caixa Postal 1245 — Endereço Telegraphico "Agricultura"